

Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental

Duplicação da BR-386/RS Trecho Tabaí-Estrela

VOL. 1
TOMO VI



OUTUBRO/2012 - MARÇO/2013

DNIT



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

OBRAS PRIORITÁRIAS DE MELHORIA DE CAPACIDADE DA BR-386/RS,
INCLUINDO A DUPLICAÇÃO DA PISTA EXISTENTE

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL

Outubro/2012 – Março/2013

RODOVIA: BR-386/RS

TRECHO: ENTR. BR-158(A) (DIV. SC/RS) - ENTR. BR-116(B)/290 (PORTO
ALEGRE)

SUBTRECHO: ENTR. BR-453(B)/RS-129 (ESTRELA) - ENTR. BR-287(A) (TABAÍ)

SEGMENTO: km 351,5 - km 386,0

EXTENSÃO: 34,5 km

CÓDIGO PNV: 386BRS0260, 386BRS0263 E 386BRS0265

TOMO VI - Volume I

SUMÁRIO

1 PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG.....	3
1.1 SUBPROGRAMA DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO COMPONENTE INDÍGENA.....	6
1.1.1 Terceira fase do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang	13
1.2 SUBPROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA	108
1.3 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	135
1.4 SUBPROGRAMA RELATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	174
1.5 SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL	238
1.6 SUBPROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE	272

1 PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES KAINGANG

Dentre o conjunto de ações a cargo da UFSC/FAPEU, encontra-se o Programa de Apoio às Comunidades Kaingang. Durante a Gestão Ambiental Interina, o papel da UFSC/FAPEU foi, além de dar início às atividades, se inteirar da realidade das Comunidades e elaborar um Plano Executivo para execução do Programa de Apoio às Comunidades Kaingang. Após essa primeira fase, com o novo termo de cooperação firmado em dezembro de 2011, até o presente momento, está sendo executado todo o conjunto de Subprogramas constantes no Programa de Apoio às Comunidades Kaingang. Assim, a seguir, serão apresentados os subprogramas, bem como a descrição das atividades executadas no período de outubro de 2012 a março de 2013.

Tendo em vista espacializar o conjunto de aldeias e comunidades Indígenas envolvidas na execução do presente Programa, elaborou-se um mapa contendo a localização de todas as 07 aldeias Kaingang, bem como o trecho em obras de duplicação objeto da LI 709/2010 expedida pelo IBAMA, com destaque ao segmento sujeito à anuência da FUNAI para início das atividades.

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS 07
ALDEIAS KAINGANG
INTEGRANTES DO PROGRAMA**

LOCALIZAÇÃO DAS 07 ALDEIAS INTEGRANTES DO PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG NO ÂMBITO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS ENTRE TABAÍ E ESTRELA



1.1 SUBPROGRAMA DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO COMPONENTE INDÍGENA

No período compreendido entre os meses de outubro de 2012 a março de 2013, a equipe responsável pela gestão e supervisão do componente indígena realizou a coordenação e organização de todas as atividades em curso que envolveram a temática indígena.

Tendo em vista a execução dos demais subprogramas, prevista no Termo de Cooperação para gestão definitiva, assinado em dezembro de 2011, foi realizado planejamento para execução dos subprogramas e mobilização de equipe técnica especializada para tais atividades.

No ano de 2011, algumas Lideranças manifestaram interesse na estruturação de associações indígenas. Considerando a relevância de tal demanda, a equipe de Gestão e Supervisão do Componente Indígena viabilizou um conjunto de atividades de informação e fomento por meio de equipe especializada na estruturação de associações para atuar junto àquelas Comunidades que assim o desejaram.

As descrições das atividades referentes às associações formadas serão apresentadas na sequência desse relatório.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS ASSOCIAÇÕES KAINGANG

As comunidades indígenas possuem um modo tradicional de organização social e política. Esta organização foi ajustada ao longo dos anos aos hábitos culturais próprios, relações de gêneros e parentesco. Esta forma de organização social sempre foi dinâmica e sofreu mudanças por diversos fatores, como alianças e cisões internas, que por sua vez aconteciam devido a ações externas ou apenas rearranjos internos.

Mas precisamente, na década de 80 e 90, as organizações indígenas mudaram radicalmente, antes necessárias para fortalecer o grupo e a comunidade e

em caráter informal, as organizações indígenas partiram para uma nova forma de organização social, muito influenciada pela forma com que o governo e a sociedade envolvente foram tratando os assuntos de interesses dos povos indígenas.

Neste estágio, surgiu a necessidade da institucionalização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas, o que pode acontecer em torno de uma causa comum, como a criação de uma associação de pescadores indígenas, ou em causas mais amplas como Institutos Indígenas de Conservação e uso Sustentável das Florestas, nas duas situações o fator comum ficou por conta da necessidade da formalização e da personalidade jurídica atribuída às estas organizações por conta do reconhecimento do estado brasileiro.

Com estas mudanças, as instituições indígenas passaram a ser protagonistas de projetos sociais, ambientais e/ou culturais, mas, para isso tiveram que formalizar suas instituições nos moldes da cultura não indígena que prevê procedimentos técnicos, contábeis e jurídicos que trouxeram obrigações e novas rotinas administrativas além de gastos fixos com os quais as comunidades indígenas não estavam acostumadas. Por outro lado, as comunidades indígenas passaram a elaborar seus próprios projetos, vinculados as suas reais necessidades e anseios, garantindo a essência da participação, direitos e demandas de suas comunidades.

Com todas as mudanças, as organizações indígenas, que do modo tradicional e cultural passaram para os moldes adotados pelo governo brasileiro, com direito a CNPJ, conta em banco e em alguns casos, funcionários e sede, além de projetos e recursos para geri-los e fazer com que cumpram o propósito para qual foram elaborados, é inegável a atual necessidade de uma ação conjunta que vise o fortalecimento institucional dos povos indígenas em todo território brasileiro, neste contexto que este **Plano de Fortalecimento Institucional das Aldeias Kaingang** se insere.

Ao propor o fomento de atividades que visam o fortalecimento institucional Kaingang este plano objetiva no médio e longo prazo dar condições que estas comunidades organizadas em associações direcionem suas ações para: a) melhoria da qualidade de vida em suas comunidades; b) elaboração de projetos que visam à

geração e a distribuição de renda; c) promova planos e projetos que visam à segurança alimentar; d) ações de saúde e de educação entre outras ações que serão possíveis mediante parcerias institucionais com governos, ONGs e empresas, portanto além de apresentar neste as ações de formalização e capacitação para criação das associações/organizações é idealizado um cronograma de ações futuras que visam o fortalecimento e a manutenção dessas instituições para que as mesmas cumpram os propósitos pelas quais elas serão criadas.

JUSTIFICATIVA

A criação das associações Kaingang passa pela interferência externa, principalmente aquelas ligadas aos impactos da duplicação da BR-386/RS, que no contexto da possibilidade da potencialização de impactos positivos e na atenuação dos impactos negativos possíveis, se viu diante da possibilidade de fomentar o fortalecimento institucional e gerencial das comunidades Kaingang. Assim a criação das associações respeita a demanda dessas comunidades por ações que visam à promoção do etnodesenvolvimento e da representatividade dessas comunidades perante parceiros estratégicos na elaboração e execução de atividades e projetos que possam contribuir com a melhoria dessas comunidades.

Portanto, essas associações serão formatadas como organizações jurídicas, dotadas de representação legal perante o Governo e outros atores da sociedade, o que certamente contribuirá para captação, execução e prestação de contas dos serviços e iniciativas prestados as comunidades e às instituições responsáveis pela sua manutenção.

O fortalecimento institucional indígena passa pelo reconhecimento das suas organizações tradicionais, respeitando suas formas próprias de organização social e segue adiante possibilitando o acesso a informações e praticas para criação e abertura de instituições formais, prestando apoio ao trabalho de administração dessas organizações, necessários à execução de projetos, funções administrativas, reuniões, atas, controle de documentos e prestação de contas.

CONTEXTO

Neste contexto o fortalecimento institucional através da mediação e elaboração das associações indígenas Kaingang está intimamente ligado ao Subprograma de Sustentabilidade do Componente Indígena do PBA para as obras de duplicação da BR-386/RS, visando o etnodesenvolvimento das comunidades, por meio de projetos de geração e distribuição de renda. O que será possível graças ao atual cenário de articulação e representatividade das organizações indígenas que estão assumindo cada vez mais a formulação, a execução e o controle de projetos de sustentação política, econômica e cultural que antes estavam quase que exclusivamente sob responsabilidade do órgão indigenista.

OBJETIVOS

Promoção do fortalecimento institucional/gerencial e criação das organizações/associações indígenas da etnia Kaingang.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Programar e organizar a primeira oficina de fortalecimento institucional indígena, com vista a esclarecer sobre as finalidades, oportunidades e obrigações das associações;

b) Desenvolver e dialogar com as comunidades sobre a construção dos estatutos, definição da associação, seus representantes, eleição de dirigentes, e formalização do processo junto ao cartório;

c) Instrumentalizar os indígenas para gestão e organização das associações, capacitação técnica para autogestão. Definir o organograma das associações e seu funcionamento;

d) Assessorar as associações, monitorar e avaliar a sua implantação e funcionamento;

e) Criar apostilas de administração das associações.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As atividades foram realizadas a partir de dados secundários sobre as formas de organização dos Kaingang, com finalidade de promover processos educativos, que propiciem a criação e manutenção de associações com objetivos específicos de acordo com as demandas de cada aldeia. Somados a estes processos educativos, as ações e as oficinas foram conduzidas por meio de atividades participativas, seguindo metodologias das ciências sociais, econômicas, ambientais e etnoculturais.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Este relatório semestral apresenta a continuação do alcance dos objetivos propostos para as atividades da terceira fase do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang, que correspondem ao acompanhamento, ajustes e avaliações dos projetos desenvolvidos em cada comunidade, no período de outubro de 2012 a março de 2013.

No relatório anterior foram descritas as ações da segunda fase que, em síntese, teve como objetivo a criação de material didático específico para os dois temas, Gestão e Gerenciamento de associações e Elaboração e Gestão de projetos, e a realização das oficinas, resultando na construção de projetos das comunidades, além da criação e execução do Plano de Apoio aos Pequenos Projetos Kaingang¹.

Em relação à terceira fase, diz respeito às atividades realizadas a partir de junho de 2012, sendo que, no relatório anterior, foram descritas as ações até o mês de setembro de 2012. Nesse período, por meio de atividades de supervisão, acompanhamento, intervenção e apoio presencial e a distância, foram feitos os ajustes dos projetos, avaliação, elaboração de documentos, repasse de recursos e orientações às comunidades.

¹ O Plano de Apoio aos Pequenos Projetos Kaingang é uma linha de financiamento disponibilizada pela FAPEU destinado à pequenos projetos entre os índios Kaingang atendidos pelo PBA da BR-386. Este plano é uma oportunidade encontrada pela FAPEU de destinar uma linha de recursos a ser disponibilizada as associações recém criadas, para que estas sejam capacitadas na prática para obtenção dos recursos (elaboração do projeto), gestão dos recursos (uso e aplicação das atividades previstas nos projetos) e prestação de contas (para comunidade e financiadores), onde as associações serão acompanhadas para a correta aplicação dos recursos, resultando em uma integração de aprendizado prático

Dando sequência as ações da terceira fase, nesse relatório serão descritas as atividades realizadas entre os meses de outubro de 2012 e março de 2013.

Por fim, antes de avaliar os resultados obtidos na continuação da terceira etapa de trabalho, apresenta-se as atividades de cada fase de trabalho, lembrando os objetivos de cada fase.

A) PRIMEIRA FASE

A primeira fase de trabalho resultou na criação do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang que teve por objetivo a promoção do fortalecimento institucional/gerencial e criação das organizações/associações indígenas da etnia Kaingang e;

- Programação e organização da primeira oficina de fortalecimento institucional indígena, com vista a esclarecer sobre as finalidades, oportunidades e obrigações das associações;
- Desenvolvimento e diálogos com as comunidades sobre a construção dos estatutos, definição da associação, seus representantes, eleição de dirigentes, e formalização do processo junto ao cartório;
- Criação de apostilas de administração das associações;
- Criação e formalização das associações das comunidades atendidas.

B) SEGUNDA FASE

A segunda fase foi marcada por medidas que consolidaram as atividades da primeira etapa e resultaram na capacitação para o gerenciamento das associações e para construção de projetos, além de:

- Capacitação dos indígenas para gestão e organização das associações, capacitação técnica para autogestão. Definição do organograma das associações e seu funcionamento;
- Capacitação dos indígenas para elaboração e gestão de projetos por meio das associações, capacitando-os para elaboração de propostas, plano de trabalhos, projetos, prestação de contas, montagem de arquivos e processos de compras e uso dos recursos;
- Criação de apostilas de administração das associações e de elaboração de projetos;
 - Elaboração do Plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang;
 - Elaboração dos projetos de cada comunidade pelos próprios indígenas.

C) TERCEIRA FASE

A terceira fase de trabalho, iniciada em junho de 2012, tem por objetivos a análise dos projetos, a avaliação das etapas de trabalhos realizados e o acompanhamento das associações na execução dos projetos e demais atividades, além de:

- Assessorar as associações, monitorar e avaliar a sua implantação e funcionamento;
- Fornecer a FAPEU relatórios mensais de acompanhamento;
- Elaborar formulário de avaliação dos projetos e aplicá-los em cada aldeia;
- Verificar e oferecer novas capacitações à medida que elas forem identificadas.

Ao rever os objetivos de cada etapa de trabalho, pode-se perceber o empenho dispensado pela FAPEU ao estruturar o plano de fortalecimento institucional de forma que todos os objetivos planejados foram alcançados com 100% de aproveitamento como poderá ser visualizado no item: Avaliação Integrada dos Resultados Alcançados neste relatório.

1.1.1 Terceira fase do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang

Por meio das atividades de supervisão, acompanhamento, intervenção e apoio presencial e a distância, foram desenvolvidas as principais atividades, no período de outubro de 2012 a março de 2013, a fim de dar andamento ao Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang e a terceira fase que se iniciou em junho de 2012.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Terceira fase do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang teve início em junho de 2012, incluindo dentre as principais atividades: ajustes dos projetos desenvolvidos pelas comunidades, avaliação e aprovação dos projetos, assinatura dos convênios, repasse de recursos, orientações e acompanhamento presencial e a distância.

Dando continuidade as ações dessa fase, nesse trimestre, no período de outubro a dezembro de 2012, foram desenvolvidos os projetos pelas comunidades, com acompanhamento e monitoramento da equipe de Gestão Ambiental, e estes serão descritos a seguir.

Comunidade Indígena Kaingang Lomba do Pinheiro

A comunidade kaingang da Lomba do Pinheiro Fág Nhig desenvolveu dentro das oficinas de projetos uma proposta de limpeza e organização da aldeia.

O projeto buscava conscientização ambiental e a gestão comunitária do lixo na Comunidade. Promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo

A proposta incluiu a compra de equipamentos para corte de grama (roçadeira, rastelo, enxada, carrinho de mão, luvas e foice), lixeiras para lixo seco e orgânico,

mutirão de limpeza e uma oficina de reciclagem do lixo. A oficina ocorreu no mês de outubro de 2012 e contou com a parceria da assessora técnica do DMLU Rosa Maria Ellwanger que explicou o processo de separação e acondicionamento do lixo seco e promoveu práticas de tipos de lixo.

	
<p>Oficina de reciclagem</p>	<p>Oficina de reciclagem</p>
	
<p>Oficina de reciclagem</p>	<p>Oficina de reciclagem</p>

Comunidade Indígena Kaingang de Morro Santana

O projeto desenvolvido pela Associação Indígena Kaingang do Morro Santana Rá Théj buscava apoio à confecção de camisetas visando a comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Théj. A comercialização de camisetas visava beneficiar 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

O projeto desenvolveu estampas com identidade da etnia Kaingang e está na fase de confecção das camisetas com prazo de entrega até 20 de fevereiro de 2013.



Comunidade Indígena Kaingag de Morro do Osso

A Associação do Morro do Osso Tupen Pãn desenvolveu um projeto para construção de 02 (dois) banheiros comunitários exclusivos para banho que veio a beneficiar às 37 famílias da comunidade especialmente nos meses de frio intenso com a inclusão de chuveiros elétrico. O Projeto cobriu os custos do material de construção e a realização das obras foi feita pela comunidade em formato de mutirão.

	
<p>Banheiro para banho coletivo</p>	<p>Banheiro para banho coletivo</p>

Comunidade Indígena Kaingang de Farroupilha

A Associação Indígena Pãnh Mág de Farroupilha fez seu projeto pensando no apoio à produção artesanal dos “bichos de madeira” e no reforço das atividades tradicionais da Comunidade.

A falta de ferramentas foi o principal problema apontado pelo projeto. Além disto, o projeto visava ainda a qualificação e ampliação da produção envolvendo 19 famílias.

Foram adquiridas serra fita, lixadeira manual, pirógrafo, lixas. O projeto incluía ainda a capacitação das famílias envolvidas e o aumento da produção de 100 peças mês para 200 peças mês.



ANEXO
ATAS E ESTATUTOS

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE MORRO DO OSSO

ATA DE ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO

Às 15 horas e 20 minutos do dia 27 do mês de Fevereiro de 2012 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPEN PÃN, DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO DO OSSO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN; 2. ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE MORRO DO OSSO.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por todos. De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a esta Assembleia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros natos da Assembléia Geral de Sócios. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, **com mandato de 27 de Fevereiro de 2012 até 27 de Fevereiro de 2013**, os Diretores **ALIPIO MINEIRO (PRESIDENTE); ÁLVARO DE PAULA (VICE-PRESIDENTE); ANTÔNIO RAUL DA SILVA (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **LUIZ FELIPE LOUREIRO**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **VALDOMIRO VERGUEIRO**, como presidente do conselho, **VOLMIR VERGUEIRO E MARIO VERGUEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **CLEONICE VERGUEIRO E ROSANE GONÇALVES**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembléia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 27 de Fevereiro de 2012.

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Secretário da Mesa

Presidente da Associação

Vice-presidente

Tesoureiro

Secretário

Conselheiro

Conselheiro

nome e assinatura dos demais presentes

nome e assinatura dos demais presentes

nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN**, fundada em **27 de Fevereiro de 2012**, com sede e foro na **Rua Professor Padre Werner, número 77, bairro Tristeza, Aldeia Morro do Osso, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul**, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembléia Geral, poderão ser criadas subsedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN** congregará e representará os integrantes da **comunidade Morro do Osso da Etnia Kaingang**, tendo como objetivos:

- 1) Promover o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 2) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 3) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 4) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais
- 5) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo único - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;

- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

Capítulo 2 – Dos associados

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de associados.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **Associação Indígena TUPE PÂN** todos os indivíduos pertencentes a **comunidade Morro do Osso da Etnia Kaingang** que tenham mais de 18 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos associados:

- 1) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 2) tomar parte nas Assembléias Gerais;

art. 5º

São deveres dos associados:

- 1) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 2) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 1) Assembléia Geral;

- 2) Conselho Consultivo;
- 3) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembléia Geral:

- 1) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 2) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 3) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 4) Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 5) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 6) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- 7) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade.
- 8) Destituir os administradores e demitir funcionários ou associados

Paragrafo primeiro - O associado que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, ou praticar atos que desabonem o nome da associação, ou perturbem a sua ordem, é passível das seguintes penalidades, conforme deliberação da Diretoria, ouvida a Assembleia Geral:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) desligamento;
- d) demissão.

Paragrafo segundo - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para o desligamento de qualquer associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da decisão.

Paragrafo Terceiro – Qualquer funcionário ou associado, pode pedir a qualquer momento demissão da associação sem que aja restrição de sua saída, sendo necessário apenas que o interessado o faça por meio de requerimento assinado.

art.9º

A Assembléia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembléia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembléia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 1) Representar a associação judicialmente e extra-judicialmente;
- 2) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 3) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 1) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 2) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 3) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 1) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 2) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 1) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 2) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 3) Informar à Assembléia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembléia Geral que eleger a Diretoria.

Capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores adquiridos ou oriundos da patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembléia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

art. 22

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, com a devida ratificação da Assembléia Geral.

Porto Alegre, RS - 27 de Fevereiro de 2012.

Alipio Mineiro – Presidente
RG. 103.421.08.96

Luiz Felipe Loureiro – Secretario
CPF. 016.351.030-02

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE MORRO SANTANA

ATA DE ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO SANTANA DA ETNIA KAINGANG.

Às 10 horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove do mês de Fevereiro de 2012 na cidade de Porto Alegre,RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral de fundação da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA Rá Théj da ETNIA KAINGANG DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO SANTANA**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ATA DE FUNDAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDIGENA KAINGANG;
2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;
3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE MORRO SANTANA.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de fundação do estatuto que, depois de analisada, tendo sido aprovada por todos. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, **com mandato de 29 de Fevereiro de 2012 até 28 de Fevereiro de 2013**, os Diretores **ARI RIBEIRO (PRESIDENTE); ODIRLEI FIDELIS (VICE-PRESIDENTE); NOELI FIDELIS (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **NERLEI FIDELIS**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **BENTO DA SILVA**, como presidente do conselho, **ERIDSON FIDELIS E NELI FIDELIS**, como titulares do conselho e os suplentes **JÉSSICA DE ALMEIDA SANTARÉM DOS SANTOS E ANNE CAROLINE MEIRELES FAVERO**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembléia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 29 de Fevereiro de 2012

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Secretário da Mesa

Presidente da Associação

Vice-presidente

Tesoureiro

Secretário

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

nome e assinatura dos demais presentes

nome e assinatura dos demais presentes

nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA RÁ THÉJ**, fundada em **29 de Fevereiro de 2012**, com sede e foro na **Rua Nilson do Santos Costa, número 437, bairro Vila Safira, Aldeia Morro Santana, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul**, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembléia Geral, poderão ser criadas subsedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA RÁ THÉJ** congregará e representará os integrantes da **comunidade Morro do Santana da Etnia Kaingang**, tendo como objetivos:

- 6) Promover o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 7) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 8) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 9) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais
- 10) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo único - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;

- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

capítulo 2 – Dos associados

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de associados.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA RÁ THÉJ** todos os indivíduos pertencentes a **comunidade Morro do Santana da Etnia Kaingang** que tenham mais de 16 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos associados:

- 3) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 4) tomar parte nas Assembléias Gerais;

art. 5º

São deveres dos associados:

- 3) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 4) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 4) Assembléia Geral;
- 5) Conselho Consultivo;

6) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembléia Geral:

- 9) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 10) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 11) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 12) Aceitar novos associados ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 13) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 14) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- 15) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade;
- 16) Destituir os administradores e demitir funcionários ou associados

Parágrafo primeiro - O associado que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, ou praticar atos que desabonem o nome da associação, ou perturbem a sua ordem, é passível das seguintes penalidades, conforme deliberação da Diretoria, ouvida a Assembleia Geral:

- e) advertência;
- f) suspensão;
- g) desligamento;
- h) demissão.

Parágrafo segundo - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para o desligamento de qualquer associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da decisão.

Parágrafo Terceiro – Qualquer funcionário ou associado, pode pedir a qualquer momento demissão da associação sem que aja restrição de sua saída, sendo necessário apenas que o interessado o faça por meio de requerimento assinado.

art.9º

A Assembléia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente e por um quinto dos associados, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembléia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de

antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembléia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 4) Representar a associação judicialmente e extra-judicialmente;
- 5) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 6) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 4) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 5) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;

- 6) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 3) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 4) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 4) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 5) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 6) Informar à Assembléia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembléia Geral que eleger a Diretoria.

capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores adquiridos ou oriundos da patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembléia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

art. 22

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, com a devida ratificação da Assembléia Geral.

Porto Alegre, RS - 29 de Fevereiro de 2012.

Ari Ribeiro – Presidente
RG. 5070613962

Nerlei Fidelis – Secretario
CPF. 020.084.010.06

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE FARROUPILHA

ATA DE ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO

Às 14 horas e 10 minutos do dia 06 do mês de Março de 2012 na cidade de Farroupilha, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral de abertura da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG, DA COMUNIDADE INDÍGENA FARROUPILHA**, com sede domicílio e foro na cidade de Farroupilha, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA; 2. ELEIÇÃO DA DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE DE FARROUPILHA.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por todos. De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a esta Assembleia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros natos da Assembléia Geral de Sócios. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, **com mandato de 06 de Março de 2012 até 06 de Março de 2013**, os Diretores **SILVIO GRUM RIBEIRO (PRESIDENTE); VANDERLEI RIBEIRO (VICE-PRESIDENTE); EDUARDO DANIEL JARAM RIBEIRO SALLES (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **AURELINO RIBEIRO**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **WESLEY FIDELIS RIBEIRO**, como presidente do conselho, **NOTELI RIBEIRO E LUCAS RIBEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **ISAIAS DA SILVA E ORILDE RIBEIRO**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembléia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Farroupilha, RS. 06 de Março de 2012

Secretário da Mesa

Presidente da Associação

Vice-presidente

Tesoureiro

Secretário

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

nome e assinatura dos demais presentes

nome e assinatura dos demais presentes

nome e assinatura dos demais presentes

ESTATUTO SOCIAL

capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG**, fundada em **06 de março de 2012**, com sede e foro na **Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da Corsan, Estrada Santa Rita N. 11 Aldeia Farroupilha, Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul**, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembléia Geral, poderão ser criadas subsedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG** congregará e representará os integrantes da **Comunidade Farroupilha da Etnia Kaingang**, tendo como objetivos:

- 11) Promover o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 12) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 13) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 14) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais
- 15) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo único - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;
- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;

- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

capítulo 2 – Dos associados

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de associados.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **Associação Indígena PÃNH MÁG** todos os indivíduos pertencentes a **Comunidade Farroupilha da Etnia Kaingang** que tenham mais de 18 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos associados:

- 5) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 6) tomar parte nas Assembléias Gerais;

art. 5º

São deveres dos associados:

- 5) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 6) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 7) Assembléia Geral;
- 8) Conselho Consultivo;
- 9) Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembleia Geral:

- 17) Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 18) Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 19) Analisar e aprovar as contas da associação;
- 20) Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 21) Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 22) Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- 23) Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade;
- 24) Destituir os administradores e demitir funcionários, diretores e ou associados;

Parágrafo primeiro - O associado que infringir as disposições estatutárias ou regulamentares, ou praticar atos que desabonem o nome da associação, ou perturbem a sua ordem, é passível das seguintes penalidades, conforme deliberação da Diretoria, ouvida a Assembleia Geral:

- i) advertência;
- j) suspensão;
- k) desligamento;
- l) Demissão.

Parágrafo segundo - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para o desligamento de qualquer associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da decisão.

art.9º

A Assembléia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembléia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembléia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 7) Representar a associação judicialmente e extra-judicialmente;
- 8) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 9) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 7) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 8) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 9) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 5) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 6) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 7) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 8) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 9) Informar à Assembléia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembléia Geral que eleger a Diretoria.

capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores adquiridos ou oriundos da patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembléia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

art. 22

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, com a devida ratificação da Assembléia Geral.

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Farroupilha, RS - 06 de Março de 2012.

Silvio Grum Ribeiro – Presidente
CPF. 750.361.000-00

Aurelino Ribeiro – Secretario
RG. 703.931.34.86

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE LONBA DO PINHEIRO

ATA DE ASSEMBLEIA DE ALTERAÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA LOMBA DO PINHEIRO DA ETNIA KAINGANG.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte e oito do mês de Fevereiro de 2012 na cidade de Porto Alegre,RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG, DA COMUNIDADE INDÍGENA LOMBA DO PINHEIRO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Cleber Oliveira de Araújo e para secretariar Ana Luiza Malnati Panariello. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDIGENA FÁG NHIG KAINGANG; 2. ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO; 3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE LOMBA DO PINHEIRO.

Iniciaram-se os debates sobre a proposta de Alteração do estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por todos.

Decidiu-se incluir no estatuto o seguinte:

Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, **com mandato de 28 de Fevereiro de 2012 até 28 de Fevereiro de 2013**, os Diretores **CLAUDIR DA SILVA (PRESIDENTE); MARCELINO DE SALVADOR (VICE-PRESIDENTE); DENILSON TRINDADE (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **PAULO SÉRGIO TRINDADE**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **TEREZINHA DE PAULA RIBEIRO**, como presidente do conselho, **CLAUDEMIR SOUZA DE CARVALHO E JAIR RETAHN DA SILVA**, como titulares do conselho e os suplentes **SAMUEL DA SILVA E VERA LÚCIA KANINHKA DA ROSA**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembléia, e eu, Ana Luiza Malnati Panariello lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 28 de Fevereiro de 2012.

_____ Secretário da Mesa	_____
_____ Presidente da Associação	_____
_____ Vice-presidente	_____
_____ Tesoureiro	_____
_____ Secretário	_____
_____ Conselheiro	_____
_____ Conselheiro	_____
_____ Conselheiro	_____
_____ nome e assinatura dos demais presentes	_____
_____ nome e assinatura dos demais presentes	_____
_____ nome e assinatura dos demais presentes	_____
_____ nome e assinatura dos demais presentes	_____
_____ nome e assinatura dos demais presentes	_____
_____ nome e assinatura dos demais presentes	_____

ESTATUTO SOCIAL

capítulo 1 – Da fundação, sede, foro e objetivos

art. 1º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG**, fundada em **08 de maio de 2006**, com sede e foro na **estrada João de Oliveira Remião, N 9105 Lomba do Pinheiro, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que a partir do dia vinte e oite de fevereiro de 2012 se regerá pelo presente estatuto.

parágrafo único - Caso seja necessário, e se assim for aprovado pela Assembléia Geral, poderão ser criadas subsedes em outros municípios nos quais a associação desenvolva atividades

art.2º

A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG** congregará e representará os integrantes da **comunidade Lomba do Pinheiro da Etnia Kaingang**, tendo como objetivos:

- 16) Promover o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- 17) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- 18) Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- 19) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais
- 20) Promover atividades educativas relacionadas a saúde, saneamento e vida social.

parágrafo primeiro - No cumprimento de seus objetivos, a associação poderá, por si ou em cooperação com terceiros:

- a. estruturar, coordenar e oferecer serviços de educação, saúde, assistência social ou outros de interesse da comunidade;
- b. organizar e realizar atividades de manejo florestal de espécies madeireiras ou não, o que compreende as etapas de extração, beneficiamento e venda;

- c. abrir e manter contas bancárias para a movimentação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de suas atividades estatutárias;
- d. contratar empréstimos ou receber doações, desde que os recursos sejam aplicados no desenvolvimento de projetos que visem a consecução de seus objetivos estatutários;
- e. produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão entre outros;
- f. promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos coletivos e difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente, integridade territorial e patrimônio cultural;
- g. promover, organizar, produzir, divulgar e participar de eventos, reuniões e encontros que tenham como objetivo discutir assuntos de interesse da comunidade.

parágrafo segundo – A **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

parágrafo terceiro – No desenvolvimento de suas atividades, a **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

capítulo 2 – Dos sócios

art. 3º

A associação é constituída por número ilimitado de sócios.

parágrafo único - Poderão se tornar associados à **Associação Indígena FÁG NHIG KAINGANG** todos os indivíduos pertencentes a **comunidade Lomba do Pinheiro da Etnia Kaingang** que tenham mais de 18 anos e que se comprometam a lutar pelos objetivos expostos no presente estatuto.

art. 4º

São direitos dos sócios:

- 7) votar e ser votado para os cargos eletivos;
- 8) tomar parte nas Assembléias Gerais;

art. 5º

São deveres dos sócios:

- 7) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- 8) acatar as decisões da Diretoria;

art.6º

Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

capítulo 3 - Da Administração

art.7º

São órgãos da administração da associação:

- 10)Assembléia Geral;
- 11)Conselho Consultivo;
- 12)Diretoria.

art.8º

São atribuições da Assembléia Geral:

- 25)Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da associação;
- 26)Analisar a aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria da associação;
- 27)Analisar e aprovar as contas da associação;
- 28)Aceitar novos sócios ou excluir aqueles que atentem contra os objetivos do presente estatuto;
- 29)Eleger a Diretoria e o Conselho Consultivo;
- 30)Discutir e aprovar as alterações no Estatuto da associação;
- 31)Autorizar a contratação de empréstimo ou financiamentos que criem ônus financeiro à associação ou que impliquem na constituição de direito real de garantia sobre bem de domínio da comunidade

art.9º

A Assembléia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente, uma vez a cada **1 ano**, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

parágrafo único - A convocação para a Assembléia Geral será feita através dos meios usuais de divulgação, e deverá ser feita com no mínimo **20 dias** de antecedência da data de sua realização, estipulando o horário, o local e a pauta da reunião.

art.10

As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos seus participantes

§1º - A Assembléia Geral somente será instalada com a presença de mais da metade dos sócios, em primeira convocação, e 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§2º - Nos casos previstos nos incisos V, VI e VII do art.8º, as decisões serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes, respeitado o quorum mínimo estabelecido no parágrafo anterior.

art.11

A Diretoria da associação será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

art.12

Compete ao Presidente:

- 10) Representar a associação judicialmente e extra-judicialmente;
- 11) Orientar as atividades da associação e convocar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 12) Contratar empréstimos, financiamentos ou doações, junto a instituições financeiras ou a qualquer organismo governamental ou não governamental, para financiar as atividades da associação.

art.13

Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no exercício de suas funções e substituí-lo em caso de impedimento ou ausência.

art.14

Compete ao Secretário:

- 10) Proceder o registro das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- 11) Arquivar todos os documentos da associação, além da correspondência expedida e recebida;
- 12) Movimentar com o Presidente e o Tesoureiro os recursos financeiros da associação

art. 15

Compete ao tesoureiro:

- 7) Proceder, conjuntamente com o Presidente e o Secretário a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- 8) Registrar toda a movimentação financeira da associação.

art. 16

O mandato da Diretoria será de **um ano**, podendo ser renovado.

art. 17

O Conselho Consultivo tem como atribuições:

- 10) Acompanhar os trabalhos da Diretoria da associação, fiscalizando-a;
- 11) Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da associação;
- 12) Informar à Assembléia Geral o resultado de seu trabalho;

art.18

O Conselho Consultivo será formado por três sócios, escolhidos na mesma Assembléia Geral que eleger a Diretoria.

capítulo 4 – Do patrimônio e das disposições gerais

art. 19

O patrimônio da associação será constituído pela contribuição dos seus integrantes, doações e convênios, subvenções de órgãos públicos e privados, bens e valores adquiridos ou oriundos da patrimônio coletivo, rendas pelos mesmos adquiridos e outras fontes.

art. 20

A associação aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

art. 21

Em caso de sua dissolução, a Assembléia Geral da associação decidirá sobre o destino do seu patrimônio, ouvido o Conselho Consultivo.

ANEXO

ROTEIRO DE PROJETOS

ANEXO

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS
COMUNIDADES INDÍGENAS DE FARROUPILHA,
LONBA DO PINHEIRO, MORRO DO OSSO E MORRO
SANTANA



**ASSOCIAÇÃO INDÍGENA
PÃNH MÁG**
COMUNIDADE FARROUPILHA

PROJETO DE APOIO A PRODUÇÃO ARTESANAL

Bichos de madeira

Comunidade indígena Kaingang de Farroupilha

Farroupilha – RS
Maio de 2012

TÍTULO:

PROJETO DE APOIO A PRODUÇÃO ARTESANAL

Atividade produtiva: Bichos de madeira

LINHA TEMÁTICA

(X) GERAÇÃO DE RENDA () SAÚDE () MEIO AMBIENTE

() CULTURA () EDUCAÇÃO INFORMAL (X) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO:

O projeto de apoio a produção artesanal, da atividade desenvolvida conhecida como Bichos de madeira atenderá a 19 famílias da comunidade indígena farroupilha localizada na cidade de Farroupilha, no estado do Rio Grande do Sul.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

Quatro (04) meses

VALOR DO PROJETO:

1.500,00 – um mil quinhentos e cinquenta reais.

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG

Endereço: Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da CORSAN, Estrada Santa Rita N. 11

CNPJ: 0000000000000000

Telefone: (54) 9663-3829

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Silvio Grum Ribeiro – Presidente

Endereço: Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da CORSAN, Estrada Santa Rita N. 11

CPF: 750.361.000-00

RG:

Telefone: (54) 9937-9973

Email: não possui

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG , fundada em 06 de março de 2012, com sede e foro na Rua Nova Vicenza, bairro Barragem da CORSAN, Estrada Santa Rita N. 11 Aldeia Farroupilha, Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do

Sul, é uma associação, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência, que tem por finalidade:

- Promover o desenvolvimento de atividades socioeconômicas que resultem em benefício coletivo à comunidade;
- Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural da comunidade;
- Defender os direitos e interesses da comunidade junto a órgãos públicos e privados;
- Promover e desenvolver intercâmbios, projetos e convênios com instituições nacionais e internacionais, governamentais ou não-governamentais;
- Promover atividades educativas relacionadas à saúde, saneamento e vida social dos índios Kaingang da referida comunidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

O projeto de apoio à produção artesanal da atividade “bichos de madeira” é uma proposta de valorização e ampliação da produção desse artesanato resultando: na melhoria das condições de trabalhos dos indígenas, aumento da produção e consequentemente aumento da renda.

Atualmente moram na comunidade de farroupilha cerca de setenta e três pessoas entre homens, mulheres e crianças. A comunidade conta com infraestrutura básica com casa de madeiras feitas em parceria com a FUNAI que fez a doação das madeiras, estas casas se encontram em bom estado e a comunidade conta ainda com uma escola, um banheiro coletivo, sistema de água e coleta de lixo. A principal atividade econômica desenvolvida entre os Kaingang da comunidade de farroupilha é a produção de artesanato e o extrativismo de algumas espécies vegetais além de pessoas que trabalham como vendedores ambulantes.

PÚBLICO ALVO

O projeto é destinado aos moradores da comunidade indígena Farroupilha da etnia Kaingang.

JUSTIFICATIVA

O projeto se justifica a partir da observação da reduzida capacidade produtiva do artesanato feito em madeira. Esta limitação tem impedido os indígenas de ampliarem sua renda e ao mesmo tempo aumentado o tempo de produção das peças que são confeccionadas com ferramentas inadequadas. Diante da possibilidade do aumento das vendas desse tipo de artesanato, visto que a comunidade atualmente vende toda a produção que não ultrapassa a média de 100 peças mensalmente e afirmam que poderia vender mais como pode ser visto: *“hoje nós vendemos tudo, é cerca de 100 peças por mês, mas se tivesse 200 peças, venderia tudo, porque depois que acaba o pessoal procura”*.

OBJETIVOS

Geral:

Ampliar e apoiar a produção de bichos talhados em madeira, reforçando o apoio a uma atividade tradicional, possibilitando o aumento da renda das famílias Kaingang

Específicos:

- Ampliar a produção do artesanato;
- Promover a capacitação dos indígenas para melhoria da produção;
- Adquirir ferramentas e materiais mais adequados para ampliar a produção artesanal;
- Aumentar a geração e a distribuição de renda

METAS

- Adquirir ferramentas para facilitar a produção do artesanato;
- Capacitar 19 famílias para uso das ferramentas e melhoria da produção;
- Aumentar a produção do artesanato (bichos de madeiras) dos atuais 100 peças por mês para 200 peças;
- Reforçar atividades tradicionais;

METODOLOGIA

As atividades serão executadas de forma participativas por meio de reuniões na casa de fala e por oficinas realizadas com os indígenas mais experientes que repassarão o conhecimento sobre as técnicas de produção e uso das ferramentas.

INDICADORES

- Número de famílias realmente atendidas;
- Numero de máquinas adquiridas;
- Numero de peças fabricadas;
- Verificação do aumento da renda;

AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir ferramentas e materiais mais adequados para ampliar a produção artesanal; • Promover a capacitação dos indígenas para melhoria da produção; • Ampliar a produção do artesanato; • Aumentar a geração e a distribuição de renda 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias realmente atendidas; • Numero de máquinas adquiridas; • Numero de peças fabricadas; • Verificação do aumento da renda; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas técnicas; • Registros fotográficos; • Notas fiscais; • Avaliação da comunidade; • Relatórios de andamento das atividades; • Relatório final; 	<ul style="list-style-type: none"> • Bimestral; • Por atividade desenvolvida ; • Por atividade desenvolvida ; • Bimestral; • Mensal; • Ao término do projeto (quarto mês)

ORÇAMENTO:

Atividade	Detalhamento	Valor	Período
Pesquisa de preços	Envio da cotação de preço	Contrapartida da comunidade	1º mês
Infra estrutura	Preparação do local para produção comunitária chamada de casa de ferramenta	Contrapartida da comunidade	1º mês
Ferramentas	Serra de fita – 1 Und	500,00	2º mês
Ferramentas	Lixadeira manual – 1 Und	250,00	2º mês
Ferramentas	Pirógrafo – 1 Und	500,00	2º mês
Ferramentas	Lixas para lixadeira – 100 metros	150,00	2º mês
Capacitação	Oficina de uso de ferramentas e melhoria da produção comunitária	Contrapartida da comunidade	3º mês
VALOR FINAL		1.500,00	

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que ao término desse pequeno projeto, que a nossa comunidade seja beneficiada com capacitação e melhoria das técnicas de produção, que podem ser alcançadas graças ao apoio de ferramentas mais adequadas. Também esperamos ampliar a nossa produção e aumentar a nossa renda mensal.

PARCERIAS

Nesta atividade a parceria desejada e firmada é com a FAPEU que fará a avaliação e o acompanhamento das atividades desse projeto garantindo a correta aplicação dos recursos e o apoio para realização da oficina de produção e uso das ferramentas.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data:

Assinatura:



PROJETO DE GESTÃO DO LIXO
Comunidade Limpa Saúde de Todos
Comunidade indígena Lomba do Pinheiro

Porto Alegre/RS
Maio de 2012

PROJETO COMUNIDADE LIMPA SAÚDE DE TODOS

Comunidade da Lomba do Pinheiro

LINHA TEMÁTICA

() GERAÇÃO DE RENDA (x) SAÚDE (x) MEIO AMBIENTE

() CULTURA (X) EDUCAÇÃO INFORMAL (x) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

O projeto tem abrangência local para todos da comunidade

PRAZO DE EXECUÇÃO:

4 meses

VALOR DO PROJETO:

1000,00 Reais

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: Associação Indígena Fág Nhin

Endereço: Estrada João de Oliveira Remião, nº 9105

CNPJ:

Telefone: (51) 9120 2619

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Irma Keme Sales

Endereço: Estrada João de Oliveira Remião, nº 9105

CPF: 01440955050

RG: 1062815181

Telefone: (51) 9120 2619

Email: pst.trinda@hotmail.com irmakaingang@gmail.com

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A associação Indígena Fág Nhin foi criada para assessorar na busca de projetos em prol da comunidade,. Como principal atividade está o projeto realizado com a parceria do Ministério das Comunicações conseguindo internet via satélite com o

projeto presença do Gesac, Promovendo a inclusão digital na aldeia. A associação esteve presente também junto com a comunidade nas atividades do Projeto promovido pela UFRGS, Projeto Saúde Mental Conviver para Viver Melhor, projeto este que foi premiado pelo ministério dos direitos humanos onde o cacique foi até Brasília receber o premio em nome da comunidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto será apresentado em oficinas de conscientização ambiental, com a proposta de gestão comunitária do lixo na Comunidade Indígena da Lomba do pinheiro. Promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas pela aldeia, utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo.

PÚBLICO ALVO

Comunidade indígena da Lomba do Pinheiro e visitantes

JUSTIFICATIVA

A comunidade sofre com o acúmulo do lixo e o crescimento rápido das gramas e capins no entorno do Centro Cultural, no pátio da Escola, na Praça e por toda a extensão das ruas da aldeia. É importante para manter a aldeia limpa e com isso as crianças poderem brincar mais tranquilas e por consequência a boa saúde de todos os membros da comunidade e manter a boa estética da aldeia para os visitantes.

OBJETIVOS

Geral:

- Manter a boa saúde da comunidade promovendo a separação do lixo reciclável e poda do mato e das gramas.

Específicos:

Fazer a separação do lixo;

- Realizar a poda do mato e da grama;
- Promover a conscientização ambiental na comunidade;
- Manter a boa estética Da comunidade;

- Colaborar com a saúde da comunidade.
- Promover oficinas de materiais reciclados.

METAS

Manter a comunidade da Lomba do pinheiro conscientizada a respeito da coleta seletiva do lixo reciclável. Manter a aldeia sempre limpa e com o mato e as gramas cortadas a cada dois meses, e envolver todas as famílias da comunidade nas atividades de limpeza a cada quinze dias.

METODOLOGIA

A associação chamará a comunidade para explicar numa palestra a importância de manter a aldeia sempre limpa, a importância da separação do lixo seco do orgânico, organizando quinzenalmente um mutirão de limpeza e separação do lixo e corte e poda do mato ao redor da escola, do centro cultural, na praça, campo de futebol e nas ruas da aldeia, uma vez por mês e manter como rotina na comunidade por tempo indeterminado.

Com a coleta dos produtos recicláveis após um certo acúmulo vender para Gerar uma renda coletiva e aproveitar nos almoços coletivos que acontecem todas as segundas-feiras na comunidade.

INDICADORES

Numero de sacos de lixo reciclável acumulado por mês, número famílias atendidas, mutirões realizados por mês, Número de latões disponível para a comunidade, número de podas e corte realizados.

AValiação

A avaliação se dará por meio de um relatório de acompanhamento com fotos e pesquisa de satisfação na comunidade e das instituições visitantes da aldeia e uma aceitação da instituição financiadora.

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
1-Fazer a reciclagem do lixo; 2-Realizar a poda do mato e da grama; 3-Promover a conscientização ambiental na comunidade; 4-Manter a boa estética Da comunidade; 5-Colaborar com a saúde da comunidade	Numero de sacos de lixo reciclável acumulado por mês, número famílias atendidas, mutirões realizados por mês, Número de latões disponível para a comunidade, número de podas e corte realizados.	Relatório e fotos	Quinzenalmente e Mensalmente

CRONOGRAMA

Atividade	Detalhamento	Periodo
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto Aldeia Limpa Saúde de Todos.	Junho
Oficinas educativas	Oficinas e distribuição de folders sobre a importância da separação do lixo e poda do mato e grama na aldeia	Junho
Orçamentos	Realiza orçamento de uma Roçadeira a gasolina para o corte dos capins e da grama na aldeia, rastelo e sacos de lixo. Buscar doações de tonéis	Junho
Execução das atividades	Mobilizar a comunidade para a realização da coleta do lixo, separação do lixo seco do orgânico, corte e poda da grama e do mato nos arredores do centro cultural, da escola, da praça, nas ruas da aldeia e no campo de futebol.	Julho
Apresentação dos resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Agosto

ORÇAMENTO

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR
Roçadeira a gasolina	1	750,00 Reais
Rastelo	1	20,00 Reais
Enxada	1	20,00 Reais
Carrinho de mão	1	70,00 Reais
Sacos de Lixo	1 fardo	50,00 Reais
Palestrante	1	Contra partida da comunidade
Gasolina		Contra partida da comunidade
Luvas		40,00 Reais
Foice	1	50,00 Reais
TOTAL		1.000,00 Reais

RESULTADOS ESPERADOS

Membros da comunidade conscientizados da importância da separação do lixo seco do orgânico e manter a aldeia sempre limpa e livre de vetores

PARCERIAS

Contrapartida comunidade com mão de obra, FAPEU, DNIT.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data: 24 de maio de 2012

Assinatura:



**PROJETO APOIO A INFRAESTRUTURA DA ALDEIA
Instalação de Banheiros de Uso Coletivo
Comunidade indígena Morro do Osso.**

Porto Alegre – RS
Maio de 2012

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROJETO INSTALAÇÃO DE BANHEIROS DE USO COLETIVO
Na comunidade indígena Morro do Osso.

LINHA TEMÁTICA

() GERAÇÃO DE RENDA (x) SAÚDE (x) MEIO AMBIENTE
() CULTURA () EDUCAÇÃO INFORMAL (x) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

Abrangência local e irá beneficiar diretamente 37 famílias da Comunidade do Morro do Osso.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

4 meses

VALOR DO PROJETO:

Custo Final: R\$ 3.434,56 reais

Custo Projeto: R\$ R\$ 1.434,56

Contrapartida: R\$ 2.000,00

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: Associação Indígena Tupe Pãn

Endereço: rua professor padre Werner, 77 – bairro tristeza - Porto Alegre

CNPJ: Telefone: (51)95404437

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Alípio Mineiro

Endereço: rua professor padre Werner, 77 – bairro tristeza - Porto Alegre

CPF: 585.959.450-05 RG: 1034210896 Telefone: (51)95404437

Email: Felipe_lipe671@gmail.com

HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Atualmente a comunidade indígena do Morro do Osso, situada no bairro tristeza em Porto Alegre, é composta de 37 famílias (aproximadamente 160 pessoas) entre homens, mulheres e crianças. Residem em casas de madeiras, muitas necessitando de reformas e algumas sendo reconstruídas. Existe também uma pequena escola onde são atendidas crianças de 1ª à 5ª série, mas está em estado bem precário. Também tem uma horta comunitária onde são cultivadas algumas verduras e

hortaliças para consumo da comunidade. Sua renda é baseada nas vendas de artesanatos e alguns, em empregos diversos.

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Esta instituição foi fundada em março de 2012 com o apoio do Plano de Fortalecimento Institucional dos Índios Kaingang do Programa Básico Ambiental da BR 386. Essa associação representa 37 famílias da Comunidade do Morro do Osso. A associação conta com a parceria da FAPEU e do DNIT. Como foi recém criada, este é o primeiro projeto a ser elaborado.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Este projeto visa a construção de 2 banheiros comunitários exclusivo para banho, pois na nossa comunidade não existe um lugar adequado para tomar banho. O problema principal é no inverno, quando é muito frio, as crianças e idosos acabam por adoecer.

PÚBLICO ALVO

As 37 famílias da comunidade indígena Morro do Osso.

JUSTIFICATIVA

Este projeto tende a atender uma das necessidades mais urgentes da comunidade Kaingang do Morro do Osso, pois não há, no momento, uma infra-instrutora adequada e nem saneamento básico para atender as 37 famílias que residem lá, neste caso estrutura de banho com chuveiro elétrico.

OBJETIVOS

Geral:

- Melhorar as condições habitacionais da comunidade.

Específicos:

- melhorar a condição de vida de cada morador;
- melhorias na saúde em geral;
- construção de banheiros,

METAS

- construção dos estabelecimentos para instalar os chuveiros;
- instalar 2 chuveiros elétricos;
- atender as 37 famílias;
- reduzir o número de doenças que ocorrem principalmente no inverno;
- concluir a obra.

METODOLOGIA

- definir o local pra instalar os chuveiros;
- construção da fossa para onde irá a água;
- definir os materiais necessários para a instalação dos chuveiros;
- compra dos materiais;
- fazer o orçamento dos materiais.

INDICADORES

- definição de equipe da comunidade que irá instalar os chuveiros;
- definição do projeto (escoamento de água e entrada de energia elétrica);
- início da obra;
- entrega da obra.

AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
Construção de banheiro coletivo	Uso coletivo;	Fotos;	Diário
Melhoria nas condições de vida dos moradores;	Uso coletivo;	Satisfação;	Mensal
Melhoria na saúde em geral.	Reduzir as doenças de inverno.	Comparar ocorrência de doenças de inverno entre 2011 e 2012.	Anual

ORÇAMENTO

Atividade	Detalhamento	Valor	Período
Compra dos materiais	Mil tijolos	375,00	1º mês
	2 metros areia	107,60	1º mês
	10 sacos de cimento de 50 kg	205,00	1º mês
	5 sacos de cal de 20 kg	38,75	1º mês

	1 metro de brita rosa	62,90	1º mês
	1 metro areia grossa	49,90	1º mês
	2 kg alvenarite	14,60	1º mês
	9 telhas isdralit	84,60	1º mês
	1 kg pregos telheiro	14,40	1º mês
	6 madeira de cedro – 3 m	83,94	1º mês
	3 madeira de cedro – 4 m	77,85	1º mês
	1 Tubo de água tigre	10,79	1º mês
	2 duchas Lorenzetti	73,00	1º mês
	2 registros lecat	28,70	1º mês
	1 tubo tigre esgoto	13,90	1º mês
	10 m fio cabo	35,00	1º mês
	2 portas PVC	123,00	1º mês
	1 caixa sifonada quadrada	13,93	1º mês
	1 caixa sifonada redonda	6,70	1º mês
	Frete	15,00	1º mês
	Total de materiais	1.434,56	
Contrapartida	Mão de obra	2.000	Durante todo o projeto
	Caixa d'água fibra	152,48	Durante todo o projeto
Total do projeto		3.587,64	

RESULTADOS ESPERADOS

Satisfação da comunidade;

Melhoria na condição de vida;

Melhoria na saúde em geral.

PARCERIAS

DNIT, UFSC, FUNAI, FAPEU e HABITAT

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data: 23 de maio de 2012

Assinatura:



PROJETO DE APOIO A GERAÇÃO DE RENDA
Confecção de Camisetas
Comunidade indígena Morro Santana

Porto Alegre/RS
Maio de 2012

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

CONFECÇÃO DE CAMISETAS

LINHA TEMÁTICA

(X) GERAÇÃO DE RENDA () SAÚDE () MEIO AMBIENTE

(X) CULTURA () EDUCAÇÃO INFORMAL (X) ETNODESENVOLVIMENTO

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

Local incluindo Comunidade e Associação

PRAZO DE EXECUÇÃO:

6 MESES

VALOR DO PROJETO:

R\$ 1.500

INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: RÁT HÉJ

Endereço: RUA NILSON DO SANTOS COSTA N: 437 BAIRRO: VILA SAFIRA

CNPJ: Telefone: 51 91950937

INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: ARI RIBEIRO

Endereço: RUA NILSON SANTOS COSTA

CPF: 531.400.100.44

RG: 50706139-62

Telefone: 51 91950937

Email: of44427@gmail.com

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A associação indígena RÁ THÉJ, fundada em 29 de fevereiro de 2012, com sede na rua Nilson do Santos Costa, Numero 437, Bairro Vila safira, Aldeia Morro Santana, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma associação sem fins lucrativos e conta com o apoio do Plano de Fortalecimento Institucional dos Índios Kaingang do Programa Básico Ambiental da BR 386. Essa associação representa 11 famílias da Comunidade do Morro Santana. A associação conta com a parceria da FAPEU e do DNIT. Historicamente a Comunidade vive na região desde 1995. Originários de Nonoai a Comunidade, buscando novas formas de venda do seu trabalho, começou a se deslocar para Porto Alegre onde construiu vínculos com outros familiares que aqui moravam, fazendo com que ao longo do tempo decidissem morar definitivamente em Porto Alegre. Aqui vivem em comunidade e produzem e comercializam artesanato e ervas medicinais e mantém ponto de venda fixo na Praça da Alfândega e Brique da Redenção.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto de apoio a confecção de camisetas visando a comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Théj beneficiando 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças ,tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

PUBLICO ALVO

Associação e comunidade.

JUSTIFICATIVA:

Este projeto se justifica considerando que a associação e a Comunidade já contam com ponto de venda fixo de seu artesanato. Nesta comercialização são incluídos: artesanato em sementes, taquara, cipó do mato e ervas medicinais, diversificando a produção de colares, cestos, pulseiras, brincos, cestaria em geral, flechas, cocar, mantas de tricô, anéis. Devido a baixa venda destes produtos tradicionais acreditamos que a diversificação da oferta de produtos pode ser ampliada com a inclusão de camisetas com estampas próprias que resgatem a cultura e a identidade

da etnia e da Comunidade. Desta forma, a inclusão das camisetas e a sua venda aumentaria a renda e ajudaria a divulgar a nossa cultura com imagens nelas postas.

OBJETIVOS

Geral:

- Ampliar a oferta de produtos a serem comercializados visando divulgar e expandir a Associação através da criação de camisetas com estampas próprias da comunidade.

Específicos:

- Buscar cursos de design e publicidade para desenvolver parceria na criação das estampas;
- Criar estampas com identidade da etnia Kaingang;
- Desenvolver parcerias para a comunidade;
- Gerar renda.
- Capacitar a comunidade para a gestão da associação;
- Envolver a comunidade na atividade conjunta de criação e comercialização;

METAS

- Envolver e capacitar as 11 famílias da comunidade para a gestão da associação;
- Buscar apoio de Universidade através dos cursos de design e publicidade para desenvolver parceria na criação das estampas;
- Produzir e comercializar 100 camisetas nos primeiros seis meses;
- Criar fundo de reserva para associação que possa ser reinvestido em novas ações visando a melhoria da qualidade de vida na comunidade;

METODOLOGIA

No primeiro mês:

- pesquisar malharias e fornecedores e orçamentos;
- buscar apoio para a definição das estampas e arte usadas;
- definir tamanho, cores e quantidade;

No segundo mês:

- definir as estampas e a arte das camisetas;

No terceiro mês:

- produzir as camisetas;
- produzir embalagens;
- receber e conferir mercadorias e fazer o pagamento.

No quarto mês:

- incluir as camisetas nos pontos de venda existentes e definir novos locais de vendas;

No quinto mês avaliação.

No sexto mês avaliação final e prestação de contas.

INDICADORES

- 100 camisetas produzidas;
- Venda das 100 camisetas
- Criação do fundo de reserva em conta de corrente;

AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores de Resultados	Meios de Verificação	Periodicidade
Buscar cursos de design e publicidade para desenvolver parceria na criação das estampas;	Termo de parceria	Entrega das estampas	01 mês
Criar estampas com identidade da etnia Kaingang;	Estampas com identidade própria	Entrega das estampas e/ou nota fiscal do serviço	01 mês
Desenvolver parcerias para a comunidade;	Novos parceiros		
Gerar renda.	Criação do fundo de reserva	Extrato da Conta bancária	Todos os meses
Capacitar a comunidade para a gestão da	Incluir a comunidade na gestão da	Fotos, reuniões, encontros, prestação	Desde o início

associação;	associação	de contas	
Envolver a comunidade na atividade conjunta de criação e comercialização;	Incluir a comunidade no projeto	Fotos, reuniões, encontros, prestação de contas	Desde o início

ORÇAMENTO

Atividade	Detalhamento	Valor	Periodo
Confecção de camisetas	Compra de camisetas Criação a estampa Impressão das estampas	R\$ 1.000,00 R\$ 200,00 R\$ 300,00	3 meses
Comercialização	Ponto de Venda e equipe de venda. 90 diárias	Diária de R\$ 30,00 por 90 dias. R\$ 2.700,00	4º mês em diante
Embalagens	Criação e confecção das embalagens (100)	R\$ 500,00	3 meses
Total do projeto		R\$ 4.700,00	Final
Total do financiamento		R\$ 1.500,00	Primeiro mês
Total de contrapartida		R\$ 3.200,00	Durante o projeto.

RESULTADOS ESPERADOS

Ampliação da renda e fortalecimento da Associação e da cultural Kaingang através das 100 camisetas produzidas e comercializadas e da criação do fundo de reserva em conta corrente;

PARCERIAS

DNIT, UFSC, FUNAI, FAPEU, HABITAT

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Data: 23/05/2012

Assinatura:

ANEXO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES

Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang

TERCEIRA FASE – PBA BR386

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES

Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang

SET/OUT/NOV/DEZ 2012

JAN/FEV/MAR 2013

Cleber Oliveira de Araújo

Biólogo e Indigenista

Brasília, Março de 2013.

1. INTRODUÇÃO

Este é o relatório de acompanhamento da **terceira fase** de atividades de suporte às associações indígenas Kaingang atendidas pelo PBA da BR 386/RS no âmbito do Plano de Fortalecimento Institucional Kaingang, composto pelas atividades do Plano de Apoio aos Pequenos Projetos, este último, implantado durante a segunda fase de atividades na oficina de projetos.

“O plano de apoio aos pequenos projetos Kaingang é uma linha de financiamento disponibilizada pela FAPEU destinada à pequenos projetos entre os índios Kaingang atendidos pelo PBA da BR-386. Este plano é uma oportunidade encontrada para destinar uma linha de recursos as associações recém criadas, para que estas sejam capacitadas na prática para obtenção dos recursos (elaboração do projeto), gestão dos recursos (uso e aplicação das atividades previstas nos projetos) e prestação de contas (para comunidade e financiadores), onde as associações serão acompanhadas para a correta aplicação dos recursos, resultando em uma integração de aprendizado prático. (ARAÚJO, 2012)

A terceira fase de trabalho iniciada em junho de 2012 teve por objetivos a análise dos projetos, a avaliação das etapas de trabalhos realizados e o acompanhamento das associações na execução dos projetos e demais atividades, além de:

- Dar suporte as associações, ajudando no seu funcionamento;
- Auxiliar a diretoria na condução das atividades assumidas com os projetos e na proposição de outras atividades que estejam ligadas a agenda futura das comunidades;
- Elaborar o formulário de avaliação dos projetos e aplicá-los em cada associação, permitindo aos indígenas que expressem suas primeiras impressões na execução dos projetos;
- Receber e avaliar a prestação de contas das associações referente aos projetos, indicar medidas corretivas se necessárias, dar retorno as comunidades e as devidas orientações a diretoria;
- Promover o gradativo desligamento do apoio dado pela FAPEU com a finalidade de fortalecer as associações indígenas e de diminuir a dependência técnica.

Devido as diversas situações apresentadas no calendário interno das comunidades e nas dificuldades naturalmente encontradas durante a execução do projeto, todas

as atividades e o cronograma de ações de apoio foram ajustados ao tempo indígena, pois as comunidades precisaram de um pouco mais de tempo para a execução dos projetos.

Visto que, a questão do atendimento aos prazos é um item fundamental, no processo de prestação de contas e para as boas práticas da execução de projetos, todas as associações foram alertadas para esta situação, sendo que duas das quatro instituições criadas não conseguiram atender aos prazos de execução.

Essa situação já era esperada, porque, a maioria das comunidades com exceção da comunidade Lomba do Pinheiro, não detinham conhecimento prévio de como funcionava uma associação, ou como elaborar e tão pouco executar um projeto. Neste sentido a maneira de propor e executar os projetos foi simplificada e adaptada a dinâmica das comunidades, permitindo que estes construíssem propostas de acordo com sua agenda interna e que a execução também não confrontasse com a agenda de outras atividades cotidianas.

Neste sentido, o presente relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas entre os meses de **outubro à dezembro de 2012** e conforme dilatação nos prazos já justificada acima, apresenta também as atividades compreendidas entre **janeiro e março de 2013**.

2. METODOLOGIA

As atividades de suporte foram feitas a partir da realização de oficinas de apoio, visitas informais, elaboração e aplicação de formulários de avaliação, além de instruções via e-mail, telefone e apoio presencial.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR PERÍODO

A seguir detalha-se as principais atividades desenvolvidas entre outubro de 2012 à março de 2013. Indicando as ações propostas e desenvolvidas com vistas a dar suporte as associações na execução dos projetos e na condução das associações.

OUTUBRO/2012

Principais atividades desenvolvidas

- Acompanhamento e orientação das associações para a realização dos orçamentos e cotação dos preços;
- Suporte por e-mail e telefone às comunidades que entraram em contato;

Durante o mês de outubro, após a emissão de todas as orientações possíveis e também após a liberação dos recursos para cada associação proponente dos projetos, foi dado tempo para que a diretoria e os demais representantes iniciassem a execução das atividades apresentadas no plano de trabalho anexo a cada projeto, em especial a realização dos orçamentos.

O que se percebeu na prática, que mesmo o plano tendo sido definido por representantes indígenas, estes nem sempre foram seguidos na prática pela associação, mas o planejamento nunca pode ser encarado como algo estático, mas como uma ferramenta adaptável as diversas dificuldades enfrentadas pelas associações e ainda adaptável as especificidades indígenas.

O que seria constatado mais a frente é que duas associações apresentaram problemas na cotação dos preços, com erros comuns, como a falta dos orçamentos e/ou orçamentos apresentados com ausência de dados das empresas. Como esta e outras atividades da execução do projeto tem o caráter primordialmente educativo, todas as comunidades receberam novas orientações a partir das dificuldades encontradas por cada associação.

NOVEMBRO/2012 Principais atividades desenvolvidas

- Elaboração do formulário de avaliação e suporte aos pequenos projetos Kaingang;
- Orientação às associações para a abertura das contas.

Novembro foi marcado pela elaboração do formulário de avaliação e suporte aos projetos. Foi pensando em uma ferramenta que permitisse aos indígenas observarem o processo onde estavam inseridos, confrontando-os com sua realidade tradicional, pois até este momento, os indígenas já estavam em contato com procedimentos burocráticos, regras para elaborar, acessar e utilizar os recursos, além da apreensão de fazer a coisa correta perante a sua própria comunidade evitando assim conflitos e desconfianças dos membros da comunidade.

De todo modo a ferramenta de avaliação proposta também tinha por finalidade demonstrar a FAPEU como as atividades estavam sendo executadas, se existiam atividades atrasadas e se os indígenas estavam precisando de apoio.

DEZEMBRO/2012 Principais atividades desenvolvidas

- Visita e entrega do formulário de avaliação e suporte aos pequenos projetos;
- Orientação quanto ao arquivamento da documentação que comprova a execução do projeto

Em dezembro as comunidades foram novamente visitadas para a entrega do formulário de avaliação e suporte aos pequenos projetos e orientadas quanto ao seu preenchimento e quanto ao arquivamento dos orçamentos realizados nos meses anteriores.

Apenas duas associações fizeram esta avaliação escrita, assim estes puderam praticar o exercício de sistematizar as experiências de sua comunidade com os projetos, onde os protagonistas são eles mesmos. Para evitar prejuízos para a avaliação de todas as associações, essas que não apresentaram o formulário preenchido, foram entrevistadas e responderam as perguntas durante a visita as comunidades em março de 2013.

JANEIRO/2013

Principais atividades desenvolvidas

- Suporte às comunidades que ainda não haviam conseguido executar o projeto.
- Apoio à comunidade Morro Santana para a confecção das camisetas

Até janeiro de 2013, apenas as comunidades Morro do Osso e Lomba do Pinheiro haviam executado o projeto completando todas as etapas previstas. As demais, Morro Santana e Farroupilha até o momento apresentaram diversas atividades pendentes.

A FAPEU concedeu o devido suporte as duas comunidades que puderam avançar em suas atividades, estes avanços serão vistos mais a frente no item de gestão e acompanhamento dos projetos.

FEVEREIRO/2013

Principais atividades desenvolvidas

- Elaboração da programação de visitas às comunidades para prestação de contas;
- Visita e entrega da programação das atividades em cada aldeia.

Em fevereiro de 2013 a fim de dar continuidade ao suporte as associações, foi elaborado e entregue as comunidades a programação de atividades a serem desenvolvidas para fechamento dos projetos e da prestação de contas e também ações para gestão das associações com a realização da assembleia geral para tratar da eleição ou reeleição da diretoria, conforme segue abaixo na íntegra.

PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

PLANO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES E DOS PROJETOS KAINGANG

APRESENTAÇÃO

Com a finalidade de dar andamento às ações de capacitação, estrutura e suporte as associações criadas durante o processo de diálogo sobre associativismo entre os índios Kaingang no âmbito do PBA da BR 386, por meio do Plano de Fortalecimento Institucional, a FAPEU vem informar as comunidades as **datas e temas** da próxima reunião que tem por finalidade dar suporte às comunidades quanto à prestação de contas e avaliação dos resultados do exercício de 2012, além de verificar e atender as demandas apresentadas neste período conforme segue abaixo.

ASSUNTOS E TEMAS DAS REUNIÕES

MANHÃ

- Entrega da prestação de contas da execução do projeto
- Avaliação da prestação de contas e da documentação apresentada;
- Apresentação e aprovação dos resultados para a comunidade;
- Avaliação do processo e dos resultados;
- Avaliação do primeiro ano de atividades;

TARDE

- Diálogo sobre o funcionamento e a gestão das associações;
- Avaliação do exercício de 2012;
- Eleição de nova diretoria e alteração estatutária sobre a vigência dos mandatos de um ano para dois anos;
- Abertura das contas das associações;
- Diálogo sobre o processo de finalização do apoio dado pela FAPEU.

TEMAS ESPECÍFICOS

- Definição e Suporte para o andamento dos projetos de Lajeado e Estrela que não foram iniciados ou iniciados parcialmente;
- Verificação da demanda para abertura da associação da comunidade de Lajeado;

DATAS DAS ATIVIDADES

PORTO ALEGRE – 04,05, 06 DE MARÇO

Comunidade – Morro do Osso – 04/03/13

Comunidade – Morro Santana – 05/03/13

Comunidade – Lomba do Pinheiro – 06/03/13

ESTRELA – 07, 08, 09 DE MARÇO.

Comunidade – Estrela – 08/03/13

Comunidade – Lajeado – 09/03/13

FARROUPILHA – 10, 11 DE MARÇO.

Comunidade – Farroupilha – 11/03/13

PALAVRAS FINAIS

É muito importante que a diretoria da associação juntamente com a liderança reúna toda a comunidade para juntos conversarmos sobre os resultados alcançado até aqui e sobre os próximos passos que vamos precisar dar para ver a associação crescendo e trazendo resultados ainda maiores para contribuir com o desenvolvimento de todos.

Lembre-se que a participação da atual diretoria é obrigatória, pois iremos tratar da reeleição ou eleição de nova diretoria.

MARÇO/2013

Principais atividades desenvolvidas

- Entrega da prestação de contas da execução do projeto;
- Avaliação da prestação de contas e da documentação apresentada;
- Apresentação e aprovação dos resultados para a comunidade;
- Avaliação do processo e dos resultados;
- Avaliação do primeiro ano de atividades;
- Eleição de nova diretoria e alteração estatutária sobre a vigência dos mandatos;
- Abertura das contas das associações;

Em março de 2013 foram realizadas as oficinas com as comunidades para tratar da prestação de contas e das demais atividades listadas a cima, os resultados da avaliação dos resultados da prestação de contas apresentadas por cada associação será visto no item de gestão e acompanhamento dos projetos neste relatório.

Outra atividade fundamental realizada neste período foram as assembleias de cada associação onde em sua grande maioria foi decidido por unanimidade a reeleição da atual diretoria e também a alteração estatutária sobre o período de duração dos mandatos. A seguir segue na íntegra as atas das assembleias:



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLÉIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO TUPEPÂN

Às 10 horas e 20 minutos do dia 05 do mês de março de 2013 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPE PÃN, DA COMUNIDADE INDÍGENA MORRO DO OSSO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o indígena Álvaro de Paula e para secretariar Luiz Felipe Loureiro. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAINGANG, APENAS QUANTO AO ART. 16 QUE TRATA DA DURAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA CONFORME SEGUE ABAIXO:

*Art. 16 - O mandato da diretoria passará de **um ano**, podendo ser renovado. Para um período de **quatro anos** mantendo a possibilidade de renovação.*

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;

Houve a eleição de novo presidente, onde: o atual passou a ser vice presidente e o vice foi eleito o presidente da associação. Por unanimidade o Conselho Diretor, com mandato de **05 de Março de 2013 até 05 de Março de 2017**, passou a ser o seguinte: os Diretores **ÁLVARO DE PAULA (PRESIDENTE) e ALIPIO MINEIRO (VICE-PRESIDENTE)**; foram reeleitos; **ANTÔNIO RAUL DA SILVA (TESOUREIRO). LUIZ FELIPE LOUREIRO (SECRETÁRIO)**. O Conselho Fiscal reeleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **VALDOMIRO VERGUEIRO**, como presidente do conselho, **VOLMIR VERGUEIRO E MARIO VERGUEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **CLEONICE VERGUEIRO E ROSANE GONÇALVES**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu Luiz Felipe Loureiro, lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos.

Porto Alegre, RS. 05 de Março de 2013

Álvaro de Paula – Presidente

Luiz Felipe Loureiro – Secretário

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLÉIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E ELEIÇÃO

DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RÁ THÉJ

Às 14 horas e quarenta minutos do dia quatro do mês de março de 2013 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia de Alteração Estatutária e Eleição (nova) da Diretoria da Associação **RÁ THÉJ** da etnia Kaingang da **COMUNIDADE INDÍGENA MORRO SANTANA**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o presidente da associação o indígena Ari Ribeiro e para secretariar Nerlei Fidelis. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAINGANG, APENAS QUANTO AO ART. 16 QUE TRATA DA DURAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA CONFORME SEGUE ABAIXO:

*Art. 16 - O mandato da diretoria passará de **um ano**, podendo ser renovado. Para um período de **quatro anos** mantendo a possibilidade de renovação.*

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO.

Por unanimidade foram reeleitos para o Conselho Diretor, com mandato de **04 de Março de 2013 até 04 de Março de 2017**, os Diretores **ARI RIBEIRO (PRESIDENTE); ODIRLEI FIDELIS (VICE-PRESIDENTE); NOELI FIDELIS (TESOUREIRA)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **NERLEI FIDELIS**. Quanto ao Conselho Fiscal a maioria dos presentes votaram para eleição de novos conselheiros, pelo mesmo período de mandato da diretoria, ficando assim constituído: **MARCOS VESOLOSQUZKI**, como presidente do conselho, **ERIDSON FIDELIS E NELI FIDELIS**, como titulares do conselho e os suplentes **JÉSSICA DE ALMEIDA SANTARÉM DOS SANTOS E ANGÉLICA DOMINGOS**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos.

3. DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE MORRO SANTANA.

Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, e eu, Nerlei Fidelis lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 04 de Março de 2013

Ari ribeiro – Presidente

Nerlei Fidelis – Secretário

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PÃNH MÁG

Às 11 horas e 10 minutos do dia 11 do mês de Março de 2013 na cidade de Farroupilha, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PÃNH MÁG, DA COMUNIDADE INDÍGENA FARROUPILHA**, com sede domicílio e foro na cidade de Farroupilha, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Silvio Grum Ribeiro e para secretariar Aurelino Ribeiro. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KAINGANG, APENAS QUANTO AO ART. 16 QUE TRATA DA DURAÇÃO DO MANDATO DA DIRETORIA CONFORME SEGUE ABAIXO:

*Art. 16 - O mandato da diretoria passará de **um ano**, podendo ser renovado. Para um período de **três anos** mantendo a possibilidade de renovação.*

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;

Por unanimidade foram **REELEITOS** para o Conselho Diretor, com mandato de **11 de Março de 2013 até 11 de Março de 2016**, os Diretores **SILVIO GRUM RIBEIRO (PRESIDENTE); VANDERLEI RIBEIRO (VICE-PRESIDENTE); EDUARDO DANIEL JARAM RIBEIRO SALLES (TESOUREIRO)**. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo **AURELINO RIBEIRO**. O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: **NELINHO PAULO substituindo WESLEY FIDELIS RIBEIRO**, como presidente do conselho, sendo mantidos **NOTELI RIBEIRO E LUCAS RIBEIRO**, como titulares do conselho e os suplentes **ISAIAS DA SILVA E ORILDE RIBEIRO**, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Aurelino Ribeiro lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Farroupilha, RS. 11 de Março de 2013.

Silvio Grum Ribeiro – Presidente

Aurelino Ribeiro – Secretário

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO FÁG NHIG

Às treze horas e vinte minutos do dia seis do mês de março de 2013 na cidade de Porto Alegre, RS conforme assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA FÁG NHIG KAINGANG, DA COMUNIDADE INDÍGENA LOMBA DO PINHEIRO**, com sede domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, RS, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos Irma Kamê Sales e para secretariar Paulo Sergio Trindade. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia.

1. OBSERVAÇÃO DO ESTATUTO QUANDO AO MANDATO DA DIRETORIA, NO ARTIGO 13 CONFORME SEGUE ABAIXO:

Art. 13 - ... A diretoria é composta por membros eleitos em assembleia, previamente convocados para esse fim, com mandato de três anos e após pode haver reeleição...

2. ELEIÇÃO DE DIRETORIA E DOS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO;

Após uma reunião da comunidade, foram apresentados e aprovados por unanimidade os seguintes dirigentes, com mandato de **06 de MARÇO de 2013 a 06 de MARÇO de 2016**, sendo: **ELEITOS** para presidência da associação a indígena IRMA KEME SALES (PRESIDENTE); os diretores: AMILTON MELLO (VICE-PRESIDENTE); e **REELEITOS** o indígena DENILSON TRINDADE (TESOUREIRO), e PAULO SERGIO TRINDADE (SECRETARIO) a seguir passou-se a composição do conselho fiscal, sendo aprovado e reeleitos por unanimidade os seguintes nomes: TEREZINHA DE PAULA RIBEIRO, CLAUDEMIR SOUZA DE CARVALHO, JAIR REATAHN DA SILVA E SAMUEL DA SILVA, que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos com mandato pelo mesmo período da diretoria. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembleia, e eu, Paulo Sergio Trindade lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes.

Porto Alegre, RS. 06 de Março de 2013

Irma Kamê Sales - Presidente

Paulo Sergio Trindade – Secretario

Gustavo de Machado Costa
OAB –SC 30.855

Todas as atas, juntamente com o requerimento e os estatutos devidamente alterados foram encaminhados ao contador para registro no cartório em duas vias sendo uma destinada à associação e a outra para arquivo junto ao contador.

A reeleição dos atuais diretores das associações demonstrou a intenção da liderança e de cada comunidade em dar continuidade ao trabalho que os atuais diretores vem fazendo, mesmo cientes de que existem muitos pontos a serem melhorados os caciques são unânimes em afirmar que apenas um ano é pouco para permitir um trabalho mais amplo.

É importante ressaltar que o trabalho com as associações em muito respeitou a forma tradicional de organização social, onde não foram registrados acontecimentos de divisões ou cisões de lideranças por disputa de poder entre associação e caciques, mas sim uma integração dessas duas formas de exercer a representação da comunidade.

Assim como previsto no Plano de trabalho, o fortalecimento institucional indígena proposto pela FAPEU, passou pelo reconhecimento das suas organizações tradicionais, respeitando suas formas próprias de organização social e possibilitando o acesso a informações e praticas para criação e abertura de instituições formais, prestando apoio ao trabalho de administração dessas organizações, necessários à execução de projetos, funções administrativas, reuniões, atas, controle de documentos e prestação de contas. (Araújo, 2012).

4. A GESTÃO E O ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

A seguir se detalha por comunidade como os projetos foram executados, a efetividade das ações, a comprovação da execução com a visita do técnico da FAPEU, o recebimento dos orçamentos e notas fiscais e a avaliação da própria comunidade e da diretoria de cada associação.

4.1 PROJETO COMUNIDADE MORRO DO OSSO - Construção de banheiro coletivo.

Este projeto visou a construção de dois banheiros comunitários exclusivo para banho, pois na comunidade não existia um lugar adequado para tomar banho. O problema principal segundo membros da comunidade era no inverno, quando é muito frio, onde as crianças e idosos acabavam adoecendo por tomarem banhos diários em água fria.

Durante todo o processo de execução do projeto a diretoria da associação buscou apoio da FAPEU para a correta utilização dos recursos e para a sua correta aplicação na construção dos banheiros e o resultado desses esforços é que esta comunidade foi aquela que concluiu o projeto dentro dos prazos estabelecidos, entregando a comunidade em Dezembro de 2012 as instalações sanitárias para banho com chuveiros elétricos de acordo com o que havia sido planejado no projeto apresentado a FAPEU.



Houve pequenas mudanças entre os banheiros planejados e o banheiros entregues à comunidade, mas nenhuma dessas pequenas mudanças descaracterizaram o projeto da comunidade que teve a sua aprovação emitida pela FAPEU.

A diretoria da associação Tupé Pãn, entregou todos os três orçamentos, a nota fiscal de compra de acordo com o menor preço apresentado e também o formulário de avaliação e suporte entregue a comunidade que emitiu as seguintes observações:

- *Sobre a experiência de escrever e executar o primeiro projeto pela associação da nossa comunidade, podemos dizer que foi uma experiência*

que levou o aprendizado e que contribuiu para o fortalecimento da associação;

- *Para fazer os orçamentos, foi muito cansativo, pois os lugares eram distantes e exigiu gastos com o transporte e o deslocamento de pessoas da comunidade;*
- *Uma coisa diferente que fizemos foi trocar as portas, no projeto original as portas eram sanfonadas e foram substituídas por porta de madeira, as sanfonadas eram muito frágeis;*
- *O nosso projeto contou com a mão de obra da comunidade e no fim todo mundo ajudou um pouco e agora que ficou pronto todo mundo está usando;*
- *Aprendemos a usar o recurso e a fazer o projeto, mas achamos que precisamos de outras experiências;*
- *A ajuda que precisamos é de mais orientação e para conseguir outros projetos.*

Abaixo segue a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto de construção dos banheiros coletivos.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto;	Realizada
Preparação	Definição de equipe da comunidade que irá instalar os chuveiros;	Realizada
Orçamentos	Definição do projeto (escoamento de água e entrada de energia elétrica);	Realizada
Execução das atividades	Início da obra; Entrega da obra.	Realizada
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Realizada

4.2 PROJETO COMUNIDADE MORRO SANTANA - Confeção de camisetas etnoculturais.

O projeto da comunidade Morro Santana, trata-se de uma proposta para o apoio a confecção de camisetas etnoculturais, visando a comercialização e o fortalecimento da marca da Associação Indígena Rá Thėj beneficiando 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.



Comunidade Morro Santana



Indígenas fazendo uso das camisetas produzidas



Apresentação das camisetas para a comunidade



Camiseta em detalhe

A diretoria e os responsáveis pela execução das atividades do projeto como cotação de preço, definição de estampas e outras fases necessárias para a confecção de camisetas, tiveram muitas dificuldades, principalmente com a questão de organização e definição de responsáveis por cada tarefa e o resultado foi um enorme atraso para finalização do projeto.

Previsto para ser finalizado em dezembro de 2012, o projeto só foi concluído em março de 2013. A diretoria da associação apresentou a prestação de contas completa, com três orçamentos, e a nota fiscal de compra realizada junto a empresa que apresentou o menor preço, neste sentido está aprovada a prestação de contas da referida associação.

A comunidade seguiu o plano de trabalho e nenhuma atividade prevista deixou de ser executada, esta ainda apresentou completamente preenchido o formulário de avaliação e suporte entregue a diretoria que emitiu as seguintes observações:

- *Sobre a experiência de escrever e executar o primeiro projeto, podemos dizer que fica uma preocupação porque fica um pouco de medo, porém a capacitação deixou claro o que tínhamos que fazer;*
- *Sobre a realização das etapas do projeto, foi feito um cronograma, mas na prática a comunidade não conseguiu seguir a agenda, pois tem muitos que estão ocupados por que trabalham o dia inteiro, por isso achamos que a escolha das estampas ficou um pouco equivocada, mas todo mundo ajudou um pouco e por isso nosso projeto contou com a participação de todos os moradores.*
- *Uma das maiores dificuldades foi para fazer e escolher as estampas, que só saiu porque a FAPEU ajudou.*
- *A gente não conseguiu atender o prazo do projeto porque tivemos problemas internos que envolveram o grupo, inclusive em novembro parte da comunidade ficou 10 dias na TI Nonoái/RS.*
- *Também encontramos dificuldades na hora de conseguir os orçamentos, pois as empresas queriam dar o orçamento em um pedaço de papel de rascunho. Foi uma coisa nova, por não haver costume, achamos que fomos mal recebidos, mas foi bom que aprendemos a ter paciência, inclusive com as empresas que deram um prazo para entregar os orçamentos e nem nos retornaram;*
- *Ainda aprendemos que a escolha dos modelos de camisetas não pode ser só no nosso gosto, pois as vezes o gosto de quem poderia comprar é diferente, desse jeito temos que ir pensando no público para que a meta de venda seja atingida.*

Abaixo segue a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto de confecção das camisetas.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto;	Realizado
Preparação	Pesquisar malharias e fornecedores e orçamentos;	Realizado
	Buscar apoio para a definição das estampas e arte usadas;	Realizado
	Definir tamanho, cores e quantidade;	Realizado
Orçamentos	Definir as estampas e a arte das camisetas para cotação dos preços;	Realizado
Execução das atividades	Produzir as camisetas;	Realizado
	Produzir embalagens;	Realizado pela FAPEU
	Receber e conferir mercadorias e fazer o pagamento;	Realizado
	Incluir as camisetas nos pontos de venda existentes e definir novos locais de vendas;	Realizado
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Realizado

4.3 PROJETO COMUNIDADE DE FARROUPILHA - Aquisição de ferramentas para qualificação da produção artesanal.

O projeto de apoio à produção artesanal da atividade “bichos de madeira” é uma proposta de valorização e ampliação da produção desse artesanato resultando, na melhoria das condições de trabalhos dos indígenas, no aumento da produção e conseqüentemente aumento da renda. O projeto previa a aquisição de ferramentas e da realização de uma capacitação para uso destas.



Reunião com a comunidade de Farroupilha



Indígenas apresentando as ferramentas compradas com os recursos do projeto



Apresentação da prestação de contas



Serra fita em detalhe

A associação Pãnh Mág que representa a comunidade de Farroupilha, não conseguiu atender aos prazos de execução do projeto e ainda cometeu uma série de erros de gestão, principalmente aqueles ligados a realização dos orçamentos e a realização das compras, onde foi comprado itens diferentes do que estavam previstos, sem solicitação de autorização a FAPEU conforme previa no item C da cláusula 3 do convênio Nº 03/2012.

Somados a esses fatos a diretoria não apresentou corretamente os orçamentos, além de ferramentas compradas sem orçamentos e produtos adquiridos sem a nota fiscal, impossibilitando assim a comprovação da correta aplicação dos recursos, mesmo que neste caso a ferramenta tenha sido apresentada pela comunidade.

A comunidade não teve a sua prestação de contas aprovadas e foi novamente orientada conforme instruções fornecidas no próprio convênio assinado pela comunidade, cujo a cópia ficou com a diretoria e servia de guia para execução das atividades previstas, como pode ser visto abaixo.

RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO

- a. Executar o projeto aprovado, zelando pela boa qualidade das ações e dos serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
- b. Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emitidas pela FAPEU para o bom andamento do projeto aprovado;
- c. Movimentar os recursos financeiros recebidos, objeto deste CONVÊNIO, sempre observando o orçamento enviado pela comunidade e aprovado pela FAPEU. Qualquer gasto diferente do previsto deverá ser informado a FAPEU que irá autorizar ou não a sua efetivação;
- d. Não utilizar os recursos financeiros recebidos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência.

DO USO DOS RECURSOS

Para as compras dos itens previstos no andamento do projeto é importante seguir corretamente o cronograma financeiro do projeto, considerando importante que a associação siga o fluxo da contratação dos produtos ou serviços necessários para o projeto como:

- a. Realizar a pesquisa de preços, buscando três orçamentos;
- b. Guardar os três orçamentos juntamente com os demais documentos para prestação de contas;
- c. Apurar o vencedor da proposta, ou seja aquele que apresentou menor preço;
- d. Informar aos participantes da concorrência quem foi o vencedor da proposta;
- e. Realizar a aquisição dos itens orçados e após conferência, realizar o pagamento do fornecedor;
- f. Recolher as notas fiscais e anexar as mesmas aos demais documentos da prestação de contas.

DOS RECURSOS

Para o cumprimento das metas estabelecidas neste CONVÊNIO, a FAPEU repassará, a **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA** R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) de acordo com o estipulado no Plano de Trabalho anexo.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A associação indígena elaborará e apresentará a FAPEU a prestação de contas comprovando a realização do objeto desse, assim como de todos os recursos e bens recebidos mediante este CONVÊNIO, **bimestralmente**, a

contar da assinatura deste, e a qualquer tempo por solicitação da FAPEU.

A prestação de contas para a comunidade será feita através de uma reunião que apresentará a todos os resultados, as notas fiscais e uma avaliação geral de como o projeto foi executado, informando as dificuldades encontradas e quais foram os aprendizados.

Sub-cláusula Primeira - *Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes deverão ser arquivados na associação e encaminhados a FAPEU no momento da entrega da prestação de contas o que pode ser feito a cada 02 meses ou no fim do projeto.*

Sub-cláusula Segunda - *Como parte da prestação de contas a associação deve encaminhar a FAPEU a cada dois meses a ficha de avaliação das atividades do projeto, que será disponibilizada pela FAPEU.*

Sub-cláusula Terceira - *Havendo indícios de mal uso dos recursos, os responsáveis pela execução deverão providenciar os devidos acertos e até mesmo devolver a FAPEU os valores não aplicados corretamente no projeto em questão.*

Como a prestação de contas da associação não foi apresentada corretamente, foi solicitado a comunidade correção quanto: a) Providenciar corretamente os orçamentos apresentados, visto que muitos estavam sem os dados da empresa como CNPJ, e dois orçamentos apresentados estavam escritos em um pequeno pedaço de papel branco. B) Providenciar nota fiscal original comprovando a compra de uma lixadeira e de outras ferramentas.

Em visita a comunidade no dia 11 de março de 2013 foi feita a verificação das ferramentas e a comprovação da compra, sendo a pendência de caráter administrativo, visto que a atividade foi finalizada, mas sem os devidos cuidados que comprovam a sua efetividade. A fim de tornar as contas da associação mais transparente e de comprovar para o financiador o correto uso dos recursos dispensados, foi solicitado à diretoria a correção das pendências conforme mencionado acima.

A seguir a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto da associação Pãnh Mág.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto;	Realizada
Orçamentos	Envio da cotação de preço e pesquisa de três orçamentos	Não realizada
Execução das atividades	Promover a capacitação dos indígenas para melhoria da produção;	Não realizada
	Ampliar a produção do artesanato;	Parcialmente
	Adquirir ferramentas e materiais mais adequados para ampliar a produção artesanal;	Realizada
	Preparação do local para produção comunitária chamada de casa de ferramenta;	Realizada
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Parcialmente

3.4 PROJETO COMUNIDADE LOMBA PINHEIRO - Gestão do lixo.

O projeto da associação Fág Nhin teve por finalidade a conscientização ambiental, com a proposta de gestão comunitária do lixo na Comunidade Indígena da Lomba do Pinheiro. Promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e gramas pela aldeia, utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo. O projeto previa a compra de uma roçadeira e da realização de uma oficina sobre a gestão do lixo.

As atividades foram executadas dentro do prazo estabelecidos no projeto, com a realização das compras previstas e da oficina de resíduos sólidos. Por outro lado a prestação de contas da associação, apresentou erros na realização dos orçamentos, com diferentes descrições dos produtos.



Em relação a execução das compras, a associação não priorizou o menor preço, visto que duas empresas apresentaram valores menores para o mesmo produto, a Justificativa da diretoria foi devido a distância da loja vencedora.

A associação realizou compras de produtos não previstos e sem a autorização da FAPEU como previa no item C da cláusula 3 do convênio Nº 03/2012.

c. Movimentar os recursos financeiros recebidos, objeto deste CONVÊNIO, sempre observando o orçamento enviado pela comunidade e aprovado pela FAPEU. Qualquer gasto diferente do previsto deverá ser informado a FAPEU que irá autorizar ou não a sua efetivação;

A associação entregou a FAPEU todos os orçamentos e notas fiscais de compra das ferramentas previstas e necessárias para manutenção das atividades do projeto de gestão do lixo. A prestação de contas da associação foi aprovada com algumas observações e recomendações como:

- Fazer justificativa para uso do saldo de 92,80 reais;
- Sempre priorizar o menor preço na execução das compras orçadas, a não ser que o produto apresente qualidade inferior, mas caso seja o mesmo produto, priorizar o menor preço;
- Marcar data para reunião de apresentação e aprovação dos resultados do projeto.

A seguir a tabela de verificação da execução das atividades previstas no projeto da comunidade Lomba do Pinheiro.

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO
Apresentação do projeto	Convocação da comunidade para informar sobre o projeto Aldeia Limpa Saúde de Todos.	Realizada
Oficinas educativas	Oficinas e distribuição de folders sobre a importância da separação do lixo e poda do mato e grama na aldeia	Realizada
Orçamentos	Realiza orçamento de uma Roçadeira a gasolina para o corte dos capins e da grama na aldeia, rastelo e sacos de lixo. Buscar doações de tonéis	Realizada
Execução das atividades	Mobilizar a comunidade para a realização da coleta do lixo, separação do lixo seco do orgânico, corte e poda da grama e do mato nos arredores do centro cultural, da escola, da praça, nas ruas da aldeia e no campo de futebol.	Realizada
Resultados	Apresentar os resultados obtidos através de um relatório final de acompanhamento com fotos das atividades realizadas.	Em andamento

4.5 ESTRELA E LAJEADO

O projeto de estrela assim como o da comunidade de lajeado, foram desenvolvidos como maneira de reconhecer os esforços dessas duas comunidades por terem participado ativamente das oficinas de projetos, uma vez que nestas decidiram pela não abertura de associações.

Durante a avaliação preliminar das oficinas de projetos foram emitidas as conclusões abaixo, que mais tarde viria a ser mudado, devido a nova decisão do comitê de avaliação dos projetos.

- **As comunidades de Estrela e Lajeado não apresentam as condições necessárias (Terem constituído associação; Possibilidade clara de constituição de rede de parcerias; Nexo do projeto com o objetivo de fortalecimento da gestão das comunidades) portanto não serão incluídas na linha de financiamento da FAPEU; Indica-se a apresentação do projeto da Nova Aldeia e do Espaço de comercialização do artesanato à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a Secretaria de Assistência**

Social de Estrela de forma a iniciar a rede de acompanhamento e apoio futuro.

- **A comunidade de Lajeado** cujo projeto trata do resgate de plantas medicinais poderá executar projeto semelhante através das ações de aquisição de mudas e apoio ao plantio e manejo previstas no PBA.

Após a mudança de decisão do comitê de avaliação dos projetos Kaingang, as duas comunidades foram recebendo apoio para a correta utilização dos recursos como pode ser visto mais adiante no relatório de acompanhamento de atividades, mas muitos imprevistos e situações que colocaram em risco a execução dos projetos foram surgindo.

- *Na comunidade de Estrela, nenhum representante indígena estava presente para formalização do convênio e solicitaram que a equipe voltasse em outra data;*
- *Na comunidade de Lajeado o convênio foi assinado mas o recurso será liberado gradualmente, diferente das outras comunidades onde o recurso foi entregue integralmente em uma única parcela;*

Os acontecimentos tanto em Estrela como em Lajeado, permitiram uma reflexão sobre os propósitos iniciais dos projetos como ferramenta educativa para a elaboração de projetos, gestão de recursos e prestação de contas. E também reforçou o entendimento que o apoio da FAPEU seria para as associações formais que foram abertas e também para as organizações tradicionais onde não houve a formalização de associações.

Mas é importante dizer que, nas comunidades onde existiam as preocupações formais com a prestação de contas, houve um cuidado maior com a gestão dos projetos, onde estes seguiam com mais precisão o projeto proposto por suas comunidades.

De todo modo, apesar das diversas situações apresentadas por estas comunidades como:

- Problemas sérios com a liderança de Estrela que desestabilizou o grupo, e;
- O desinteresse da comunidade de Lajeado em seguir com a linha de pensamento proposto no projeto inicial;

As duas comunidades conseguiram executar os respectivos projetos, em Estrela a comunidade seguiu a mesma linha de pensamento e concluiu em março de 2013 a construção de uma cozinha comunitária, pois, na comunidade não havia um espaço de convívio para o entretenimento e convivência comunitária. Além disso, algumas famílias, principalmente as de passagem, não possuíam utensílios para preparar seus alimentos.

Após a reunião realizada no dia 09 de março de 2013, onde foi decidido a retomada do projeto que até o momento se encontrava parado, em cerca de 10 dias contando com ajuda da FAPEU a comunidade conseguir finalizar o projeto conforme pode ser visto no e-mail enviado pelo técnico da FAPEU.

“O trabalho que ia levar uma tarde acabou levando 3 dias, mas acho que rendeu um resultado melhor pra comunidade. Como eles já tem o local para a cozinha comunitária, mas faltava alguns ajustes para suprir a necessidade deles, ao invés do forno que era muito caro, eles trocaram por uma chapa e tijolos, e ao invés da Pia (parece que eles tem uma doada pela escola, solicitaram outros itens mais urgentes, como tinta pra pintar o local, lâmpadas para iluminar e utensílios como pratos, copos, baldes , bacias, etc. Para isso, pedimos novos orçamentos, aprovação da comunidade e já fechamos, inclusive com o material entregue. A comunidade fara a contrapartida de fazer o novo fogão no local a base de tijolo e barro (rustico) e pintar o local. A cor escolhida foi verde claro. O local já esta iluminado com lâmpadas econômicas para ajudar nas reformas. (Ronaldo Machado)

Por sua vez a comunidade de lajeado contou com muitas indefinições, pois em uma reunião realizada no dia 08 de março de 2013, onde esteve presente a liderança e demais membros da comunidade, decidiu-se em continuar com o projeto de resgate do uso de remédios tradicionais na cultura Kaingang, este seria finalizado através de um encontro de conhecimento tradicional a ser realizado em abril de 2013 durante a festa do KIKI (festa tradicional Kaingang) que aproveitaria a vinda de diversos pajés e velhos vindo de Nonoaí, mas ao retornar a aldeia o técnico da FAPEU recebeu novas solicitações onde a comunidade precisaria de utilizar o recurso em atividades operacionais da festa do KIKI como alimentação e passagens para os convidados indígenas, como pode ser visto no e-mail abaixo:

“Eles estão pedindo ajuda pra todo mundo pra esta festividade que deve entrar no calendário deles. 1- Eles querem trazer um Foxá (também conhecido como cajarana ou Cedro) de outro local pra fazer a cuiá (+/- 2 m) para fazer o cauim. Pediram nossa ajuda para conseguir autorização para esta retirada. Eles acham que tem na comunidade de Estrela no local onde será degradada para construção da nova Aldeia 2- O Evento já tem uma pré-programação onde acontecerão diversas atividades, sendo algumas atividades internas (logística e confecção do cauim, para o dia da festa) e externa (ou aberta) onde eles no dia 13 farão festa, com abertura, almoço, esportes , dança típica, e encerramento, esta para os convidados das

outras comunidades. 3- Eles não souberam explicar o que combinaram contigo, por isso perguntei se poderiam inserir a programação que tu fez em um dos dias, sem concorrer com as outras programações. Então foi sugerido que: No dia 11 seria a recepção dos cunhãs, no dia 12 de preparação, poderá haver palestras para os jovens da comunidade e início da feira das sementes e ervas indo até o dia 13 com demais presentes (cunhãs e lideranças de algumas aldeias), no dia 13, portanto teria a abertura oficial do KIKI, almoço, preparação de chás palestra. Eles estão pedindo uma serie de ajudas, dentre as quais as passagens dos Cunhãs e alimentação.

Após esta solicitação a FAPEU autorizou o uso dos recursos onde a comunidade achar melhor, de modo que a festa conte com apoio devido, onde o técnico da FAPEU fará o devido acompanhamento para o correto uso do recurso, incluindo a solicitação de notas fiscais para comprovação das despesas.

Assim o projeto original da comunidade foi totalmente modificado para apoio a atividades de uma festividade tradicional e não mais resgate do uso de ervas medicinais. Mas vale lembrar que durante a festa do KIKI a medicina tradicional Kaingang será trabalhada, vivida, e repassada aos mais novos.

4. CONCLUSÃO

Ao se chegar ao fim da terceira etapa e do fim do Apoio dado a FAPEU as comunidades Kaingang atendidas pelo PBA/BR386, voltamos ao início para lembrar que fundamental foi a maneira como a FAPEU atendeu a solicitação das comunidades, pois ela não saiu abrindo associações de qualquer maneira, mas antes estabeleceu um diálogo transparente e responsável sobre as motivações e principalmente sobre as obrigações e responsabilidades de uma associação.

Pois atender ao desejo das comunidades para abertura de associações cujo o objetivo central é somente a captação de recursos e o atendimento de expectativas financeiras é um dos principais motivos de frustração dentro das comunidades indígenas que abriram associações.

O consultor em associativismo José Strabeli diz em seu blog que muitas vezes “O foco na captação de recursos externos desconsidera a importância e potencial da contribuição financeira dos associados, desvaloriza as potencialidades da própria comunidade para a solução de seus problemas, além de não valorizar outras oportunidades além dos recursos financeiros que parceiros podem oferecer”.

Neste sentido a FAPEU conduziu suas atividades buscando desenvolver as potencialidades de cada comunidade, dando ferramentas como as diversas capacitações oferecidas, cartilhas adaptadas à realidade e a cultura Kaingang, além de uma vasta agenda com oferta de atividades com vistas ao gerenciamento e administração das associações e por fim o apoio e fomento a pequenos projetos pilotos.

Ao término dessa terceira etapa, fechou-se o ciclo de aprendizagem fomentado pela FAPEU que ofertou diversos recursos possíveis, assim além de fazer o fechamento dos projetos com a apresentação da prestação de contas e a avaliação desta, proporcionou-se uma avaliação integrada dos doze meses de trabalho, onde os próprios indígenas foram convidados a promoverem uma auto análise, no qual os resultados ainda serão sentidos pelos mesmos, mas o fato de manterem a mesma diretoria e de darem sinais de avanço na organização e nas motivações para o fortalecimento de suas associações, estes reforçam a validade do Plano de Apoio aos Pequenos projetos Kaingang oferecidos pela FAPEU como medida de ampliação das atividades do PBA/BR386.

1.2 SUBPROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA

O subprograma de infraestrutura prevê a melhoria das condições de habitação na Aldeia Estrela e as condições de convívio social nas demais, com a construção de residências na primeira e de galpões rústicos com função de casa de fala nas demais. O conjunto das etapas/fases necessárias à consecução das metas previstas no PBA é apresentado no quadro que segue na sequência. Neste quadro também são apresentadas atividades adicionais que se mostraram necessárias durante o desenvolvimento das atividades, sendo assumidas pela Gestão Ambiental da BR-386/RS.

A primeira questão a ser equacionada para dar início às ações previstas no presente subprograma é a aquisição das áreas em favor das Comunidades. Isto decorre do fato de que nenhuma das sete Comunidades integrantes do Programa possui áreas demarcadas, ocupando hoje terras que do ponto de vista formal e cartorial pertencem a terceiros. Tendo em vista a inexistência da propriedade da terra o DNIT, enquanto poder público federal possui limitações administrativas para proceder à construção das benfeitorias previstas.

Neste sentido no dia 18 de março de 2011 foi realizada a primeira oficina do Subprograma Fundiário junto à Comunidade de Estrela. Durante a reunião os membros da Comunidade, bem como as Lideranças da Aldeia, manifestaram que seu desejo é permanecer residindo no local onde atualmente se encontram, destacando que a área a ser adquirida será usada pela Comunidade para coleta de materiais. Eles argumentaram que não vão se mudar daquele local pois a história deles encontra-se ali. Foi esclarecido à Comunidade que tendo em vista aquela área hoje estar hoje em fase de estudos de fundamentação antropológica com vistas à demarcação, não seria possível a FUNAI dar anuência à aquisição da mesma pelo DNIT antes da conclusão dos estudos, sendo que a anuência para aquisição no âmbito do Subprograma Fundiário somente poderia ocorrer caso os mesmos demonstrassem não se tratar de território de ocupação tradicional.

Diante de tal limitação e tendo em vista a demanda da Comunidade de permanecer naquele local no qual se encontram suas raízes identificou-se a possibilidade de contemplar a Comunidade de Estrela no Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento, integrante do PBA das Obras de Duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Tabai e Estrela.

Este Programa destina-se à realocação da população diretamente afetada pela duplicação e originalmente destina-se à Comunidade não indígena de baixa renda situada às margens da rodovia, entre o km 354+667,35 e o km 354+880,60, no município de Estrela. A Comunidade Indígena de Estrela não foi inicialmente identificada no bojo deste Programa tendo em vista seu tratamento diferenciado e o fato de a mesma contar com diversas ações no Programa de Apoio às Comunidades Kaingang.

Entretanto, apesar de não estar inicialmente elencada no Programa, a Comunidade Indígena de Estrela se enquadra nos critérios do mesmo, ou seja, constitui-se em famílias afetadas diretamente pelas obras e que devem ser adequadamente realocadas, preferencialmente para um local de sua preferência, a fim de minimizar os impactos da obra.

Uma vez que no bojo do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Kaingang existe, no presente momento, uma limitação administrativa à reconstrução da aldeia no local desejado pela Comunidade da Aldeia Estrela (área em estudos de Fundamentação Antropológica) vislumbrou-se a possibilidade de atendê-la, no que diz respeito especificamente às metas de infraestrutura, no bojo do Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento. Foi realizada consulta informal à FUNAI que informou não haver óbices em ampliar o benefício à Comunidade Indígena de Estrela.

Para dar início às ações neste sentido foram realizadas, ainda no ano de 2011, reuniões junto à Comunidade Indígena de Estrela a fim de discutir aspectos específicos da nova aldeia.

Durante as reuniões ficou decidido que as casas serão de alvenaria, por solicitação da Comunidade. As casas atualmente habitadas, construídas pela Emater, são de madeira o que não confere isolamento térmico adequado, especialmente durante o inverno. Considerando a elevada umidade no local e na região, a madeira se deteriora com maior rapidez e hoje as casas construídas no local atual se encontram em condições inadequadas de manutenção. Estes foram os principais fatores que levaram à escolha por casas de alvenaria na nova aldeia.

Um segundo aspecto observado pela equipe da Gestão em relação ao projeto da nova aldeia foi a questão do número de cômodos por residência, tendo em vista que há famílias numerosas hoje residindo no local. A equipe de Gestão Ambiental realizou cadastramento das famílias a fim de dimensionar a quantidade de casas e seus respectivos cômodos. O cadastro das famílias é apresentado a seguir.

Também houve a preocupação de que na nova aldeia se mantivesse a proximidade entre subgrupos familiares e/ou por afinidade. Assim sendo foi realizada distribuição de casas por família no projeto da nova aldeia, segundo os critérios estabelecidos pela Cacique. Tal distribuição é apresentada após o cadastro e conta com assinatura de aprovação da própria Cacique.

Para a Nova Aldeia Estrela foi definido um total de 29 casas, de 02 a 04 quartos, segundo cadastro realizado. Destaca-se que o PBA previa a construção de 17 casas mas o DNIT permitiu o ajuste no número de casas considerando o aumento do número de famílias residentes em Estrela. Além das casas a nova aldeia contará com escola, casa de fala e casa de artesanato.

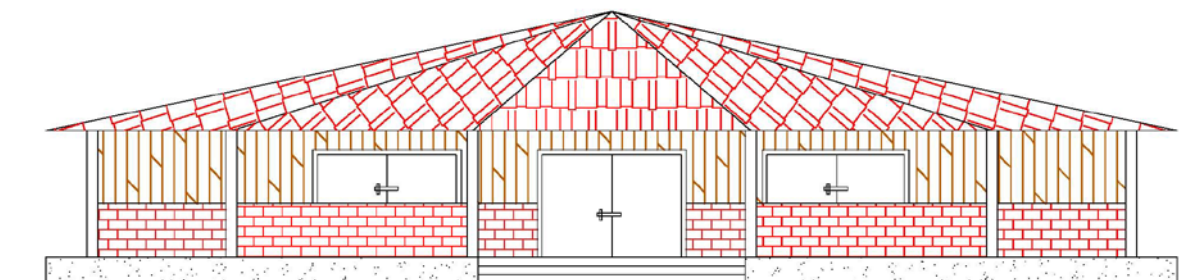
Os projetos das casas e casa de fala estão sendo desenvolvidos diretamente pela empresa STE. Os projetos da escola e casa de artesanato estão sendo desenvolvidos pela UFRGS que em 2007 realizou um projeto junto às comunidades indígenas de diversas etnias no Rio Grande do Sul, para elaboração de propostas arquitetônicas diferenciadas para algumas aldeias escolhidas por meio de sorteio. Uma das comunidades sorteadas foi a de Estrela e, agora, no projeto de engenharia da Nova Aldeia Estrela tais concepções estão sendo detalhadas.

Em março de 2012 foi realizada reunião na CGGAM/FUNAI para apresentação e aprovação do projeto básico da nova aldeia Estrela, com a participação das lideranças indígenas. O projeto foi aprovado, sendo autorizado o detalhamento em nível de projeto executivo e estabelecido um cronograma tentativo para o início das obras da nova aldeia no mês de setembro do corrente ano.

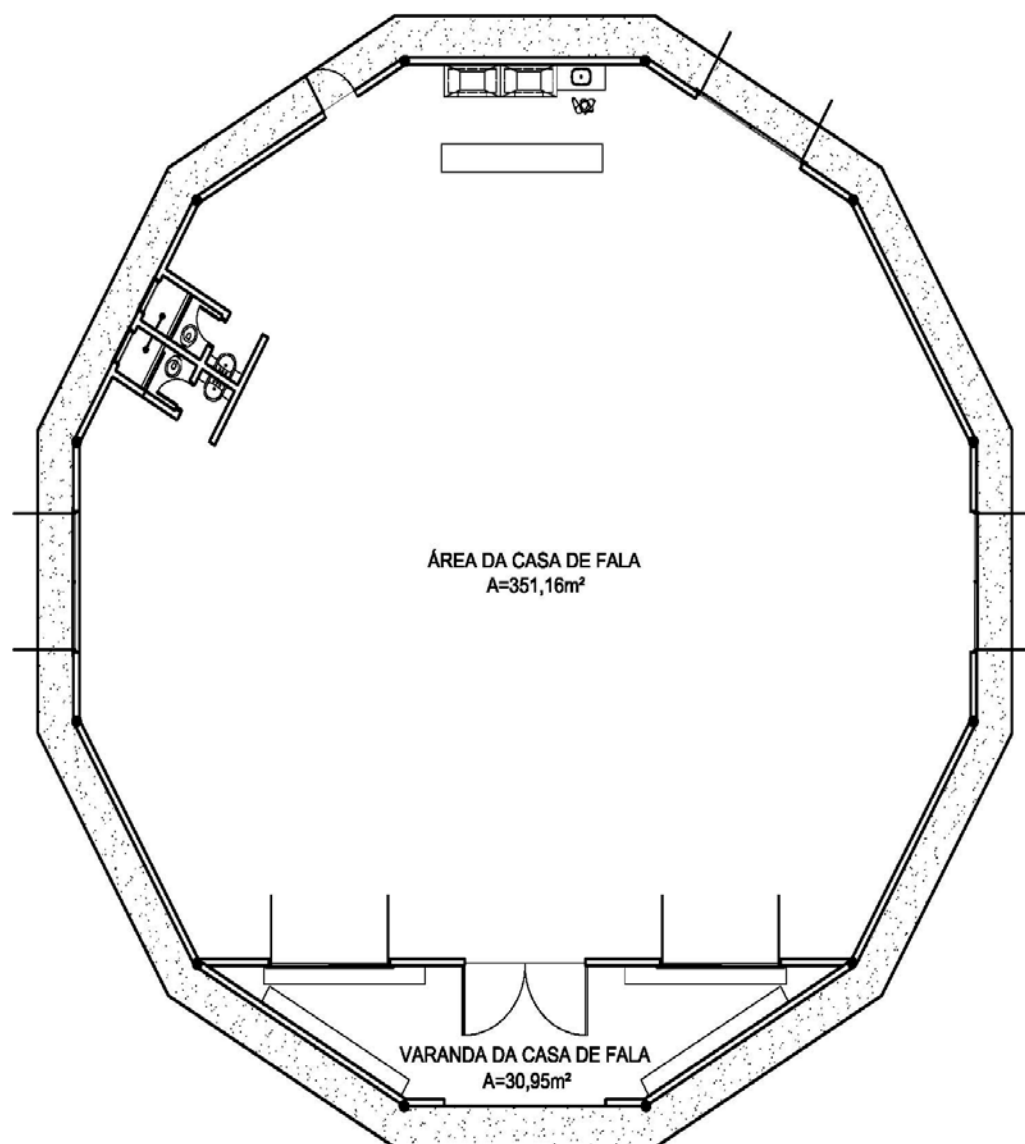
Os croquis das principais edificações previstas para a nova Aldeia Estrela, bem como sua área atual e a futura são apresentados a seguir:

1 - Uma casa de fala Rústica (Salão de danças tradicionais):

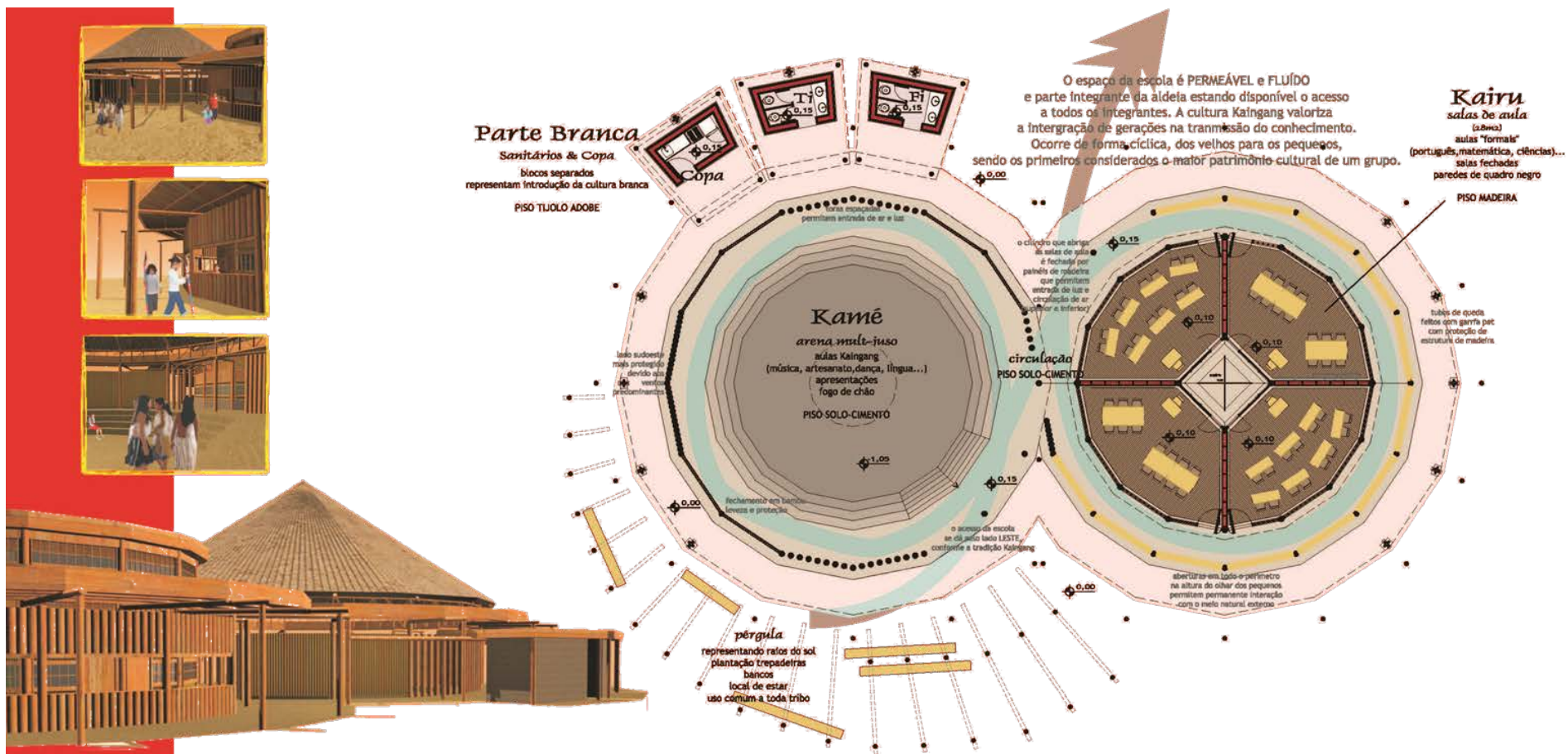
Fachada



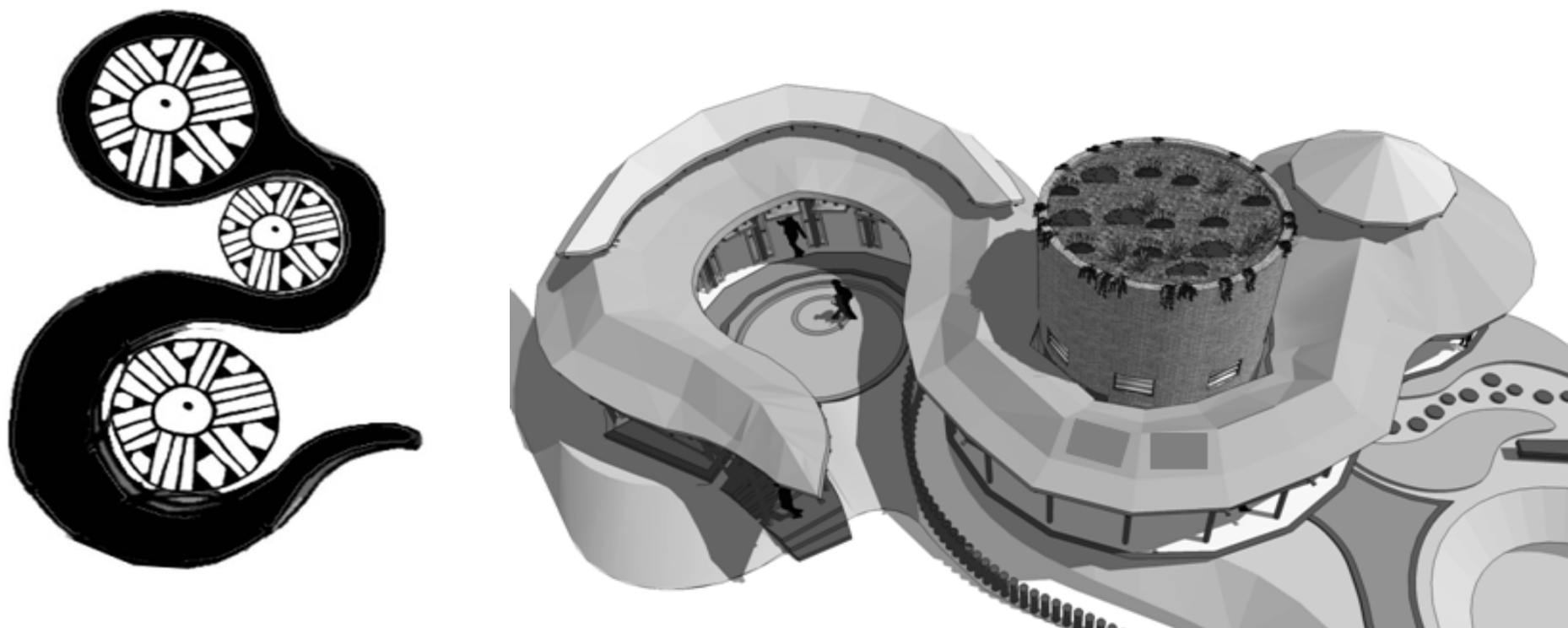
Planta Baixa



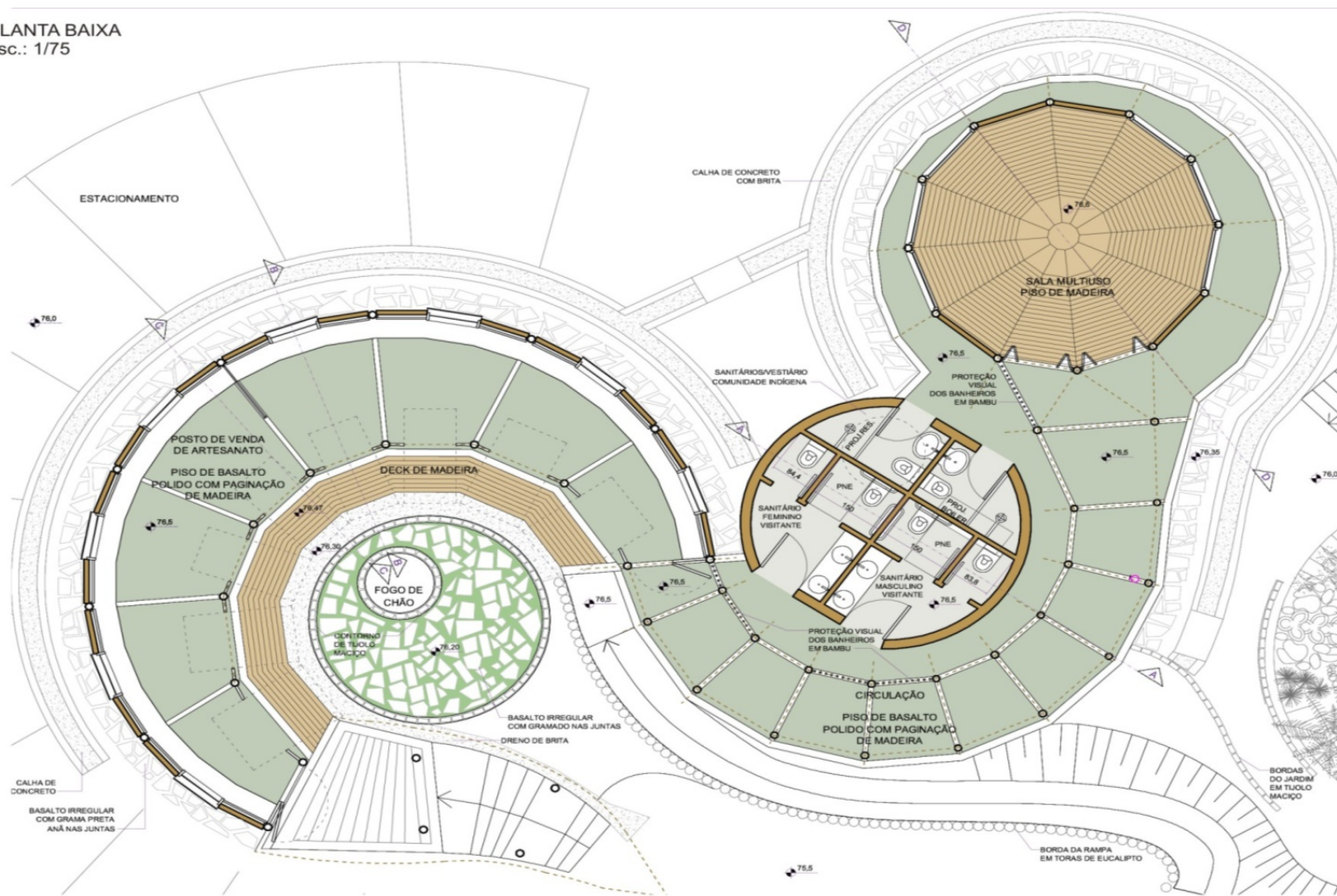
2- Uma Escola com arquitetura baseada na cultura Indígena:



3- Uma Loja de artesanato com arquitetura baseada na cultura indígena



PLANTA BAIXA
esc.: 1/75

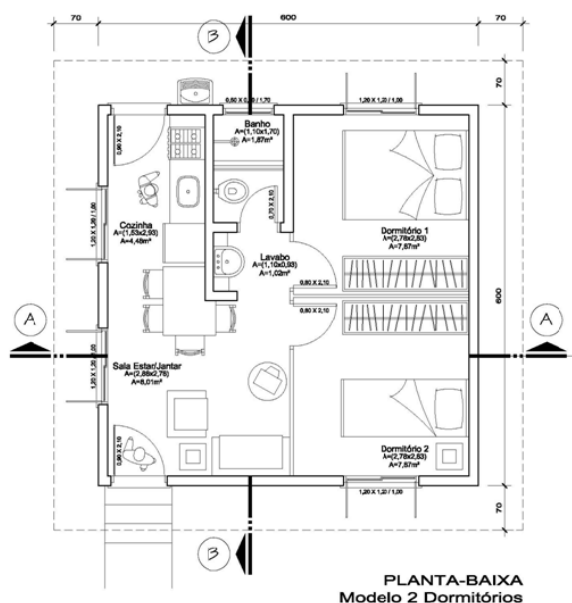


4- Vinte e nove residências de alvenaria com arquitetura popular sendo:

13 casas tipo 1 – de 2 dormitórios (36 m²) :



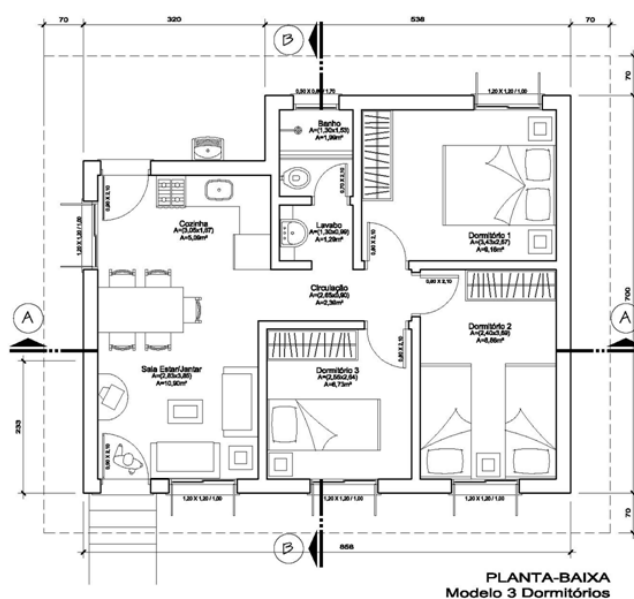
• 13 Casas de 2 Dormitórios



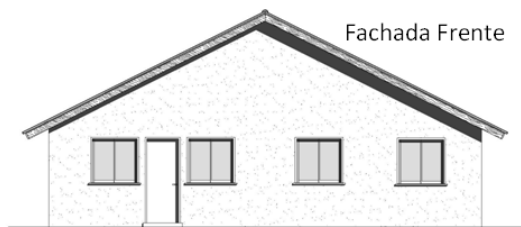
13 casas tipo 2 – de 3 dormitórios (56,36 m²)



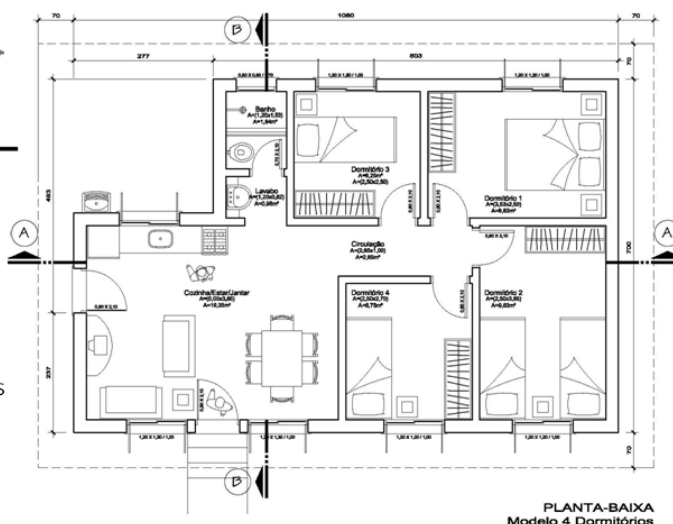
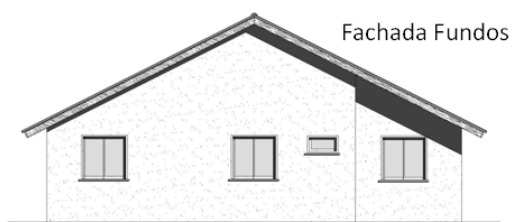
• 13 Casas de 3 Dormitórios



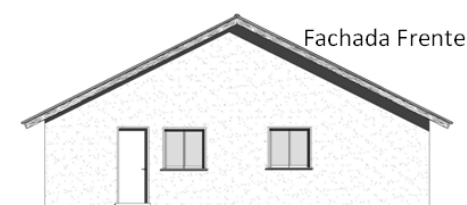
2 casas tipo 3 – de 4 dormitórios (68,25 m²)



• 2 Casas de 4 Dormitórios



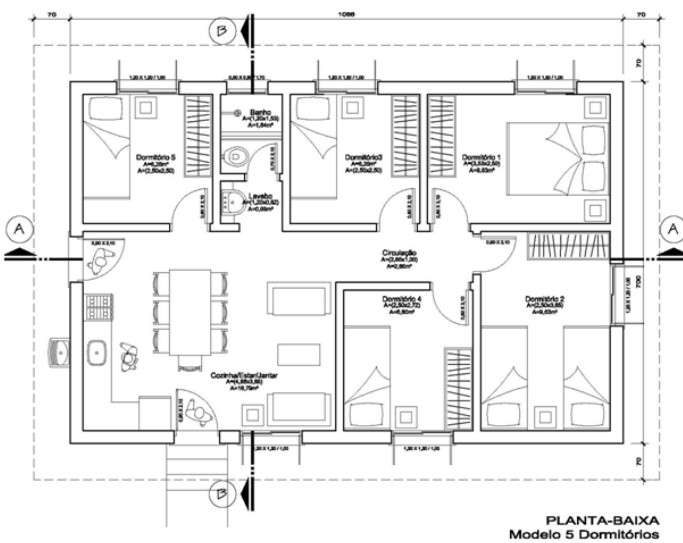
1 casa Tipo 4 – de 5 dormitórios (74,76 m²)



• 1 Casa de 5 Dormitórios



FACHADAS
Modelo 5 Dormitórios



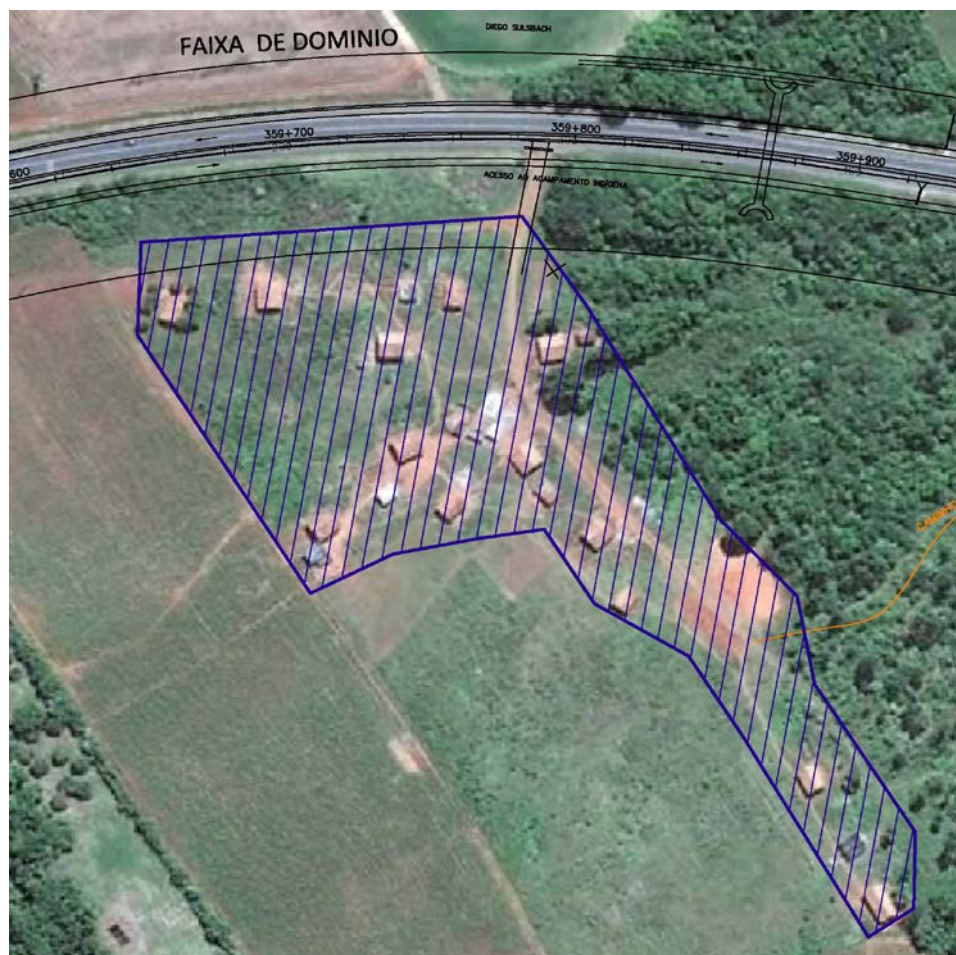
Localização atual e futura da Aldeia Estrela

Área atualmente ocupada pela comunidade indígena, incluindo as casas e a Escola



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Área ocupada pelas casas atualmente

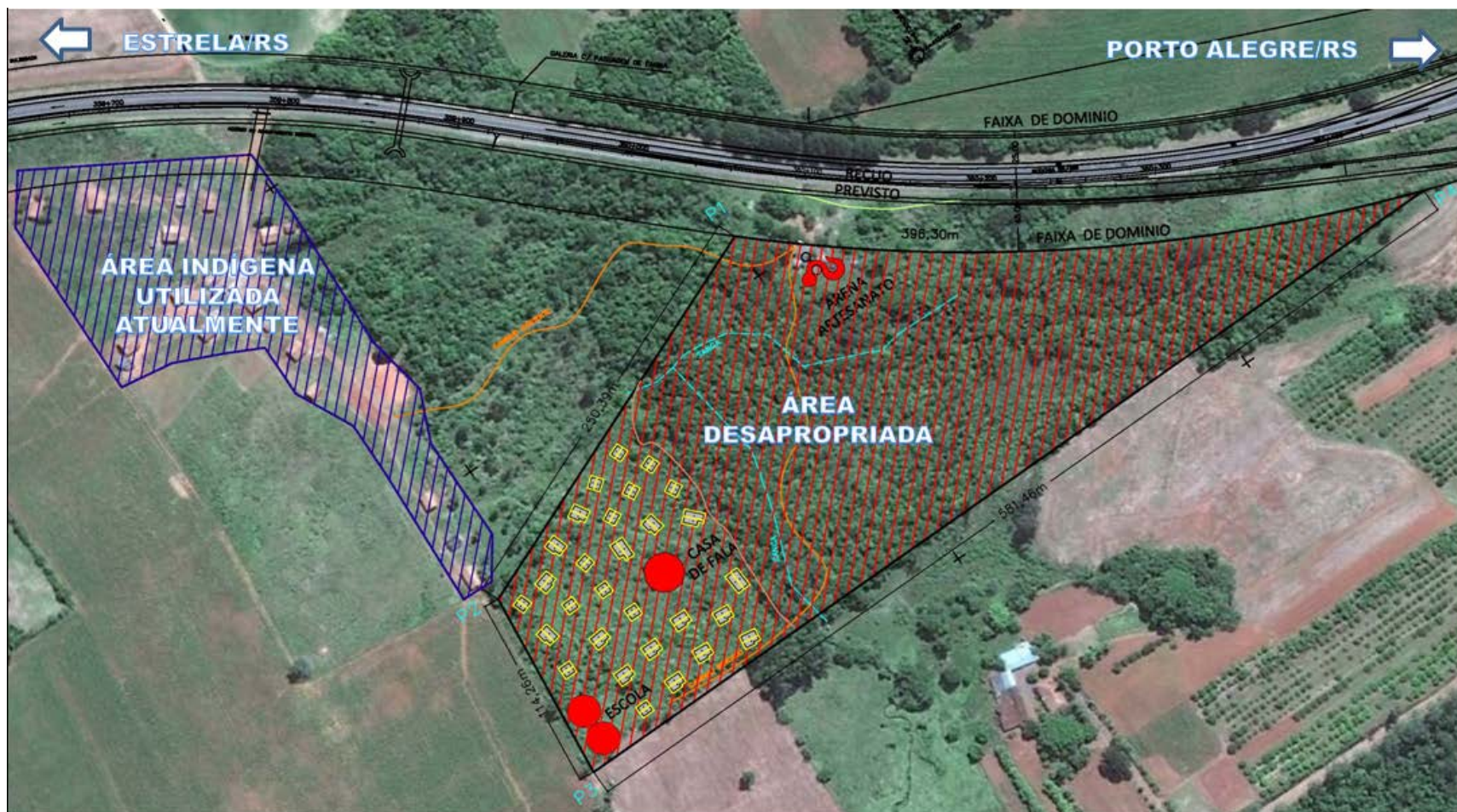


Nova área Desapropriada



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Área antiga (azul) e Nova Aldeia (vermelho)



Para possibilitar a realização das obras, a equipe de Gestão Ambiental realizou consulta junto à Prefeitura Municipal de Estrela acerca da necessidade de realizar o licenciamento ambiental da Nova Aldeia. Tendo em vista que nova aldeia tem a conotação de um loteamento a Prefeitura manifestou a necessidade de elaboração de Estudo Ambiental para licenciamento da área.

O Estudo Ambiental relativo à construção da Nova Aldeia Estrela foi elaborado pela equipe de Gestão Ambiental da FAPEU e já se encontra em análise na Secretaria de Meio Ambiente de Estrela. Destaca-se que esta se constitui em atividade adicional que não estava prevista no PBA. Segundo informado pela Secretaria de Meio Ambiente, o prazo para o licenciamento da nova área é de 60 dias após a entrega dos estudos.

Ademais, com o avanço das obras de duplicação da BR-386/RS junto a Aldeia Indígena de Estrela, houve a necessidade de realizar, dentro desse subprograma, uma série de ações que garantam a segurança da comunidade Kaingang, o que inclui a Escola indígena. Desta forma, foi construída na área da atual “aldeia”, uma escola provisória, com estrutura que inclui sala de aula, banheiros, depósito de materiais (contêiner).

As equipes da Gestão Ambiental, do DNIT e do IBAMA realizaram visita de inspeção da obra e, após a conclusão da obra, as dependências foram vistoriadas, em 23 de agosto de 2012, pela Secretaria Estadual de Educação, a qual constatou que as mesmas estavam adequadas à finalidade educacional, autorizando o início das atividades letivas, até que seja construída a escola definitiva na área destinada a “Nova Aldeia”. Em 03 de setembro, foi realizada a mudança para a escola provisória.

De um modo geral, a escola provisória apresenta importantes melhorias nas condições, com sanitários adequados (substituindo a “patente”), abastecimento de água potável (bomba elétrica e reservatório), refeitório, salas de aula com boa iluminação e ventilação natural (2 janelas de cada lado), luminárias (lâmpadas fluorescentes 4x2, 40 Watts), 2 tomadas de energia e fiação em conduíte (segurança), todas as janelas com trancas, cadeados na porta e secretaria com porta de ferro e chave quadrupla. A seguir, registros fotográficos.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS:

	
<p>Sala de aula da escola antiga desocupada. 3/09/12.</p>	<p>Sala de apoio da escola antiga desocupada. 3/09/12.</p>

	
<p>Equipe do DNIT e IBAMA vistoriam estrutura da escola antiga</p>	<p>Equipe do DNIT e IBAMA vistoriam estrutura da escola antiga</p>



Equipe do DNIT e IBAMA inspecionam obras



Equipe do DNIT e IBAMA inspecionam obras



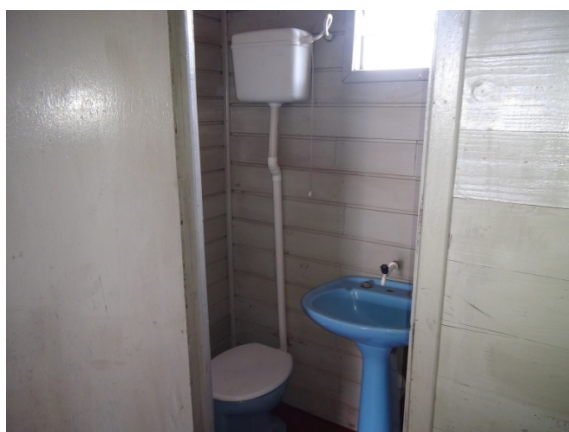
Escola provisória e pátio em condições de receber alunos.



Trabalhadores executando a mudança para escola provisória.



Continuidade da mudança.



Escola provisória – detalhe dos sanitários.



Escola provisória - pia externa



Escola provisória – Sala de aula



Alunos ocupando sala de aula da escola provisória.



Sala de apoio da escola provisória.



Escola provisória – detalhe do reservatório de água



Caminho interno a "aldeia" entre as moradias e escola provisória



Cozinha anexa a escola- produção de pão caseiro para o lanche dos alunos



Sinalização externa da sede provisória da Escola

ANEXOS

CADASTRO DE FAMÍLIAS E DISTRIBUIÇÃO DAS RESIDÊNCIAS POR AFINIDADE

CADASTRO DAS FAMÍLIAS E NÚMERO DE CÔMODOS DAS CASAS A SEREM CONSTRUÍDAS



Comunidade Indígena de Estrela

Família	No Depend.	Nome do membro Família	Idade	Gravidez	Quantidade de Dormitórios
1	0	Nome do Pai Adelar Soares	Idade		2
		Nome da Mãe Viviane Soares			
2	1	Nome do Pai Taiane da Silva	Idade		2
		Nome da Mãe Separada			
3	2	Filhos que Moram junto	Idade		2
4	2	Nome do Pai José Arvício Soares	Idade		3
		Nome da Mãe Eva Rosalina de melo			
		Vando de Melo	25		

		Silvana Soares	18	
	Nome do Pai	Jair Soares		
	Nome da Mãe	Rosangela de Fátima Cordeiro Dos Santos		
5		2	Filhos que Moram junto	Idade
			Yasmin dos Santos Soares	7
			Mirian Manuela dos Santos Soares	4
				3
	Nome do Pai	João Luis Vieira do Santos		
	Nome da Mãe	Claudete de Mello		
6		3	Filhos que Moram junto	Idade
			Carolina de Mello dos Santos	8
			Raíssa de Mello	6
			Simone de Mello	5
			Maria Eduarda Mello	1
				3
	Nome do Pai	Joel dos santos		
	Nome da Mãe	Andrieli Soares da Silva		
7		1	Filhos que Moram junto	Idade
			Emili Silva dos Santos	11 meses
				2
	Nome do Pai			
	Nome da Mãe	Moisés dos Santos Silva		
8		1	Separado	
			Filhos que Moram junto	Idade
			Lucas Rafael soares Silva	17
				2
	Nome do Pai			
	Nome da Mãe	João Carlos Ribeiro da		
		Terezinha de Fátima Petri		
9		6	Filhos que Moram junto	Idade
			Joel Petri da Silva	27
			Gabriela Petri da Silva	21
			Josiel Petri da Silva	19
			Graziela Petri da Silva	14
			João Vítor Petri da Silva	9
				4

		Daniel Petri da Silva	5	
10	Nome do Pai Nome da Mãe	Altair Alves da Rocha Maria Iraci Petri		3
	3	Filhos que Moram junto	Idade	
		Dienefer Monteiro	16	
		Carlos sabino Petri da Rocha	8	
		Maria sabrina da Rocha	5	
11	Nome do Pai Nome da Mãe	Ederson Veroni Soares Separado		3
	3	Filhos que Moram junto	Idade	
		Francieli Da silva Soares	11	
		Claisson PedroSoares da Silva	10	
		Alisson Henrique Soares da Silva	8	
12	Nome do Pai Nome da Mãe	Separada Karina Soares		2
	1	Filhos que Moram junto	Idade	
		Erica Clarisse Soares	7 meses	
13	Nome do Pai Nome da Mãe	Marcos de Mello Silvia Regina dos santos		3
	3	Filhos que Moram junto	Idade	
		Ivan dos santos	14	
		Roberto dos Santos Mello	7	
		Amanda dos santos Mello	6	
14	Nome do Pai Nome da Mãe	Cláudio Marcelo Souza Cláudia Adriana Soares	9 meses	3
	2	Filhos que Moram junto	Idade	
		Alisson Rafael Soares Fontes	10	
		Robison Marcelo Soares Fontes	6	

Grávida

15	Nome do Pai			Grávida	2
	Nome da Mãe		Samir Soares Leite		
		1	Maria Conceição Soares		
	Filhos que Moram junto		Idade		
			Rodrigo Soares Leite	5	
16	Nome do Pai		Altair Soares		5
	Nome da Mãe		Leonir dos Santos	8meses	
		10	Filhos que Moram junto	Idade	
			Angélica dos Santos	12	
			Roberta dos Santos	11	
			Franciele dos Santos Soares	10	
			Tiago dos Santos Soares	8	
			Rafael dos Santos Soares	7	
			Rafaela dos Santos Soares	7	
			Alexandre dos Santos Soares	4	
			Maria Clara dos Santos Soares	3	
			Iago dos Santos Soares	2	
		Priscila dos Santos Soares	1		
		Igos dos Santos	1		
17	Nome do Pai		Carlos André de Mello		3
	Nome da Mãe		Vera Lúcia Silveira dos Santos		
		4	Filhos que Moram junto	Idade	
			Juliana Tatieli dos Santos da Silva	16	
			Luana Silveira dos Santos	15	
		Daniel dos Santos de Mello	9		
		Guilherme dos Santos de Mello	2		
18	Nome do Pai		Antônio Schreider		Grávida
	Nome da Mãe		Márcia Soares	3 meses	
		1	Filhos que Moram junto	Idade	
			David Soares Schreider	15	2

19	Nome do Pai Nome da Mãe	1	Adécio Soares de Souza Ana mara Cordeiro dos Santos					2
			Filhos que Moram junto	Idade				
			Marissol dos Santos de Souza	5				
20	Nome do Pai Nome da Mãe	2	Gélson de Oliveira de Lima Ana Rita Teixeira dos Santos					3
			Filhos que Moram junto	Idade				
			Bianca dos Santos de Lima	19				
			Pedro dos Santos de Lima	14				
21	Nome do Pai Nome da Mãe	2	Separada Maria Antônia Soares Silva					2
			Filhos que Moram junto	Idade				
			Taiane Soares Silva	20	neto			
			Luiz Eduardo Soares Silva	8 meses				
22	Nome do Pai Nome da Mãe	3	Uilson Soares Pereira Adriana Petri Carvalho					3
			Filhos que Moram junto	Idade				
			Alessandro Júnior Marques Petri	12				
			Vitória Adriane Petri Pereira	8				
			Tainá Tupé Petri Carvalho	6				
23	Nome do Pai Nome da Mãe	1	Adriano Telles Andréia Telles					2
			Filhos que Moram junto	Idade				
			Kauan Soares Telles	4				
24	Nome do Pai Nome da Mãe	1	Paulo Ricardo Fernandez Correa Maria Sandra Soares	3 meses		Grávida		2

			Filhos que Moram junto	Idade			5
			Felipe Soares Fernandez Correa	5			
25	Nome do Pai		Falecido		Idosa		
	Nome da Mãe	1	Lidia Soares	71			2
			Filhos que Moram junto	Idade			
			Pedro Soares	42			
26	Nome do Pai		Márcio Cristiano Soares				
	Nome da Mãe	3	Ana Cristina Da Rosa Ferreira				
			Filhos que Moram junto	Idade			3
			Bruna Caroline Ferreira Soares	11			
			Tales Ferreira Soares	9			
			Leonardo Ferreira Soares	5			
27	Nome do Pai		Carlos Soares				
	Nome da Mãe	0	Maria Devair Cordeiro dos santos				2
			Filhos que Moram junto	Idade			
28	Nome do Pai		Ivan Correa Lemes				
	Nome da Mãe	5	Janete Soares				
			Filhos que Moram junto	Idade			4
			Douglas Soares Ferreira	17			
			Katieli Soares Ferreira	14			
			Chaiane Soares Ferreira	11			
			Anelise Soares Ferreira	8			
			Thais Soares Ferreira	7			
29	Nome do Pai		Paulo Alexandre de Mello				
	Nome da Mãe	2	Angélica da Silva				
	famílias		Filhos que Moram junto	Idade			3
			Alessandro dos Santos de Mello	6			
			Maria Eduarda da Silva de Mello	5			
	total:	67					

Localização das Famílias por Afinidade

Sequência	Nome rep. família
1	Adelar Soares
2	Taiane da Silva
3	Pedro A. Soares
4	José A. Soares
5	Jair Soares
6	João Luiz V. dos Santos
7	Joel dos santos
8	Moisés do santos Silva
9	João Carlos R. da Silva
10	Altair A. da Rocha
11	Ederson V. Soares
12	Carina Soares
13	Marcos Melo
14	Claudio M. Sousa
15	Samir Soares Leite
16	Altair Soares
17	Carlos A. de Melo
18	Antonio Schereid
19	Adecio S. Souza
20	Gelson de O. de Lima
21	Maria Antonia S. Silva
22	Uilson S. Pereira
23	Adriano Telles
24	Paulo Ricardo F. Correa
25	Lidia Soares
26	Marcio Cristiano Soares
27	Carlos Soares
28	Ivan Correa Lemes
29	Paulo Alexandre de Mello



x *Mario PEREIRA*

1.3 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nesse semestre, foi dada continuidade às atividades de educação ambiental e comunicação social, especialmente voltadas aos trabalhadores das obras. Tais atividades tiveram por objetivo orientar os trabalhadores envolvidos nas obras de duplicação quanto à existência das Comunidades Indígenas na região, quanto a sua importância e quanto à necessidade de respeitá-las, principalmente no dia-a-dia da obra. Tal atividade foi mantida tendo em vista que as obras encontram-se próximas à Comunidade Indígena de Estrela, no entroncamento da BR-386/RS com o acesso para Bom Retiro do Sul.

Para as palestras alusivas à temática indígena, foi utilizada a cartilha educativa (em Anexo) elaborada no ano de 2011 e já aprovada pela FUNAI. Tal material foi distribuído e discutido junto aos trabalhadores durante as dinâmicas realizadas.

No âmbito das atividades da comunicação social foi realizado, ainda, acompanhamento da pauta da mídia regional envolvendo as obras da BR-386/RS e as Comunidades Indígenas, especialmente a de Estrela. Foi elaborado clipping de notícias, apresentado no Tomo I do presente Relatório.

Ademais, no ano de 2012, conforme detalhado no relatório anterior, foi verificada a existência, nas Comunidades Indígenas, de agentes com perfil de realizar as ações de comunicação com as comunidades Kaingang. Desta forma, foram contratados, em julho e agosto de 2012, 02 agentes indígenas, estudantes do Curso superior na UFRGS nas áreas de Comunicação e Ciências Sociais com ênfase em Assistência Social. Além dos agentes de comunicação, foi formalizada ainda a contratação do agente de meio ambiente, um estudante do Curso Superior de Agronomia, que já está atuando no levantamento de áreas degradadas nas atuais sedes das 07 aldeias.

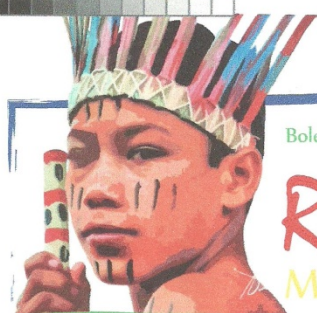
Dentre as ações que foram executadas pelos agentes de comunicação, consta a elaboração de boletim informativo Kaingang com pauta e linguagem adequada a garantir a divulgação das ações junto às 07 Comunidades. Desta forma, foram produzidos textos, comunicados e fotos das principais ações desenvolvidas

até setembro de 2012 e da atual situação das mesmas. O boletim foi nomeado com o nome kaingang de RÁ TEJ RÁ RÓR, traduzido como Metade Kamé Metade Kayhrú, símbolo da dualidade Kaingang.

Após a produção do primeiro Boletim Informativo Kaingang, o mesmo foi submetido a FUNAI e ao DNIT para avaliação e aprovação e, depois de impresso, foi distribuído, em outubro e novembro de 2012, para as sete comunidades indígenas, além do DNIT, IBAMA, FUNAI e Prefeituras. Abaixo registro do primeiro boletim informativo produzido, e da entrega dos exemplares para as comunidades.

ANEXO

PRIMEIRO BOLETIM INFORMATIVO KAINGANG



Boletim Informativo Comunidade Kaingang | nº 1, setembro de 2012

RÁ TÉJ-RÁ RÓR

Metade Kamé Metade Kayhru



OFICINAS DE PLANEJAMENTO



Nos meses de abril e maio, as comunidades se reuniram pra pensar seu futuro. Além da apresentação dos projetos do Programa Indígena Kaingang e informações sobre o andamento das ações, as comunidades participaram de uma oficina de futuro, preparatória à oficina de projetos.

ASSOCIATIVISMO EM MARÇO DE 2012

Em março de 2012, as 7 comunidades Kaingang reuniram-se com os técnicos da FAPEU para conversar sobre associativismo e sobre criação de associações indígenas. Das 7 aldeias, 4 decidiram formar suas associações. Foram criadas a Associação Indígena TUPEN PAN do Morro do Osso; a Associação Indígena FAG NHIG da Lomba do Pinheiro; a Associação RA THEJ de Morro Santana, e a Associação PANH MAG de Farroupilha. Lajeado, Estrela e São Leopoldo decidiram pela não criação de associação.

A definição dos símbolos que iriam marcar a identidade visual das Associações foi feita pela própria comunidade.



OFICINA DE PROJETOS DE 21 A 25 DE MAIO



Durante cinco dias, na Vila Betânia, em Porto Alegre, lideranças indígenas e membros das Associações e comunidades da Lomba do Pinheiro, Farrroupilha, Morro Santana, Morro do Osso, Estrela e Lajeado, reuniram-se para aprender como desenvolver projetos. Foram repassados recursos para as 6 comunidades que participaram da oficina para o desenvolvimento dos projetos. Cada comunidade terá até dezembro para realizar os projetos e prestar contas dos recursos gastos.

PRIMEIROS PROJETOS:

- Morro do Osso: Construção de banheiro coletivo;
- Morro Santana: Confecção de camisetas;
- Lomba do Pinheiro: Organização da aldeia para a coleta seletiva e compra de máquina de cortar grama;
- Lajeado: Horta de ervas medicinais;
- Farrroupilha: Ferramentas para produção de artesanato;
- Estrela: Cozinha comunitária.

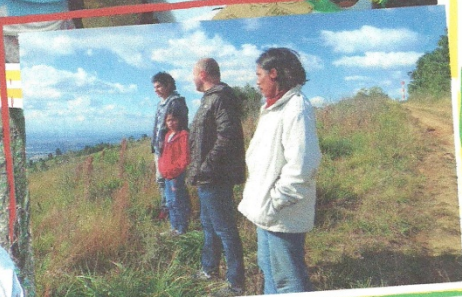
VISITANDO AS COMUNIDADES

O indígena Odirlei e o biólogo Cléber, da FAPEU, visitaram as aldeias por dois dias, para verificar a realidade das alternativas econômicas e de renda Kaingang. Durante o trabalho, Odirlei e Cléber reuniram toda a comunidade para explicar o que seria feito. Na visita aos pontos de coleta e de venda, contaram com a participação de um a três membros indígenas da comunidade. Foram verificadas as dificuldades encontradas na coleta e no transporte do material até a Aldeia; o tipo de artesanato que é feito; os pontos de vendas e as despesas com a produção do artesanato.

Odirlei e Cléber explicaram às comunidades que por uma questão de viabilidade de venda imediata pra sobrevivência, os índios, principalmente de Porto Alegre, acabam vendendo material industrializado, sem identificação com a cultura kaingang. Além da necessidade financeira, os

locais na cidade para coletar os cipós, madeira, taquara e a marcela, usados no artesanato, são limitados.

Conversaram ainda sobre a má localização dos pontos de venda e a necessidade de calcular os custos da produção do artesanato. AS comunidades reclamaram sobre falta de um veículo para fazer o transporte do material coletado e do artesanato a ser vendido.



As comunidades do interior ainda preservam a produção de artesanato típico, com boa venda, principalmente porque não existe competição com outras comunidades.



ESCOLA NOVA NA ALDEIA DE ESTRELA

A aldeia Estrela está recebendo, de forma provisória, uma nova Escola Indígena. As obras da BR-386/RS vão avançar e a construção da nova Escola visa a garantir a segurança das crianças e adolescentes que estudam no local. Assim sendo, o DNIT encaminhou, de forma urgente, a construção das novas instalações em espaço junto a atual Aldeia.



COMPRA DA TERRA

GA VYG MÃN - "CONQUISTA DE TERRAS"

No dia 9 de julho, a FAPEU, responsável pela execução do Programa Indígena do DNIT, em reunião na FUNAI com todas as lideranças das 7 comunidades Kaingang, apresentou a equipe que ficará responsável por ouvir as comunidades e verificar as terras disponíveis para aquisição.

Os grupos estão visitando as aldeias e donos de propriedades nas regiões próximas e para avaliar se não existem

problemas na justiça que não permitam a compra do lote.

As terras encontradas serão visitadas pelos líderes das comunidades, que definirão se estão de acordo com o desejo de todos.

O valor do lote deve ser calculado de acordo com o preço de mercado, independente da vontade do proprietário. Propriedades ilegais ou com dívidas não poderão ser compradas.

Nessa mesma reunião, as lideranças indígenas Kaingang apresentaram suas propostas de terras.



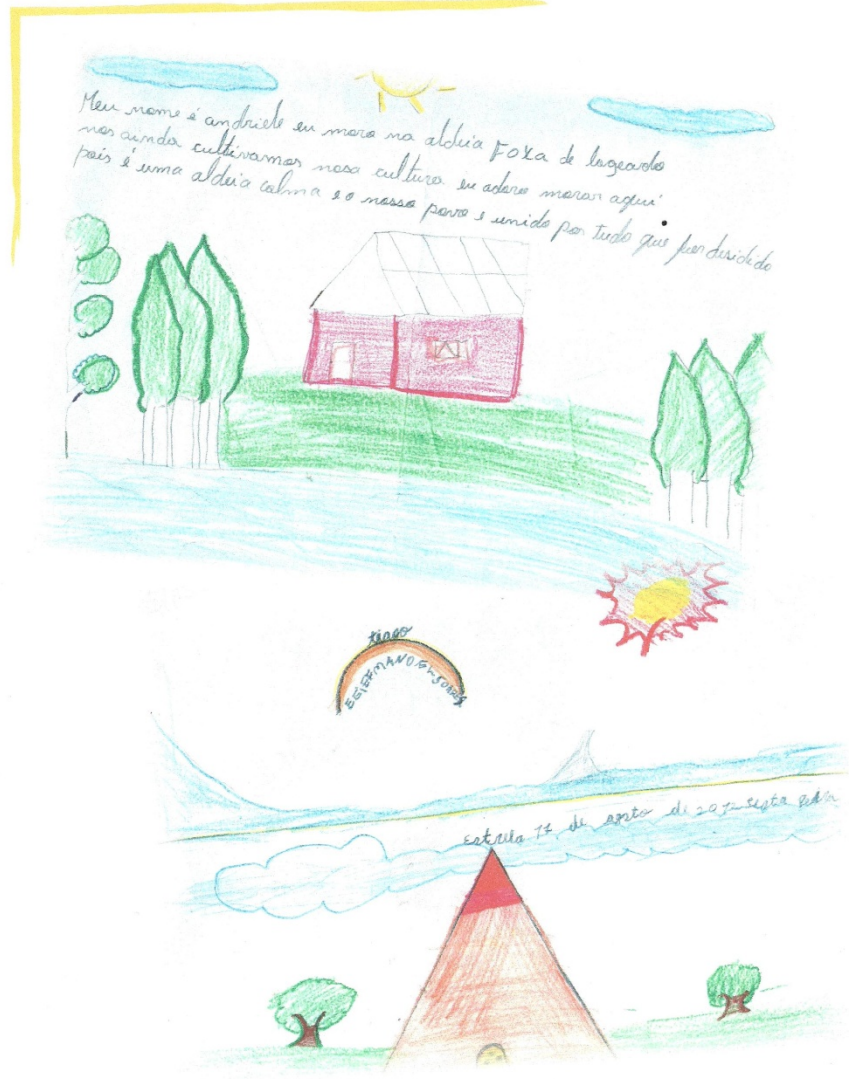


MURAL
Kaingang

Artista
O meu amor ♥
A minha vida sem você
É como um sentido.
Eu olho para o espelho.
Vejo meu coração partido.
O meu coração ficou sozinho.
E sente falta do teu carinho.
Eu queria ser mais que
Um amigo.
Pois ficar longe de você não consigo.
Eu não sei se foi eu
Que te achei
Ou foi você que me achou.
Mas isso não importa.
O que importa é que você me conquistou.
Por você eu estou apaixonado
Pois queria te falar
Que quero ser seu namorado

Poesia feita por: Edanilson Nascimento.
Música: Bofedo: Fox
17/08/12 | PARA: S. LEOPOLDO: Mariana







22 de agosto 2012.
Saudeação
Anuida Marta.

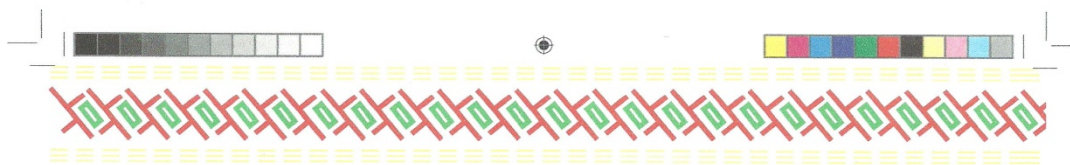
É com prazer que venho escrever, a
que estamos convidando para uma
área nova, te convidado para conhecer
o a onde vamos ^{ter} nossa cultura e na
nossa campo de bola escola posto
de saúde. E também plantar algum
peí de fruta oriar galinha. tudo
isso no queremos ter. ~~posto de saúde~~
Então estou muito contente, pra
ali com mais folga, mais ar livre



Sou índio Kaingang
Sou do morro Santana
Tereza Lopes.

MURAL
Kaingang





GESTÃO AMBIENTAL DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS, NO TRECHO TABAÍ - ESTRELA.
PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG. SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 677/2011 DNIT-UFSC



TEXTOS: Odirlei Fidélis - Agente Indígena de Comunicação - Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS
e estudante Kaingang de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COORDENAÇÃO: Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS



ANEXO

REGISTROS DA ENTREGA DO PRIMEIRO BOLETIM

DISTRIBUIÇÃO DO PRIMEIRO BOLETIM INFORMATIVO KAINGANG



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.



As comunidades recebem o primeiro boletim informativo Kaingang.

SEGUNDO BOLETIM INFORMATIVO KAINGANG

Produzido nos meses de dezembro de 2012, janeiro e fevereiro de 2013 o segundo boletim kaingang foi distribuído no mês de março, marcando mais uma importante ação no subprograma de comunicação social voltada para as comunidades dentro do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Kaingag. A pauta, plenamente adaptada às informações de interesse das Comunidades, foi desenvolvida pelo agente indígena Odirlei Fidélis e contou com o apoio das sugestões colhidas pelo mesmo na entrega da primeira edição. Os temas centrais incluíram: relatos sobre as oficinas de resgate do conhecimento tradicional e encontro dos Pajés; informações sobre o projeto de revitalização e desenvolvimento do artesanato de tradição Kaingang; a situação da compra das sementes para o artesanato e sobre o desenvolvimento dos projetos financiados pela FAPEU; explicações sobre a situação das terras e jogos comunitários Indígenas de futebol 7.



OFICINAS DE CONHECIMENTO TRADICIONAL

Resgatar e valorizar o conhecimento tradicional Kaingang é um dos objetivos das ações previstas no PBA das obras de duplicação da BR-386. Para tanto, o DNIT e a FAPEU contrataram uma equipe especializada em antropologia para o levantamento dos aspectos culturais ainda presentes nas 7 comunidades indígenas Kaingang atingidas pela duplicação da rodovia.

A antropóloga Marlinda Patrício e o consultor Michel Melo Patrício visitaram as sete comunidades, acompanhados pelos membros da equipe de gestão ambiental da Fapeu, Eneida Brasil, Ronaldo Machado e Odirlei Fidélis, no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013.

A equipe realizou oficinas com foco no resgate de



aspectos culturais como a dança, as músicas e a história local, e também oficinas sobre a saúde da mulher, com ênfase no parto. Além dos adultos, as crianças também participaram das atividades, através de suas expressões em desenhos e pinturas.

O resultado das oficinas dará origem à publicação de um livro e um DVD, os quais serão distribuídos junto às aldeias e às escolas das Comunidades Indígenas Kaingang do RS, além de instituições federais, estaduais e municipais.

A equipe da Fapeu acompanhou e registrou ainda o encontro de cunhãs que ocorreu na Aldeia do Morro do Osso de 21 a 24 de novembro de 2012. Esse encontro resultará num vídeo que será entregue às comunidades.





Arte Indígena
KAINGANG

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO DE TRADIÇÃO KAINGANG

Está previsto para o mês de março a apresentação, às 7 comunidades, do programa de Revitalização e Desenvolvimento do Artesanato Kaingang que inclui a criação da marca e submarcas para os produtos desenvolvidos. Foram criados também modelos de embalagens, como caixas e sacolas, folders, etiquetas, camisetas, uniforme para os artesãos e outras ferramentas de proteção e qualificação que permitirão aos indígenas agregar maior valor aos seus artesanatos. Esta proposta de qualificação é resultado do diagnóstico das atividades produtivas Kaingang, realizado em 2012. As oficinas de qualificação deverão ocorrer nas 7 comunidades em abril de 2013.

SEMENTES PARA O ARTESANATO

O Programa de Apoio às Comunidades Kaingang prevê a aquisição de 10 Kg de sementes para confecção de artesanato por família, como forma de proporcionar a inovação dos produtos artesanais, especialmente na confecção de colares e pulseiras.

As sementes já foram adquiridas e já estão sendo separadas e embaladas para entrega às famílias. A compra foi realizada em 2012, mas problemas de logística com o fornecedor atrasaram a entrega. Devido ao grande volume, a equipe de gestão ambiental alugou um depósito para organizar a separação das sementes por família.

Segundo o fornecedor, algumas sementes aguardam o tempo certo para serem coletadas, e por essa razão alguns tipos ainda não foram entregues. Cada família receberá 10 kg de sementes e um KIT de ferramentas contendo uma Furadeira especial, um suporte de mesa



para furar sementes, um conjunto de brocas, luvas e óculos de proteção e três rolos de fio encerado, também será a entregue as comunidades.

O propósito desse KIT (um kit por comunidade) é dar condições para que cada aldeia desenvolva um processo contínuo de produção tornando o artesanato uma das práticas perenes de geração de renda, após a entrega da obra da BR-386.





OFICINA DE PROJETOS

Em março de 2012 as 7 comunidades Kaingang reuniram-se na oficina de projetos para a criação de associações indígenas. Das 7 aldeias, 4 decidiram formar associação. Associação Indígena *Tupen Pân* do Morro do Osso, Associação Indígena *Fág Nhig* da Lomba do Pinheiro, Associação *Rá Thej* Morro Santana, Associação *Pânh Mag* Farroupilha. Lajeado, Estrela e São Leopoldo decidiram pela não criação de associação. Como exercício prático da oficina foram desenvolvidos projetos pilotos e repassados recursos para execução. Os primeiros resultados já podem ser observados:

LOMBA DO PINHEIRO

A comunidade kaingang da Lomba do Pinheiro *Fág Nhig* desenvolveu dentro das oficinas de projetos uma proposta de limpeza e organização da aldeia.

O projeto buscava a conscientização ambiental e a gestão do lixo na Comunidade, promovendo a separação do lixo, a poda e corte dos capins e grammas, utilizando a mão de obra da própria comunidade e fixando placas e cartazes que falam da importância da separação do lixo.

A proposta incluiu a compra de equipamentos para corte de grama (roçadeira, rastelo, enxada, carrinho de mão, luvas e foice), lixeiras para lixo seco e orgânico, mutirão de limpeza e uma oficina de reciclagem do lixo. A oficina ocorreu no mês de outubro de 2012 e contou com a parceria da assessora técnica do DMLU, Rosa Maria Ellwanger que explicou o processo de separação e acondicionamento do lixo seco e promoveu práticas de tipos de lixo.

MORRO DO OSSO

A Associação do Morro do Osso *Tupen Pân* desenvolveu um projeto para construção de 2 (dois) banheiros comunitários exclusivos para banho. O projeto, que inclui a instalação de chuveiros elétricos, beneficia as 37 famílias da comunidade, especialmente nos meses de frio intenso. A realização das obras foi feita pela comunidade, em mutirão.



MORRO SANTANA

O projeto desenvolvido pela Associação Indígena Kaingang do Morro Santana *Rá Thej* buscou apoio para a confecção de camisetas a serem comercializadas com o objetivo de fortalecer a marca da Associação Indígena *Rá Thej*. A venda das camisetas irá beneficiar 11 famílias, no total de 37 pessoas, entre adultos e crianças, tendo como consequência o aumento da renda e a prática do diálogo entre a comunidade e a sociedade local.

O projeto desenvolveu estampas com a identidade da etnia Kaingang e está na fase de confecção das camisetas, com prazo de entrega até 20 de fevereiro de 2013.

FARROUPILHA

A Associação Indígena *Pânh Mag* de Farroupilha fez seu projeto pensando no apoio à produção artesanal dos "bichos de madeira" e no reforço das atividades tradicionais da Comunidade.

A falta de ferramentas foi o principal problema apontado pelo projeto. Além disso, o projeto buscava ainda a qualificação e ampliação da produção envolvendo 19 famílias.

Foram adquiridas serra fita, lixadeira manual, pirógrafo e lixas, além da capacitação das famílias envolvidas objetivando o aumento da produção de 100 peças por mês para 200.





LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DEGRADADAS



As obras de duplicação da BR-386 terão impacto sobre algumas áreas de uso indígena, pois haverá o corte da vegetação, com a retirada de diversas espécies no entorno da Rodovia.

Com o objetivo de assegurar a recuperação dessas espécies e promover o plantio das mesmas nas futuras áreas indígenas, foi realizado no mês de outubro um levantamento das atuais áreas degradadas nas Aldeias e dos espaços disponíveis para o plantio a partir da indicação pelas comunidades das espécies que são utilizadas na produção de artesanato e na medicina Kaingang.

As próximas ações incluem a aquisição de mudas, o plantio e o monitoramento das espécies e a recuperação das áreas degradadas nas atuais aldeias, sendo necessário o envolvimento das comunidades em todo o processo.

O trabalho foi realizado pela equipe de gestão ambiental da Fapeu, com a participação do indígena Nerlei Fidelis, estudante de agronomia, com o apoio das comunidades e de suas lideranças.

SITUAÇÃO DA TERRA - Ga vyg mǎn - “conquista de terras”

A conquista das terras pela Comunidade Kaingang está cada vez mais próxima. Os documentos para declarar as áreas como de utilidade pública, que permitirão a compra das mesmas, para as comunidades de Estrela, Lajeado, São Leopoldo, Morro Santana e Lomba do Pinheiro já foram encaminhados para o DNIT de Brasília.

No último dia 24 de janeiro de 2013, em reunião na FUNAI com caciques e lideranças Kaingang, as equipes da Fapeu, do DNIT, da FUNAI e representantes da Secretaria Estadual de Educação e do COMIN, foi prestado esclarecimento quanto ao processo de compra e distribuição das sementes para o artesanato e os próximos passos para a aquisição definitiva das terras.

DEFINIÇÕES DA REUNIÃO:

Estrela - foram definidos 6 hectares junto a atual aldeia. Os 8 hectares remanescentes serão definidos junto

a área de entorno e mais 19 hectares ainda devem ser definidos pela Comunidade, considerando que a Cacique Maria havia sugerido a compra destes remanescentes na Praia de Tramandaí.

Lajeado - foram definidos e aprovados 11 hectares. Os 6 hectares remanescentes deverão ser adquiridos na mesma região.

São Leopoldo - foram definidos 8 hectares e os 9 hectares remanescentes deverão ser adquiridos na mesma região.

Morro Santana - foram definidos e aprovados 29 hectares com preço compatível com as demais terras.

Lomba do Pinheiro - foram definidos e aprovados 22 hectares com preço compatível com as demais terras.

A Comunidade de **Farrroupilha** irá continuar a procurar nas áreas do entorno com a equipe da FAPEU.

A comunidade do **Morro do Osso** suspendeu temporariamente a área que havia sido escolhida para procurar uma área mais próxima da atual aldeia.



ENCONTRO DE PAJÉS

A comunidade do Morro do Osso mais uma vez sediou o encontro anual de Cunhãs. O encontro realizou-se de 21 a 24 de novembro de 2012 e contou com a participação das comunidades Kaingang de todo o Estado.

A abertura foi feita pelo grupo de dança do Morro do Osso e apresentação dos apoiadores. A programação incluiu apresentação das comidas típicas, grupos de dança e canto do interior do Estado, manifestações políticas, troca de experiências entre cunhãs, oficina sobre conhecimento cunhã e indicação de indígenas

com conhecimento das ervas medicinais para assumirem a função na aldeia no futuro.

O cacique Valdomiro, do Morro do Osso, foi fundamental na realização do encontro e manifestou seu agradecimento à presença de todos acrescentando a importância do encontro para troca de conhecimento cultural e a garantia dos seus direitos.



JOGOS COMUNITÁRIOS INDÍGENAS DE FUTEBOL 7

As finais do primeiro campeonato "Jogos Comunitário Indígena de futebol 7, organizado pela aldeia Kaingang Fig Nhig da Lomba do Pinheiro, ocorreram no dia 2 de dezembro de 2012. O evento foi um sucesso, e contou com equipes de outras etnias, com a presença de times das aldeias Indígenas de Porto Alegre, da região metropolitana e do Vale do Taquari.

Silvino Amaral, um dos organizadores do evento, diz que objetivo foi alcançado: "o objetivo é melhorar o convívio social entre as comunidades, onde nossos garis e gurias possam conhecer outras pessoas de outras Comunidades Indígenas para futuros casamentos". Ciente da responsabilidade, Silvino pensa ainda mais alto: "futuramente queremos trazer uma olimpíada indígena para nossa aldeia, para trazer uma maior visibilidade por parte das outras aldeias do interior, o reconhecimento seria maior para as aldeias da região".

No dia 2, as partidas começaram a ser disputadas pelas equipes femininas. Na disputa de terceiro lugar a Equipe da Lomba do Pinheiro venceu a segunda equipe feminina de São Leopoldo. A decisão do primeiro lugar ficou entre a primeira equipe da aldeia Por Fi Ga de São Leopoldo e a terceira equipe feminina As Feras da aldeia guarani da Estiva.

Com o time mais organizado taticamente e com a grande presença da sua torcida a equipe Guarani abriu o placar logo no início do jogo. De baixo de forte chuva, a equipe de São Leopoldo teve a chance de empatar a partida, mas desperdiçou o pênalti, o que abalou a equipe. Melhor defensivamente, a equipe Guarani explorou os contra-ataques e fez o segundo gol, mesmo com o placar em desvantagem a



equipe de São Leopoldo não desistiu, com muita raça e espírito esportivo

lutou até o final e fez seu gol no finalzinho do jogo. Com o placar de 2x1 a equipe Guarani foi a grande campeã feminina dos primeiros jogos comunitários de futebol 7.

Na disputa masculina a equipe Kaingang Bianquini, da aldeia Lomba do Pinheiro, venceu a equipe Guarani da Estiva por 5x4 na primeira semi-final. Na segunda semi-final a equipe Kaingang do E.C.São Paulo, também da Lomba do Pinheiro, perdeu para a equipe Guarani da Coxilha por 2x0.

Na decisão de terceiro e quarto a equipe do E.C.São Paulo venceu a equipe Guarani pelo placar de 6x4.

A grande final entre as equipes Kaingang, da Lomba do Pinheiro, e Guarani, da Coxilha da Cruz, ocorreu com muita chuva, música e a grande presença de público, principalmente a ala feminina. Com muita qualidade e garra a equipe da Coxilha da Cruz abriu o placar, porém, com o jogo a seu favor, o time recuou e passou a jogar nos contra-ataques, permitindo a reação da equipe da Lomba do Pinheiro que empatou a partida. No segundo tempo, com mais volume de jogo e mais organizado em campo, a equipe da Lomba do Pinheiro não teve dificuldade para vencer o time da Coxilha da Cruz pelo placar de 6x3 e sagrar-se campeão dos primeiros Jogos Comunitários Indígenas de futebol 7.

Ao final dos jogos, todos foram convidados para o grande baile de premiação dos campeões.





GESTÃO AMBIENTAL DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS, NO TRECHO TABAÍ - ESTRELA.
PROGRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG. SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 677/2011 DNIT-UFSC



TEXTOS: Odinei Fidéis - Agente Indígena de Comunicação - Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS
e estudante Kaingang de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COORDENAÇÃO: Equipe Gestão Ambiental BR-386/RS

ANEXO

REGISTROS DA ENTREGA PARA AS COMUNIDADES
DO II BOLETIM INFORMATIVO DAS COMUNIDADES
KAINGANG - MARÇO 2013



ANEXO

CARTILHA EDUCATIVA PARA TRABALHADORES DAS OBRAS

DNIT
DEPARTAMENTO
NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES

**GESTÃO
AMBIENTAL
BR386/RS**

Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: Comunidade Indígena Kaingang



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



FAPEU

**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

APRESENTAÇÃO

Este livreto integra uma coletânea de materiais didáticos elaborados pelos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social desenvolvidos pela equipe de Gestão Ambiental das obras de duplicação da rodovia BR-386, no trecho entre o Km 350,8, no município de Tabaí e o Km 386,0, no município de Estrela.

O objetivo principal deste material é de sensibilizar a comunidade do entorno e os trabalhadores da rodovia BR-386/RS para a importância das comunidades indígenas, seus direitos legais e das principais características dos Kaingang presentes na Área de Influência Direta do empreendimento.



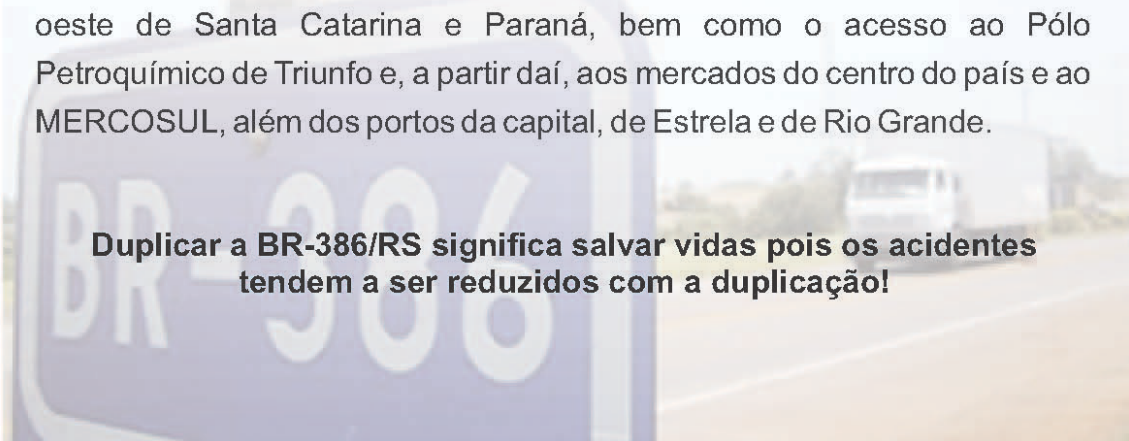
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

O que é a BR- 386?

A rodovia BR-386 é uma rodovia federal brasileira, de sentido diagonal que liga a região metropolitana de Porto Alegre ao município de Iraí, a noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Vários trechos desta rodovia já são duplicados e o trecho em obras já está com um volume médio de tráfego muito superior à sua capacidade, sendo considerado um dos principais gargalos do percurso. Hoje passam pelo trecho do empreendimento, mais de 20.000 veículos por dia.

Por que a rodovia vai ser duplicada?

Os principais motivos para a duplicação do trecho da rodovia BR-386 entre Tabaí e Estrela são melhorar o tráfego, facilitando o trânsito e oferecendo melhores condições de segurança para o usuário, reduzindo os custos de transporte e contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. A duplicação da BR-386/RS é uma obra de grande importância socioeconômica, pois esta rodovia permite o acesso da região metropolitana de Porto Alegre ao norte e ao centro-oeste do estado e ao oeste de Santa Catarina e Paraná, bem como o acesso ao Pólo Petroquímico de Triunfo e, a partir daí, aos mercados do centro do país e ao MERCOSUL, além dos portos da capital, de Estrela e de Rio Grande.



Duplicar a BR-386/RS significa salvar vidas pois os acidentes tendem a ser reduzidos com a duplicação!

**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

**Existem grupos indígenas morando na Área de Influência Direta
(AID) do Empreendimento?**

Sim, existem as Aldeias Estrela e Lajeado, formadas por famílias indígenas da etnia Kaingang.

Os Kaingang pertencem à família lingüística Jê, constituindo seu idioma. Atualmente, os Kaingang vivem em aldeias localizadas nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

O artesanato é hoje considerado a principal fonte de sustento das comunidades indígenas em questão. Os índios produzem uma variedade de trabalhos que utilizam a fibra de taquara ou tiras de cipó, servindo-se da técnica de trançado para sua transformação em artigos de decoração ou de utilidade doméstica.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: Comunidade Indígena Kaingang

Esses produtos revelam uma identidade estética da arte Kaingang que transmitem valores, crenças, conceitos e ajudam a preservar sua cultura e a difundi-la para a sociedade envolvente.



Em função da presença dos índios Kaingang na área de influência da BR-386/RS o DNIT, empreendedor responsável pela execução da obra, firmou diversos compromissos com estas comunidades no decorrer do processo de licenciamento do empreendimento. Estes compromissos estão estabelecidos no Programa de Apoio à Comunidade Indígena Kaingang e seu descumprimento pode paralisar a obra, tão importante para todos.

Assim, caro trabalhador e comunidade lindeira: ajude o DNIT a cumprir seus compromissos, valorizando essa comunidade, evitando conflitos e respeitando seu território!



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: Comunidade Indígena Kaingang

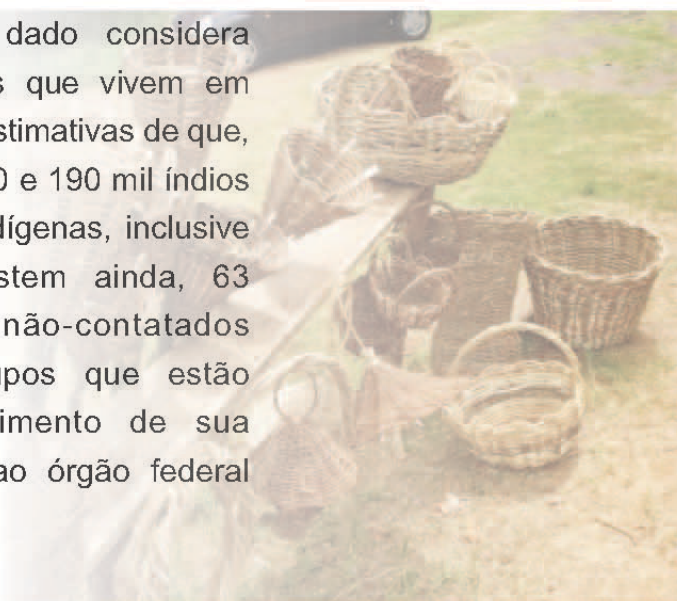
Os Povos Indígenas e os Índios Kaingang

Os índios, de forma geral, têm um papel primordial na história do Brasil, pois constituem um dos pilares da nossa formação social. Apesar de serem chamados genericamente de índios, internamente há uma grande variedade cultural entre estes povos que contribuem para a riqueza da cultura brasileira.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (www.funai.gov.br) vivem hoje no país, aproximadamente 460 mil índios, distribuídos entre 225 sociedades indígenas que perfazem cerca de 0,25% do total da população brasileira.



No entanto, este dado considera apenas aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo, porém, estimativas de que, além destes, haja entre 100 e 190 mil índios vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Existem ainda, 63 referências de índios não-contatados (isolados), além de grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

Para se ter uma idéia desta variedade cultural, pelo menos 180 línguas indígenas são faladas no Brasil, que, por sua vez, pertencem a mais de 30 famílias lingüísticas diferentes.

KAINGANG

Os kaingang são uma destas sociedades e estima-se que sua população total, distribuída nos estados em que estão presentes seja de aproximadamente 29 mil pessoas, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos do Brasil.

Os índios desta etnia têm seu modo próprio de ver o mundo e estas particularidades culturais devem ser respeitadas.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: Comunidade Indígena Kaingang

Além disto, os Kaingang também possuem crenças bastante peculiares de sua cultura como o enterramento dos “umbigos” (cordão umbilical) como forma de criar vínculo com a terra que ocupam. No entanto, as crenças tradicionais são observadas em sincretismo com idéias cristãs, sendo que muitos Kaingang se declaram evangélicos, e até oficiam cultos em suas aldeias.

Quanto à chefia e a representação, a principal figura é a do cacique, seguido do vice-cacique. Estes representantes são, em geral, eleitos pela comunidade e atuam principalmente na mediação de conflitos e interesses externos.



Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang

As Leis de Proteção aos Índios

Como historicamente não se valorizou devidamente as diversas contribuições dos índios para a sociedade nacional, hoje eles são vistos por muitos de forma estereotipada ou preconceituosa.

Assim, consideramos muito importante ressaltar que no que diz respeito à identidade étnica dos índios, as mudanças ocorridas em muitos de seus costumes, como o fato de interagirem com a sociedade normalmente, falarem português, vestirem roupas iguais a de qualquer pessoa, usarem tecnologias modernas, como o celular, o computador, máquinas fotográficas etc, não faz com que percam sua identidade étnica e muito menos seus direitos.

Eles não deixam de ser índios por aproximarem seus costumes dos hábitos da sociedade nacional.

No Brasil há uma ampla legislação indigenista, responsável por garantir direitos especiais a estes povos tendo em vista sua importância para a história e o futuro do Brasil, país essencialmente multicultural.



**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

**Selecionamos aqui algumas das principais leis que garantem os
direitos indígenas:**

Constituição Federal Brasileira

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232 – Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.



**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

**Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto
do Índio**

Regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas.

**Decreto – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –
Código Penal**

Também o Código Penal Brasileiro prevê sanções para casos de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



**Portanto, lembre-se: Os índios
são protegidos pela Constituição
Federal Brasileira! Não respeitar a
cultura, as crenças, as tradições e as
terras dos índios é violação da lei.**

**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

Cuidados com os moradores das Comunidades Indígenas durante as obras de duplicação da BR-386 /RS

➡ Prestar atenção no trânsito de pedestres no acostamento da rodovia. Os índios costumam vender seu artesanato, fonte de sua sobrevivência, na beira da rodovia e as crianças indígenas precisam utilizar o acostamento para chegarem em sua escola.

MUITO CUIDADO! TENHA ATENÇÃO REDOBRADA E DIMINUA A VELOCIDADE.



➡ Use a gentileza com os índios. TRATE-OS COM RESPEITO E EDUCAÇÃO!

➡ Lembre-se que a aldeia indígena é o espaço de moradia dos índios. SEU ACESSO É RESTRITO. Caro trabalhador, você gostaria que algum estranho entrasse em sua casa sem ser autorizado? Os índios também tem direito à privacidade.



**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

➡ Quando dirigir na rodovia ou operar máquinas e equipamentos RESPEITE TODAS AS NORMAS DE SEGURANÇA, PRESTE MUITA ATENÇÃO E TRAFEGUE EM VELOCIDADE REDUZIDA.

➡ NÃO OFEREÇA BEBIDAS ALCOÓLICAS AOS ÍNDIOS.



➡ NÃO FAÇA BRINCADEIRAS DISCRIMINATÓRIAS, PIADAS OU MANIFESTE QUALQUER TIPO DE PRECONCEITO. Lembre-se de que isto é crime previsto em lei no Brasil.

Lembre-se de que o Brasil será um país melhor se todos fizermos a nossa parte. É necessário reconhecer e valorizar nossos diversos povos indígenas, reconhecendo sua identidade étnica, respeitando suas formas tradicionais de organização social, de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais. Isto significa garantir direitos coletivos especiais dos povos indígenas o que leva ao convívio pacífico, ao intercâmbio cultural e ao ganho de toda a sociedade.



**Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social:
Comunidade Indígena Kaingang**

Para os usuários da rodovia tirarem suas dúvidas sobre a obra de duplicação da BR- 386/RS, a Equipe de Gestão Ambiental disponibiliza um número gratuito.

0800-6430386

Horário Comercial

Produção:

A produção do presente material foi realizada pela equipe da UFSC/FAPEU, do convênio nº2010/166, responsável pela Gestão Ambiental das Obras de Duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Tabai-Estrela.



1.4 SUBPROGRAMA RELATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Para dar início à execução do Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas, foi realizado o levantamento de tais áreas nas 07 aldeias integrantes do programa. Isto se fez necessário tendo em vista que o PBA não indicou quais seriam as áreas, qual a natureza da degradação e quais os mecanismos sugeridos para recuperação.

O levantamento, por meio de imagens de satélite e visitas a campo foi realizado nos meses de fevereiro e março. Tal levantamento revelou que não existem áreas degradadas que se enquadrem nos critérios para implantação de um PRAD em nenhuma das 07 aldeias. Os levantamentos revelaram os seguintes pontos que merecem destaque:

- As áreas desprovidas de vegetação existentes são aquelas que atualmente se encontram em uso pelas comunidades, sejam como acessos, quintais de casas, áreas construídas ou áreas de uso comum;
- O histórico da ocupação das áreas revelou que a maioria das aldeias encontra-se em expansão, ou seja, nos últimos três anos houve o surgimento de novas construções;
- Uma das aldeias, Morro Santana, encontra-se inteiramente inserida e integrada no mosaico urbano envolvente, sendo impossível fazer a individualização espacial da aldeia, enquanto unidade de ocupação do grupo Kaingang.

Diante do quadro de ocupação das áreas hoje verificado constatou-se que a meta de “recuperação de áreas degradadas nas sete aldeias” constante do PBA, por meio de PRAD’s, não se justifica.

Um aspecto importante a ser esclarecido é o fato de que as aldeias possuem áreas degradadas devido à ausência de vegetação, com solo exposto, e localmente algumas aldeias possuem áreas com acúmulo de resíduos, seja como depósito ou não. Entretanto tais áreas encontram-se em uso pela comunidade, como é o caso dos acessos e quintais de casas, não sendo viável tecnicamente reflorestá-las. Outro destaque a ser feito é que nas áreas de solo exposto não foi verificada a ocorrência de processos erosivos de intensidade significativa, com abertura de sulcos com potencial de evolução para voçorocas.

As imagens da ocupação histórica e do levantamento de campo em cada uma das aldeias encontram-se apresentadas na sequência.

Diante da constatação da inexistência de áreas degradadas em desuso pela comunidade, está sendo realizado o levantamento das espécies vegetais de uso por cada uma das comunidades, bem como as tendências de expansão das áreas ocupadas em cada aldeia, a fim de que seja proposta uma ação de enriquecimento florestal nas áreas. Destaca-se que, na maioria dos casos, as aldeias ocupam áreas de terceiros, o que impossibilita diversas ações por parte do poder público.

Uma segunda meta do programa é o plantio e monitoramento de espécies vegetais nos territórios de uso indígena. Tendo em vista a configuração de uso e ocupação do solo no entorno das aldeias, com a maioria das áreas de propriedade de terceiros, o plantio das espécies será concentrado nas áreas a serem adquiridas para cada uma das comunidades por meio do subprograma fundiário. Esta medida garantirá que as espécies plantadas ficarão a disposição das comunidades, evitando a perda dos investimentos realizados.

Para atuação direta neste programa, já iniciado pela identificação das espécies de uso indígena e dos locais destinados ao enriquecimento florestal em cada aldeia, foi contratado como estagiário da UFRGS em parceria com a UFSC, um membro da Comunidade de Morro Santana que estuda agronomia naquela Universidade Federal.

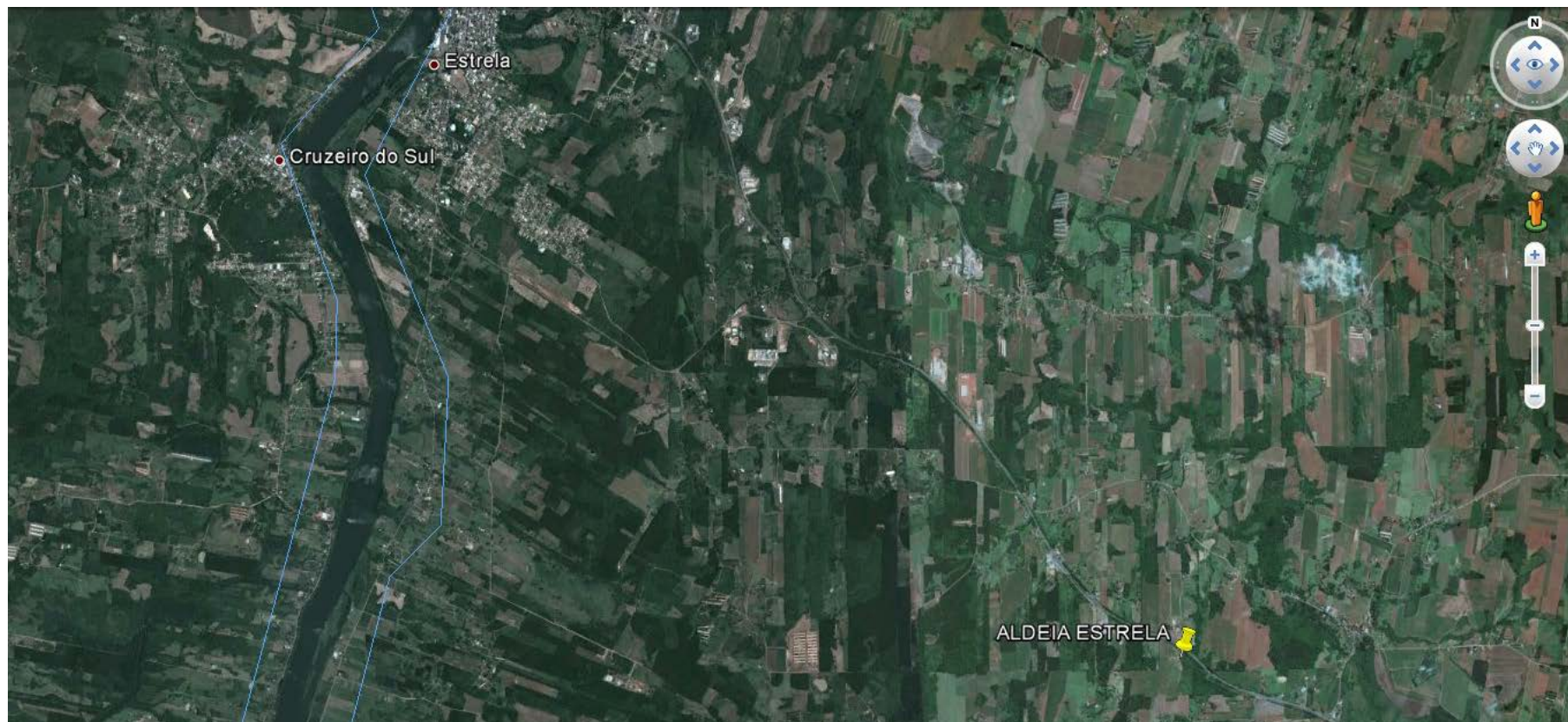
Assim, em outubro de 2012, o estudante indígena de agronomia, Nerlei Fidélis, juntamente com a equipe de Gestão Ambiental responsável por esse

subprograma e também junto a algumas lideranças indígenas, deu sequência ao trabalho de levantamento das espécies vegetais que podem ser utilizadas pelas comunidades, bem como de possíveis espaços para plantio.

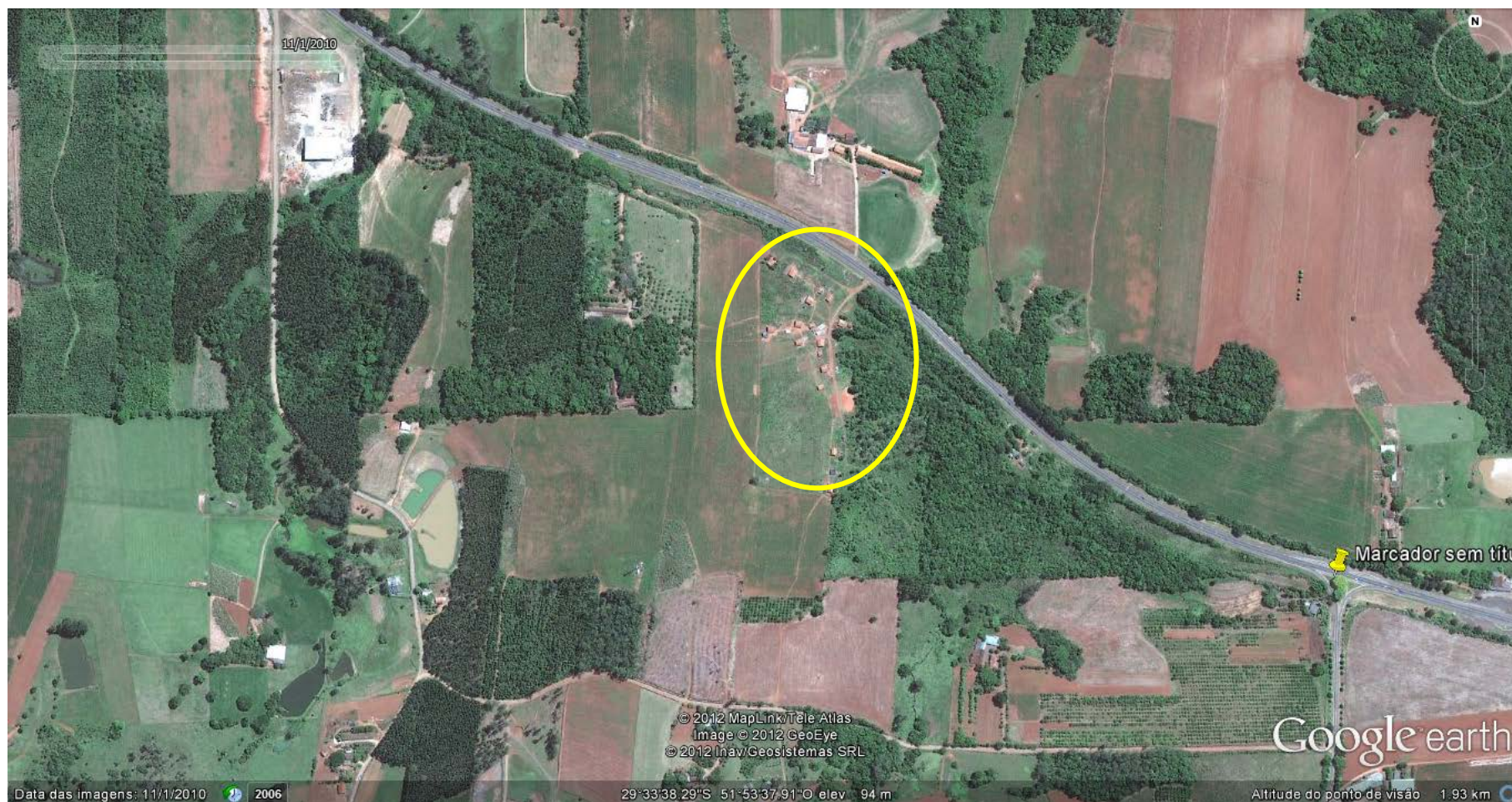
As próximas ações incluem a aquisição de mudas, o plantio e o monitoramento das espécies, fazendo um trabalho que envolva as comunidades em todo processo.

ALDEIA ESTRELA

Localização Geral



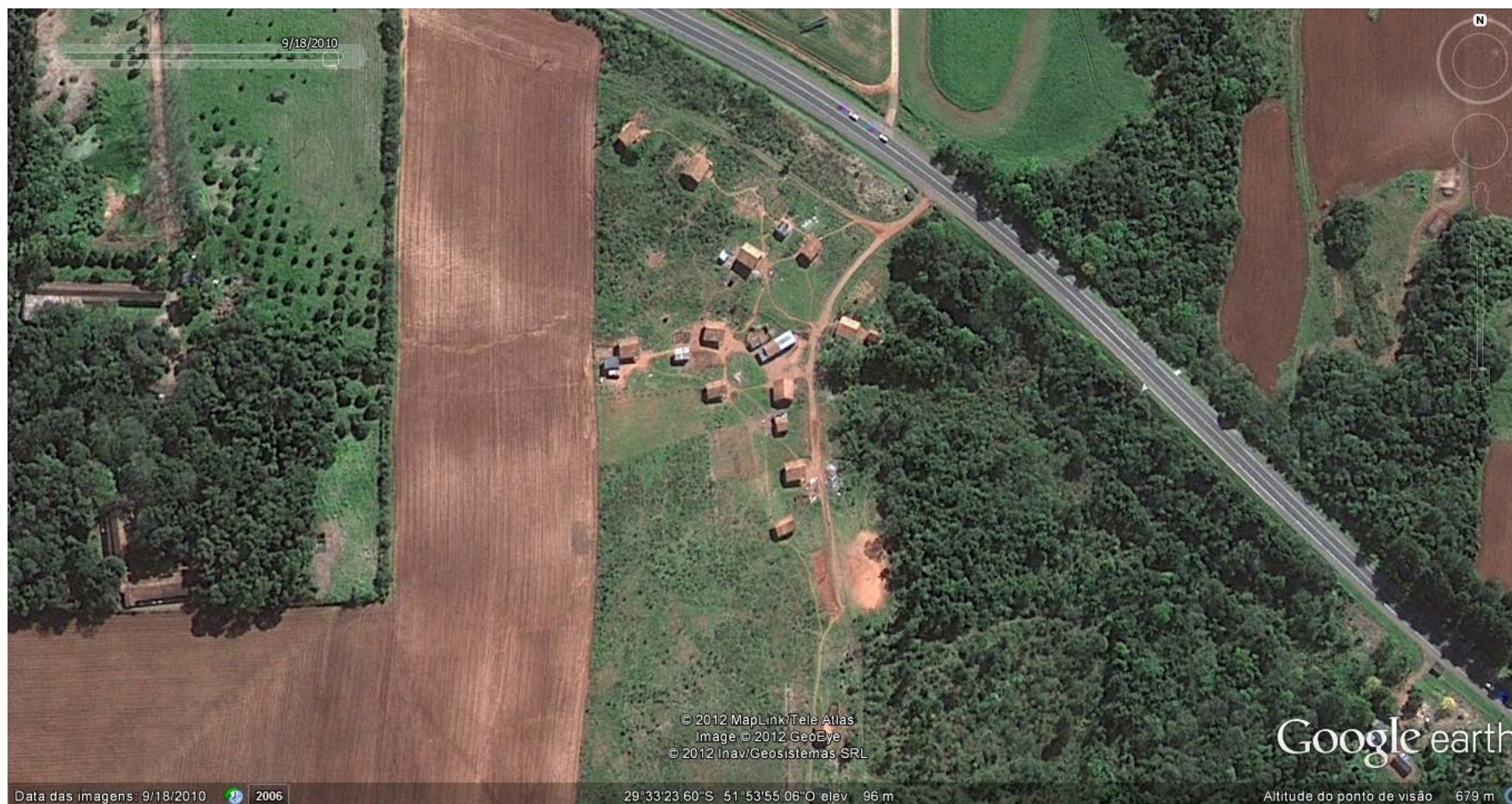
Localização em relação à BR-386



01/11/2010

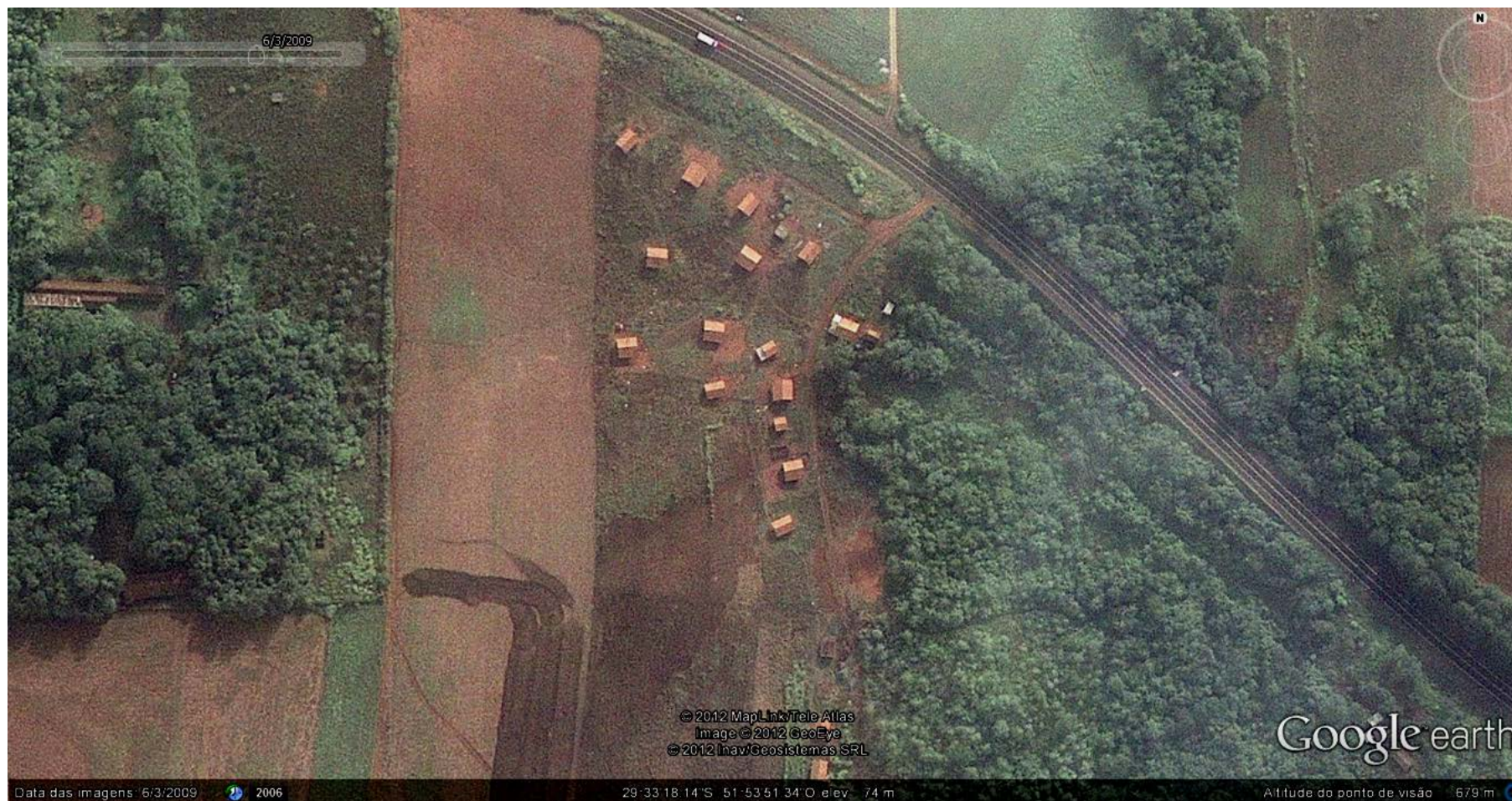


18/09/2010

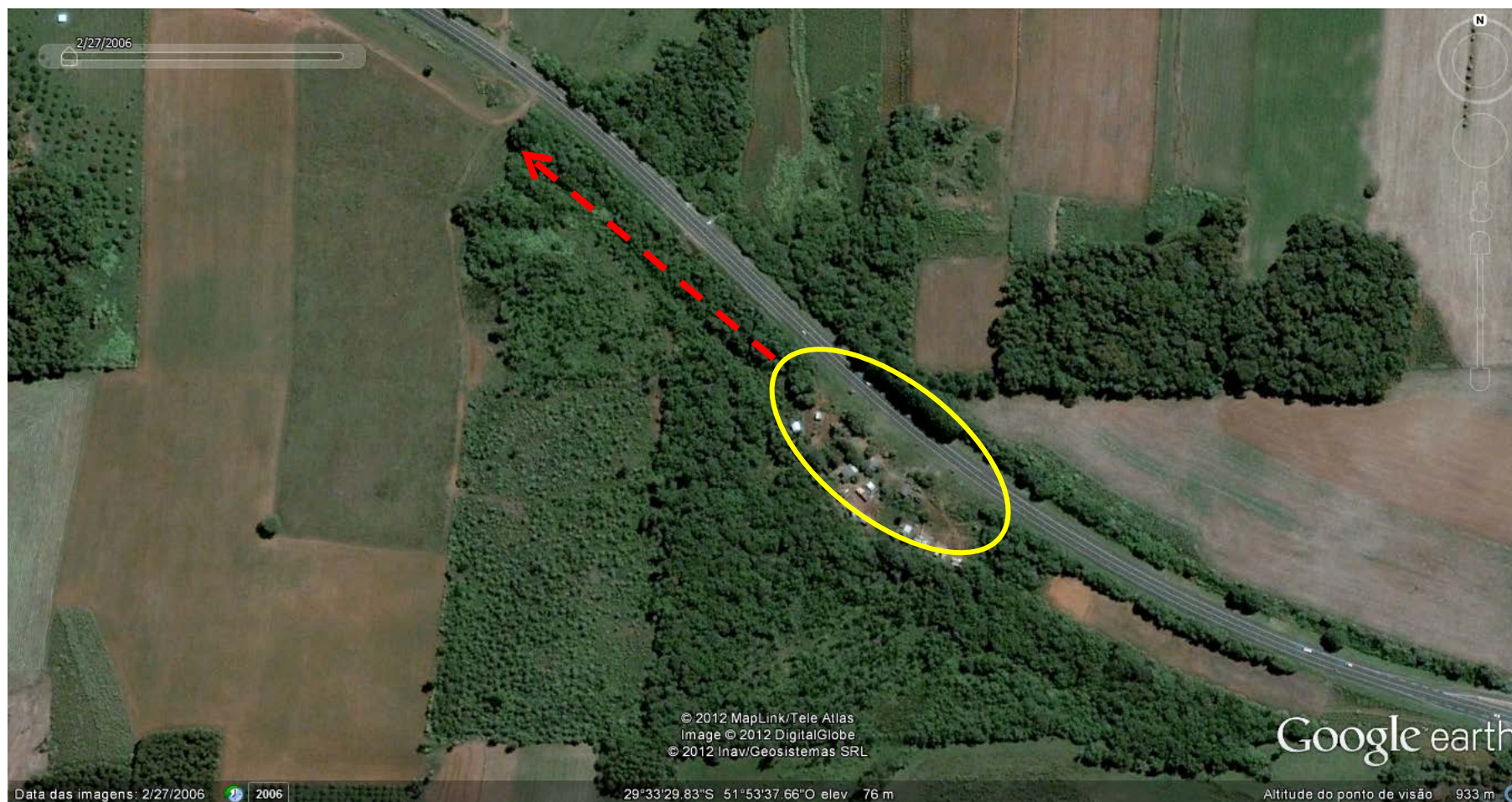


Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC






03/06/2009



27/02/2006 – A Aldeia Estrela se situava na faixa de domínio da BR-386 e foi deslocada para área de propriedade privada utilizada para agricultura.



Vista Geral da Área da Aldeia Estrela

	
<p>Acesso, casas e posteamto de energia na Aldeia Estrela.</p>	<p>Área interna da Aldeia com acesso às casas.</p>
	
<p>Acesso principal da Aldeia Estrela.</p>	<p>Casas da Aldeia e posteamto de energia.</p>
	
<p>Casas da Aldeia Estrela.</p>	<p>Área de roça.</p>



Acessos internos da Aldeia.



Área de roça na Aldeia.



Acesso interno da Aldeia com lenha resultante da supressão de vegetação para as obras.



Escola



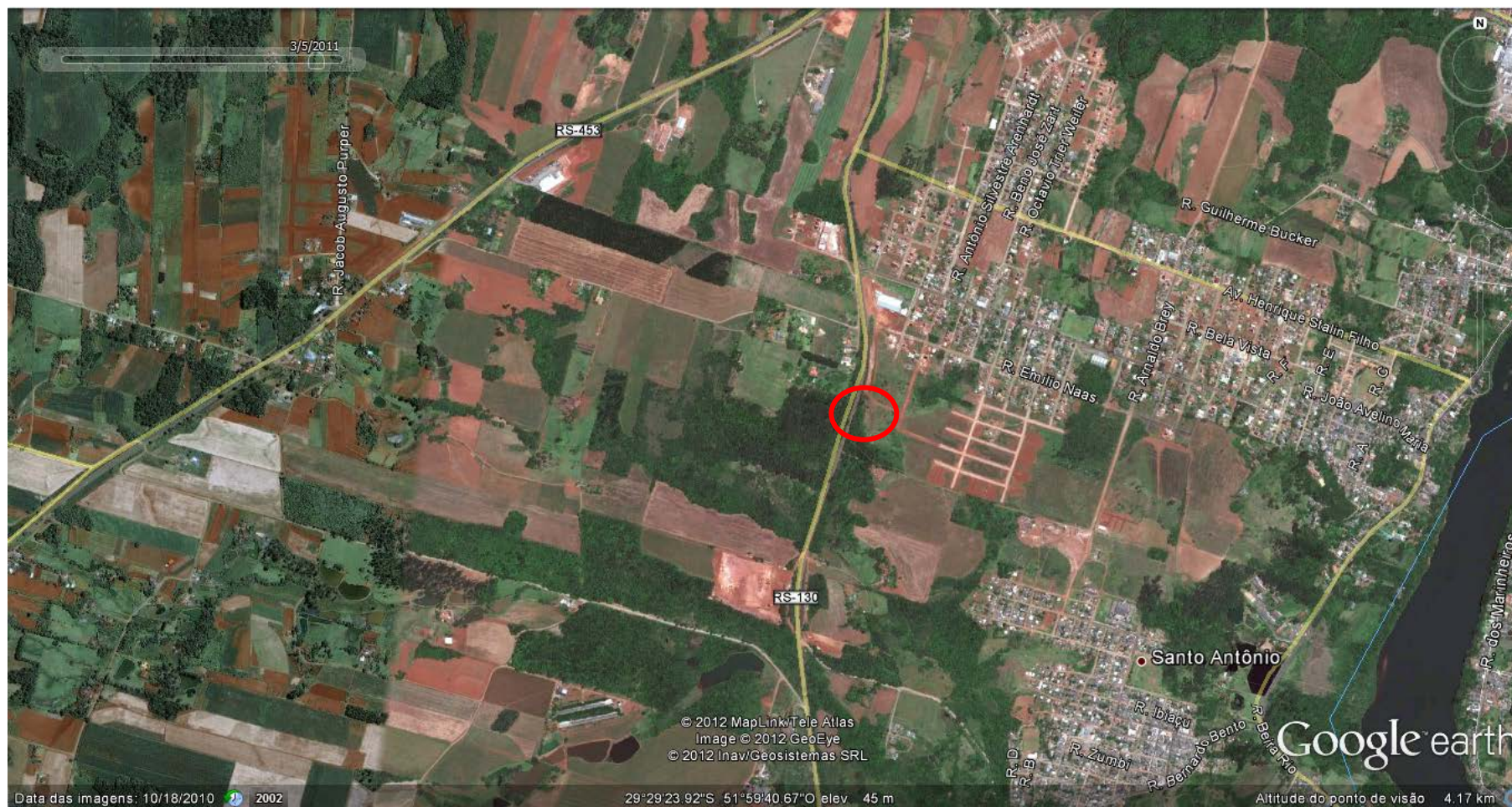
Pátio em frente a escola. Rodovia ao fundo.



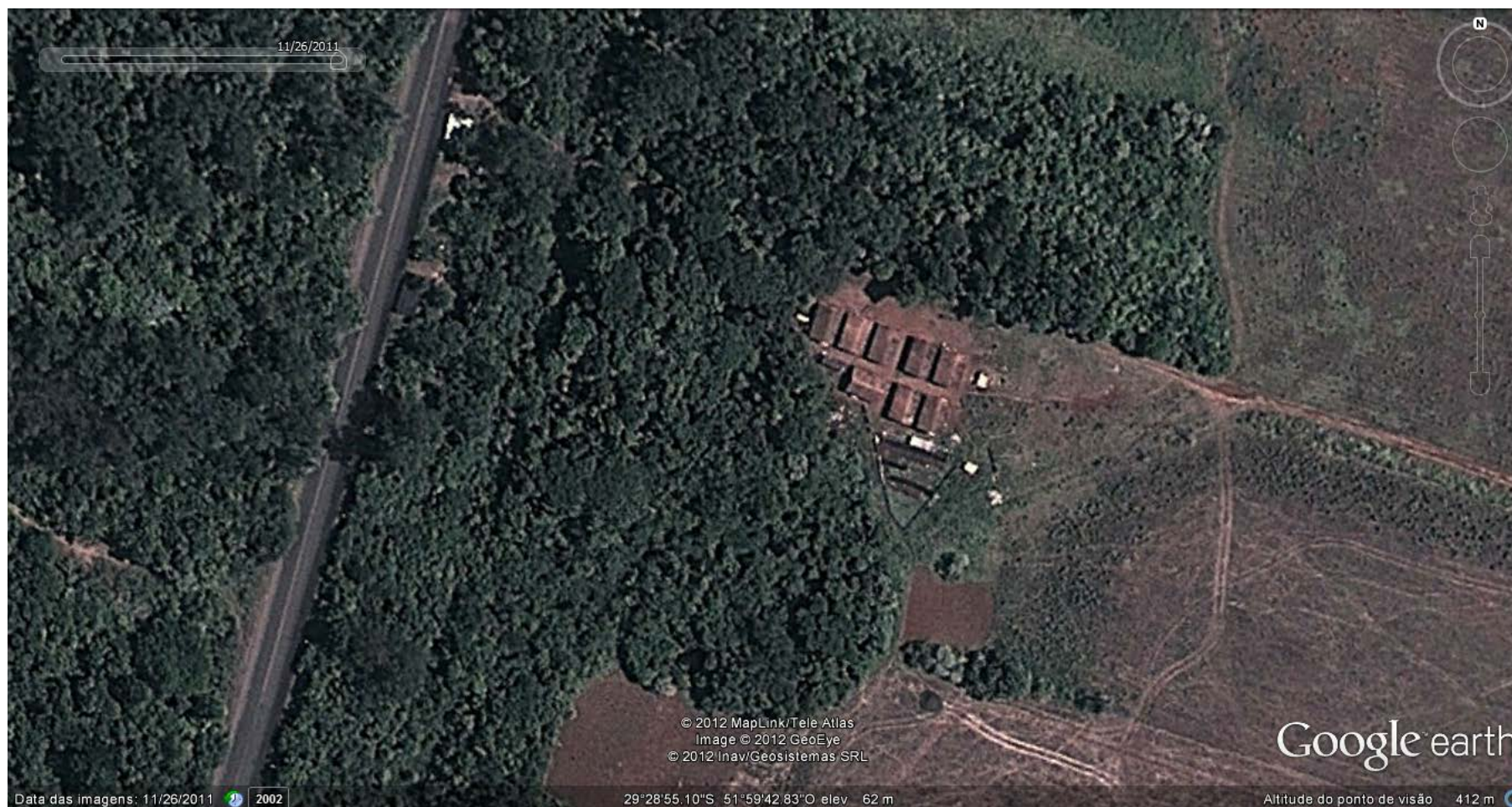
Pátio em frente a escola. Rodovia ao fundo.

ALDEIA DE LAJEADO

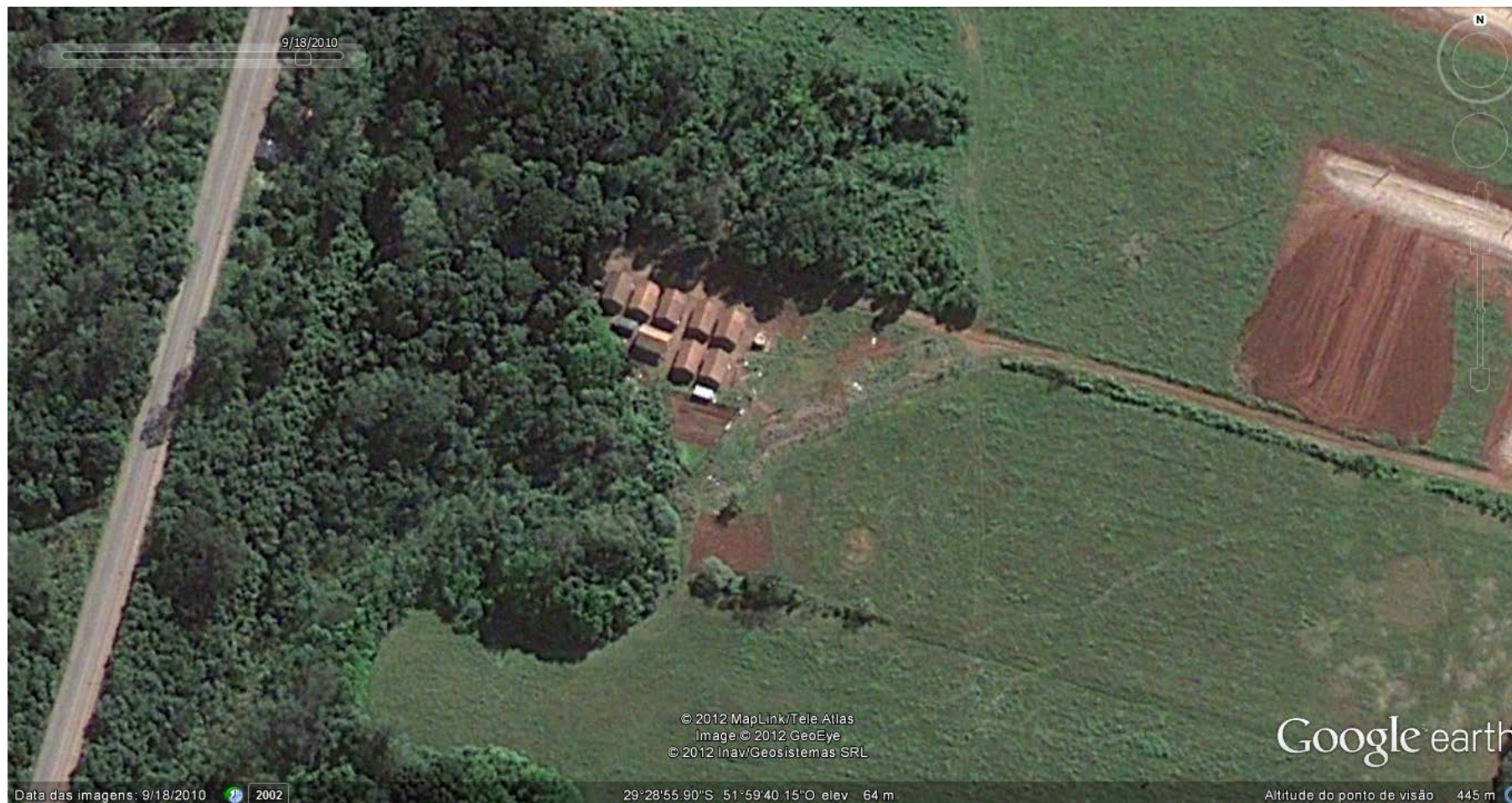
Localização Geral



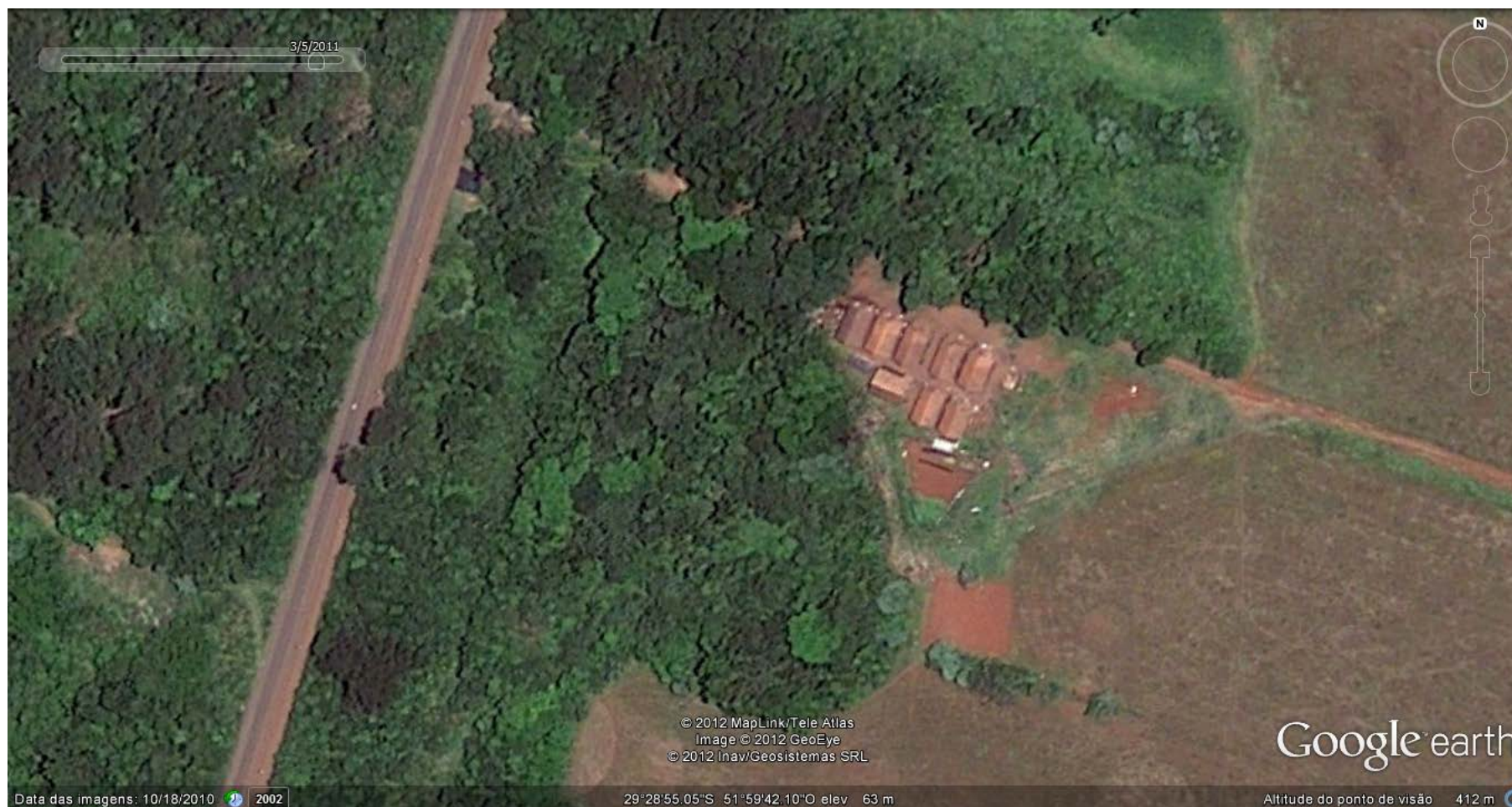
26/11/2011



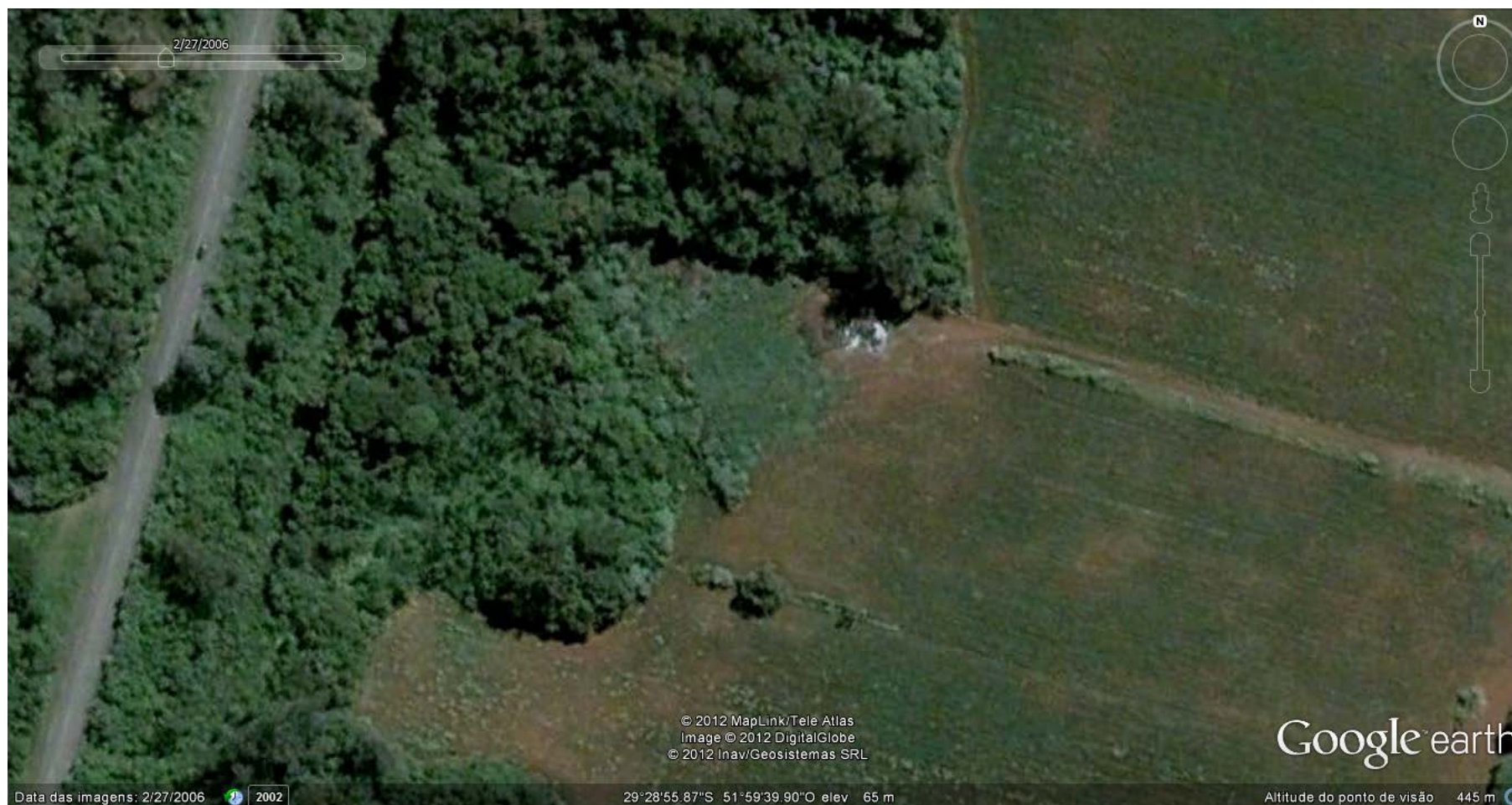
15/09/2010



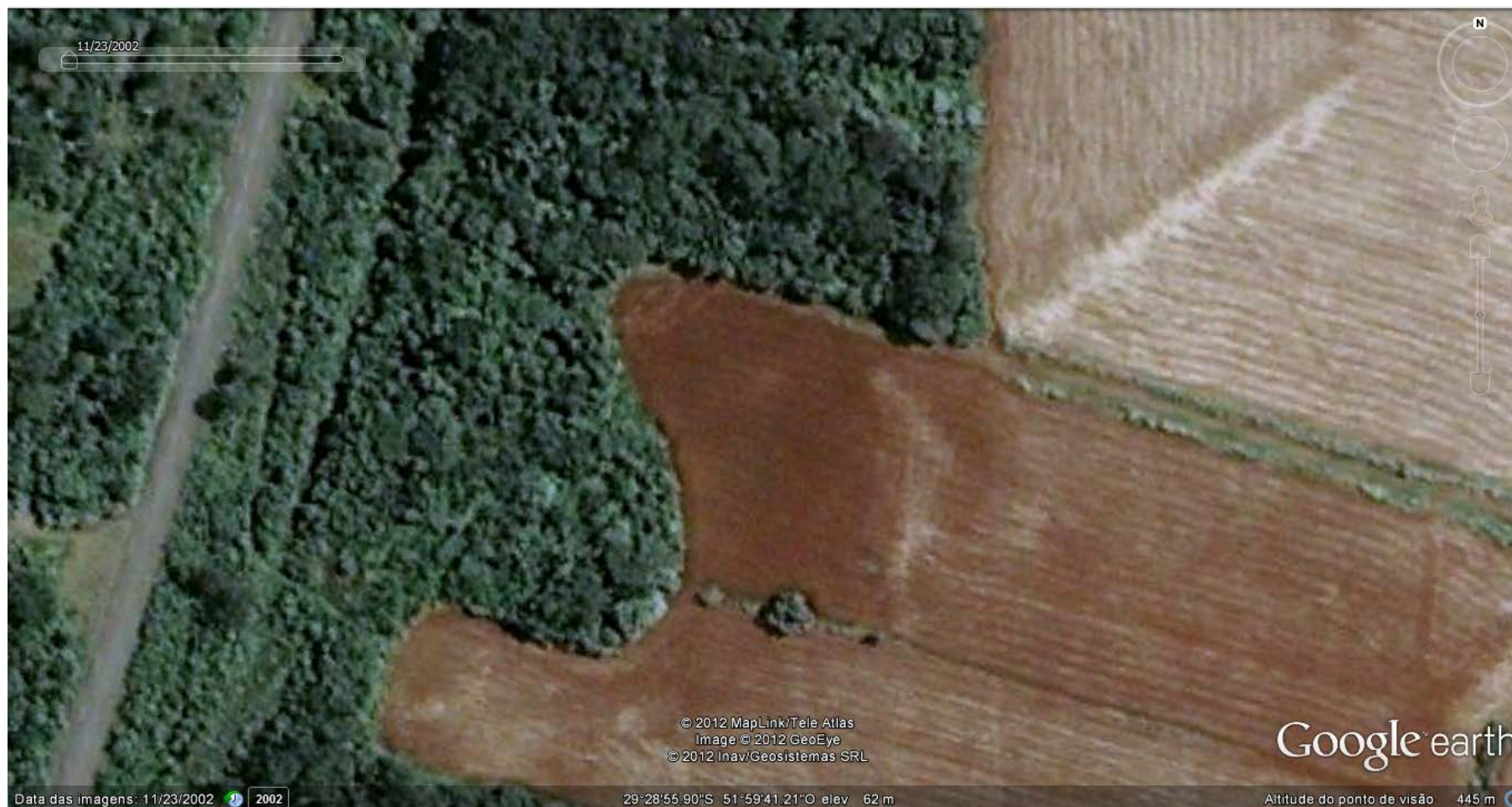
5/03/2011



27/02/2006



23/11/2002



Vista Geral da Área da Aldeia Lajeado



Área de uso comum da Aldeia Lajeado.



Vista geral das casas.



Acesso à aldeia a partir da rodovia.



Área frontal das casas.



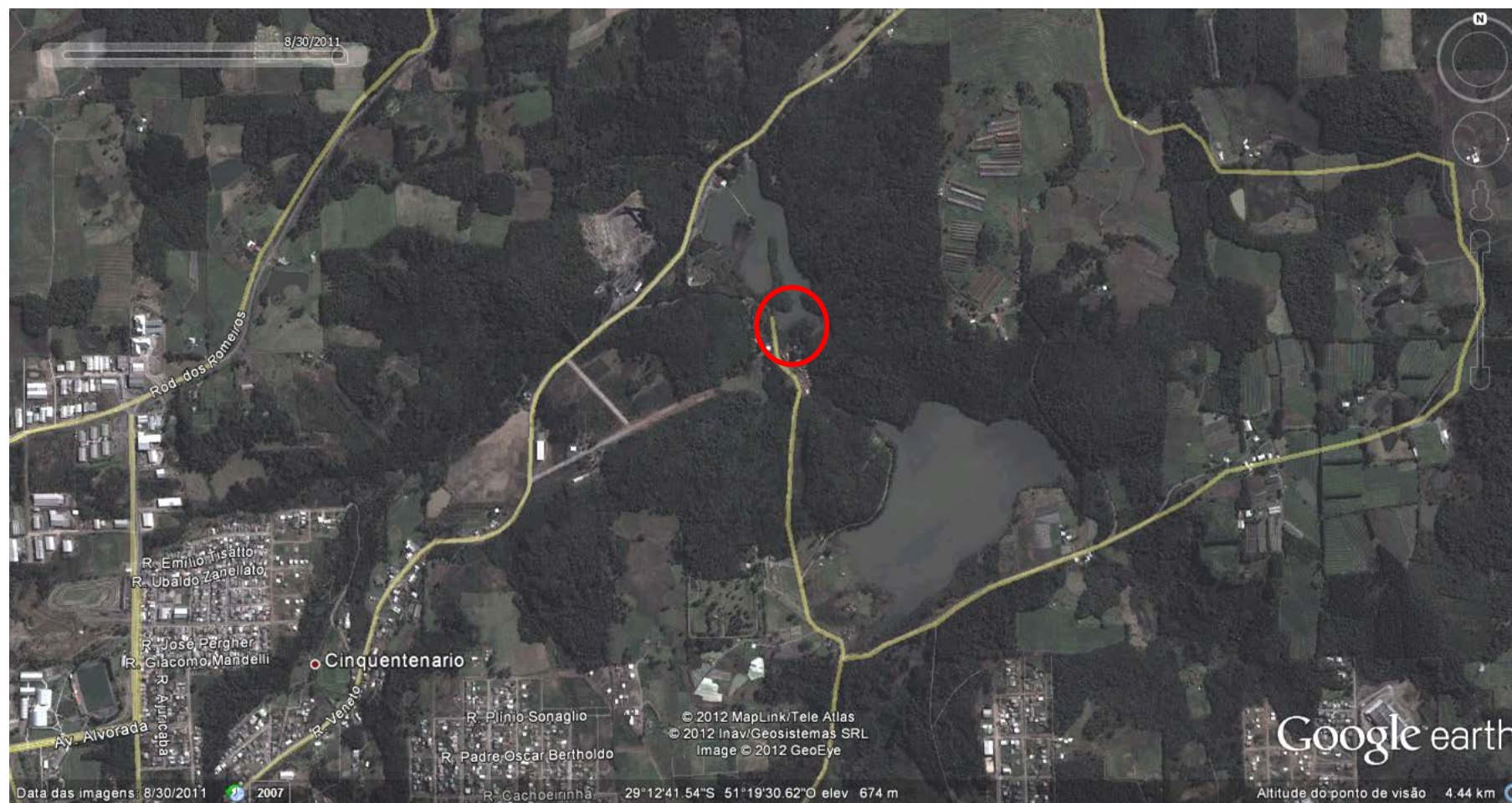
Área de uso comum da aldeia.



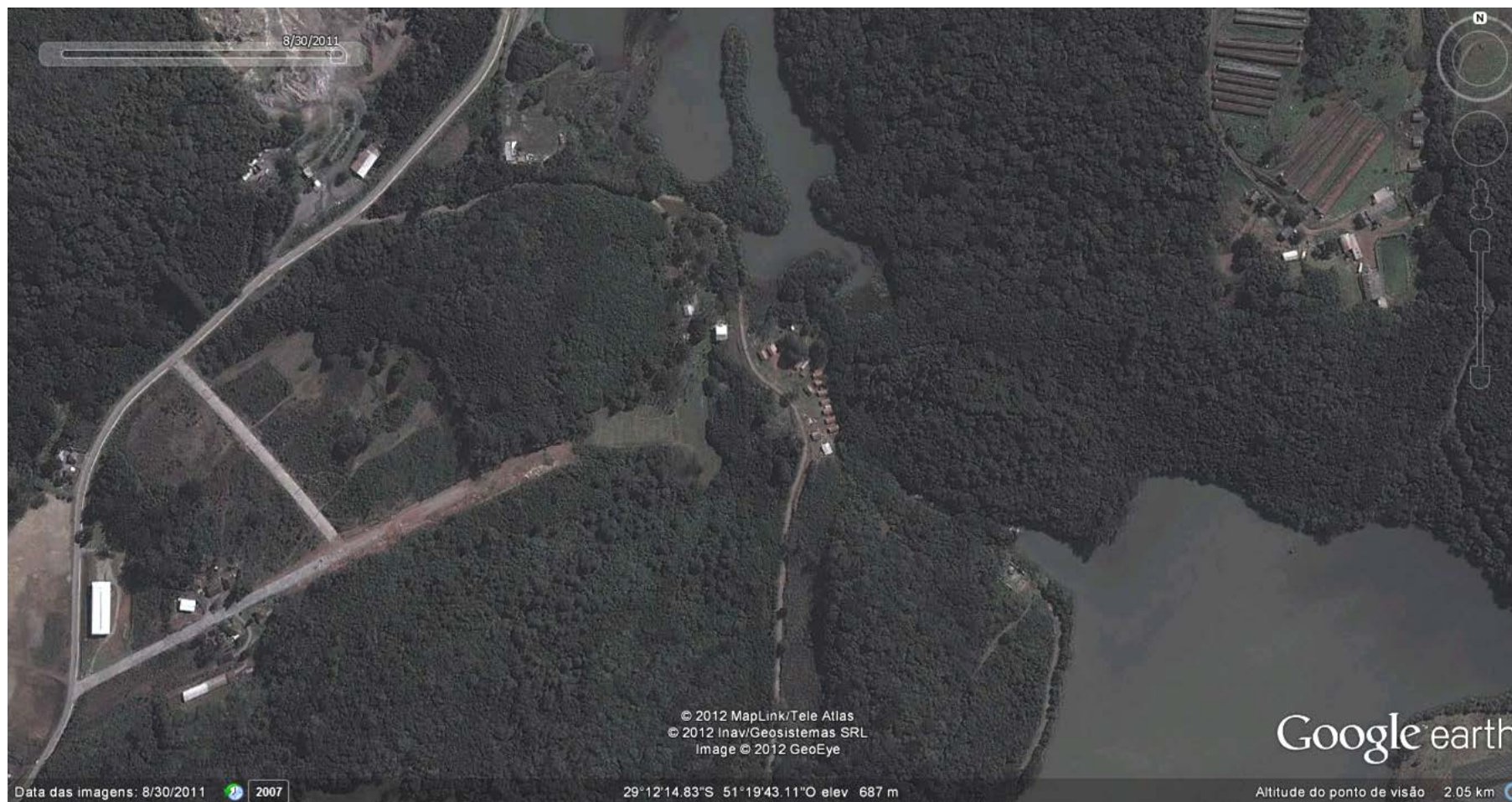
Vista geral casas e acesso.

ALDEIA FARROUPILHA

Localização Geral



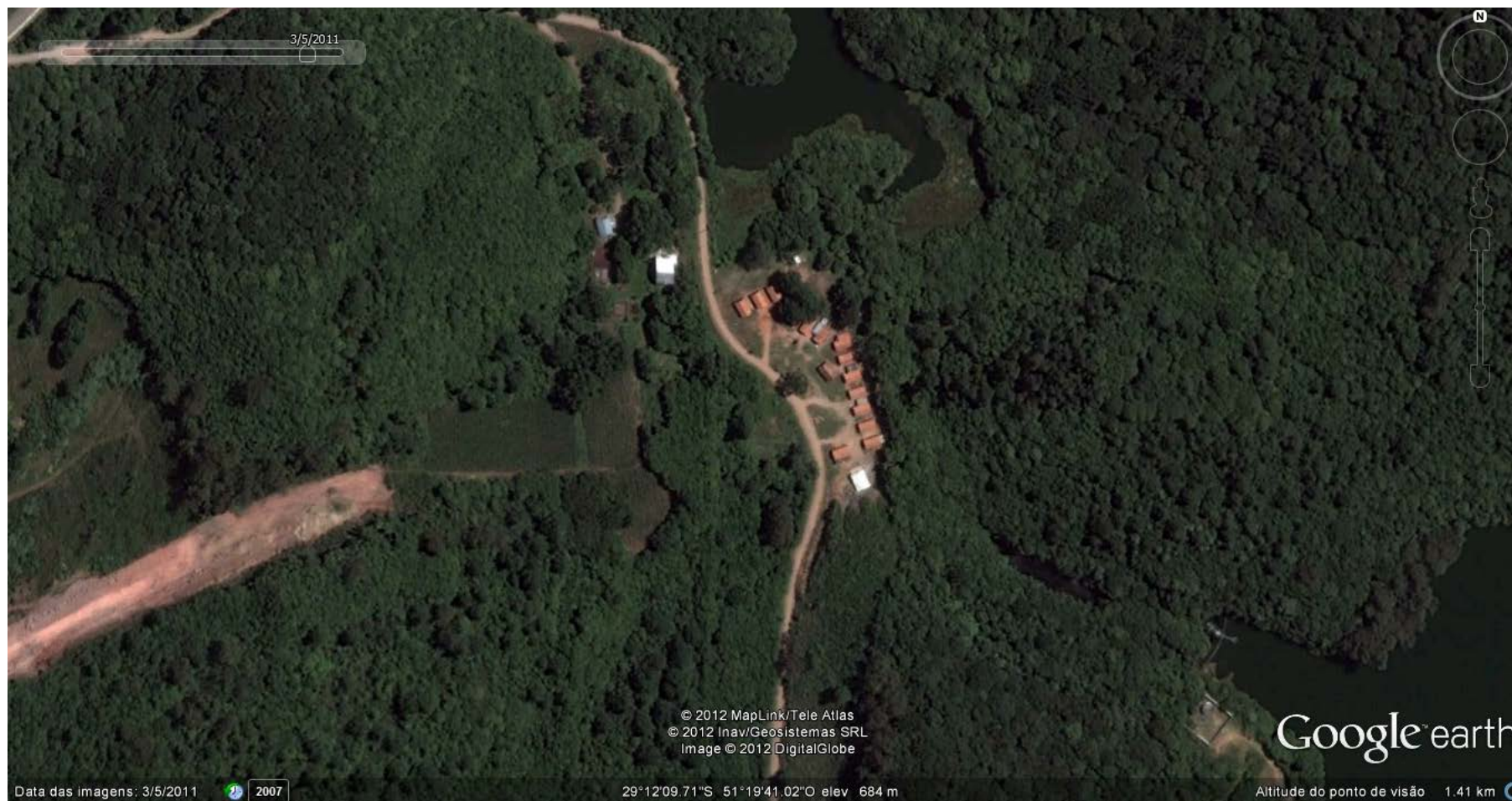
Vista Geral da Área em 30/08/2011



30/08/2011



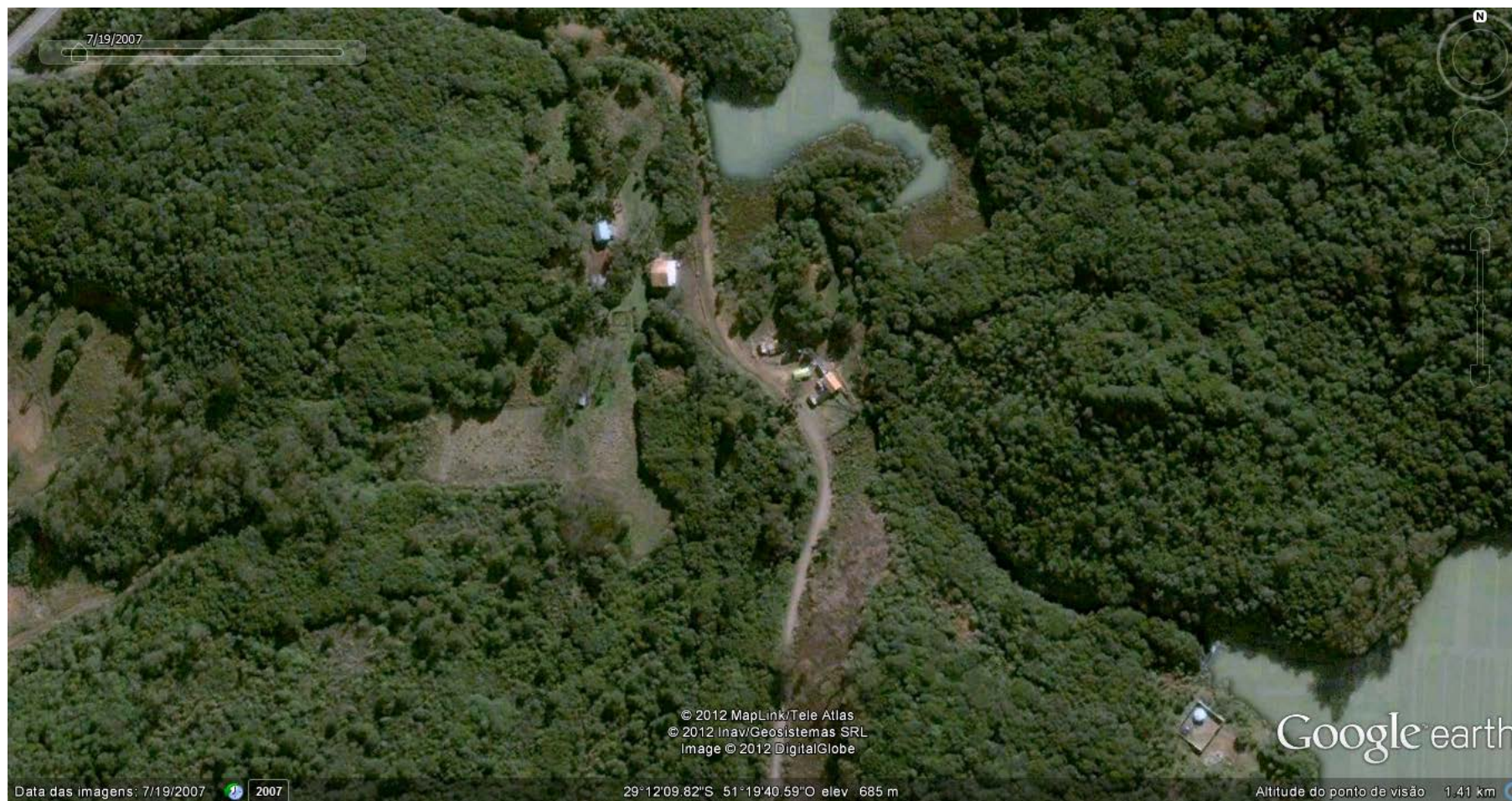
05/03/2011



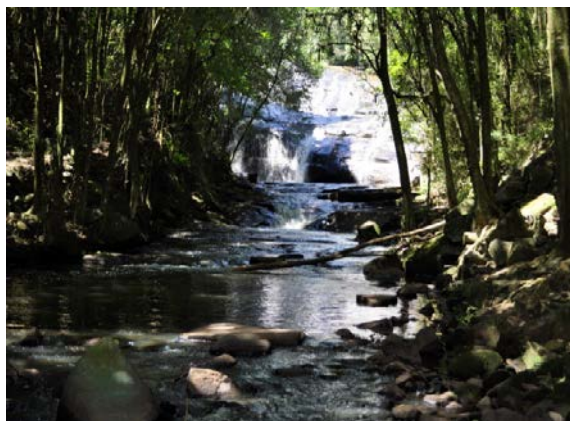
13/07/2008



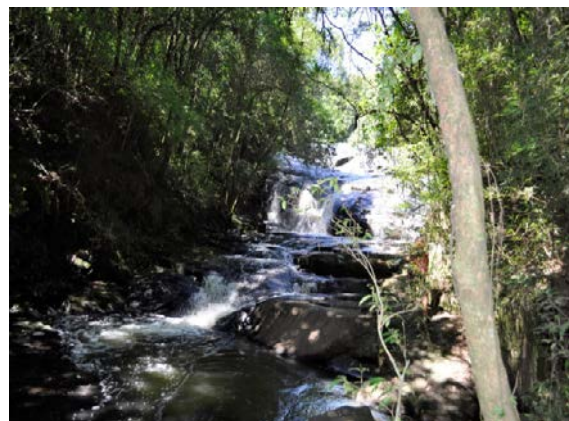
19/07/2009



Vista Geral da Área da Aldeia Farrroupilha



Curso d'água próximo a Aldeia.



Curso d'água próximo a Aldeia.



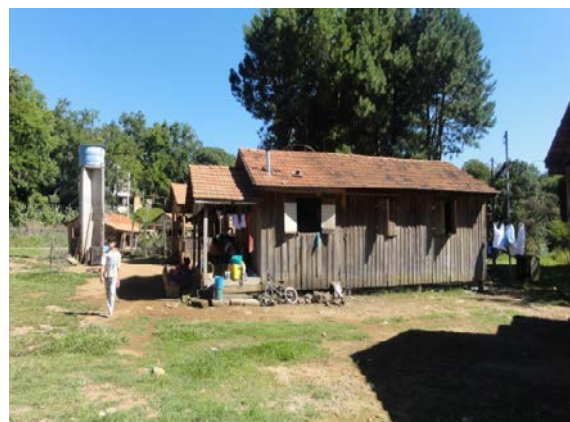
Curso d'água próximo a Aldeia.



Área de uso comum na Aldeia.



Casas e pátios frontais.



Casas e pátios frontais.

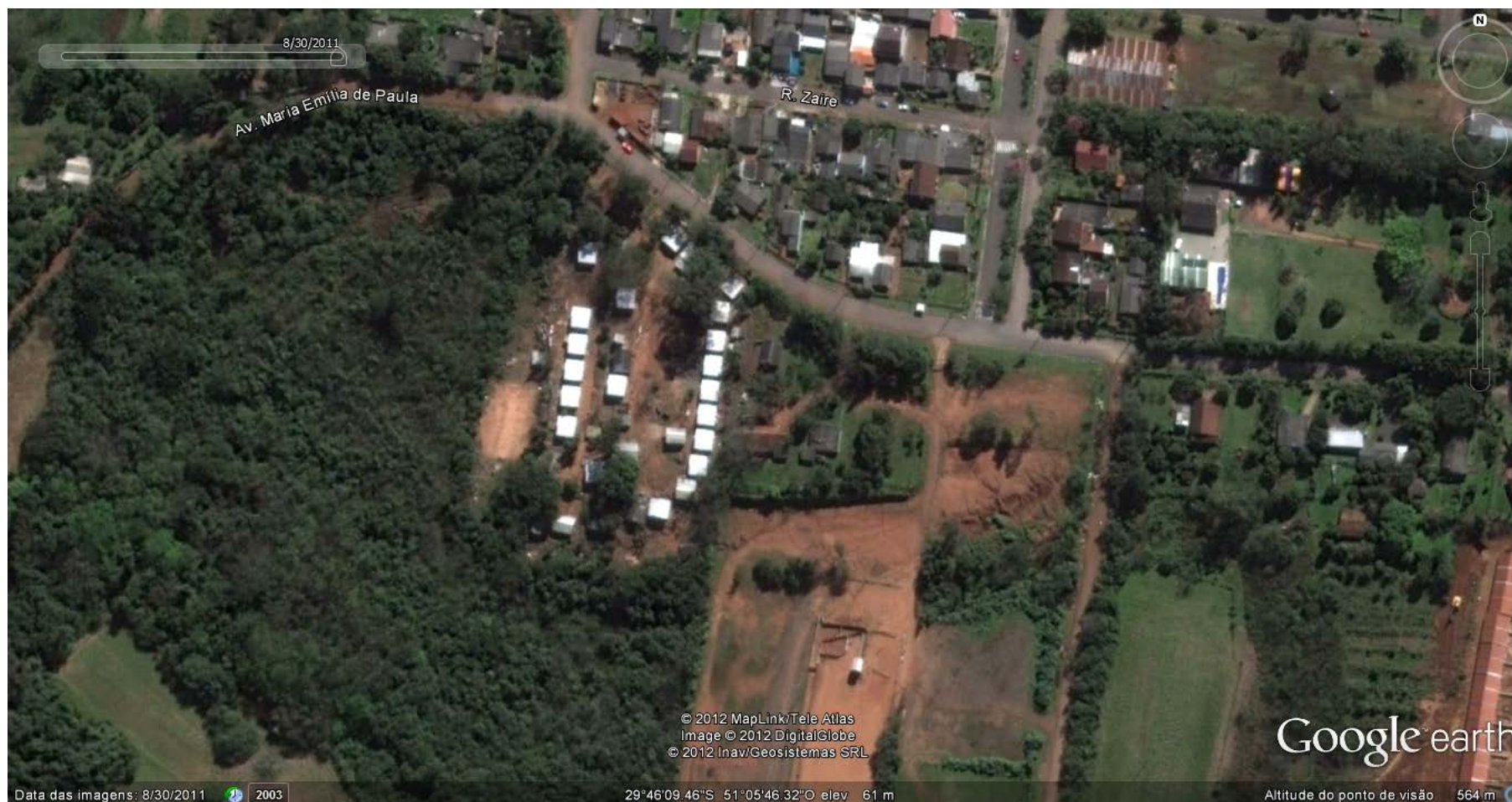


Casas e pátios frontais.

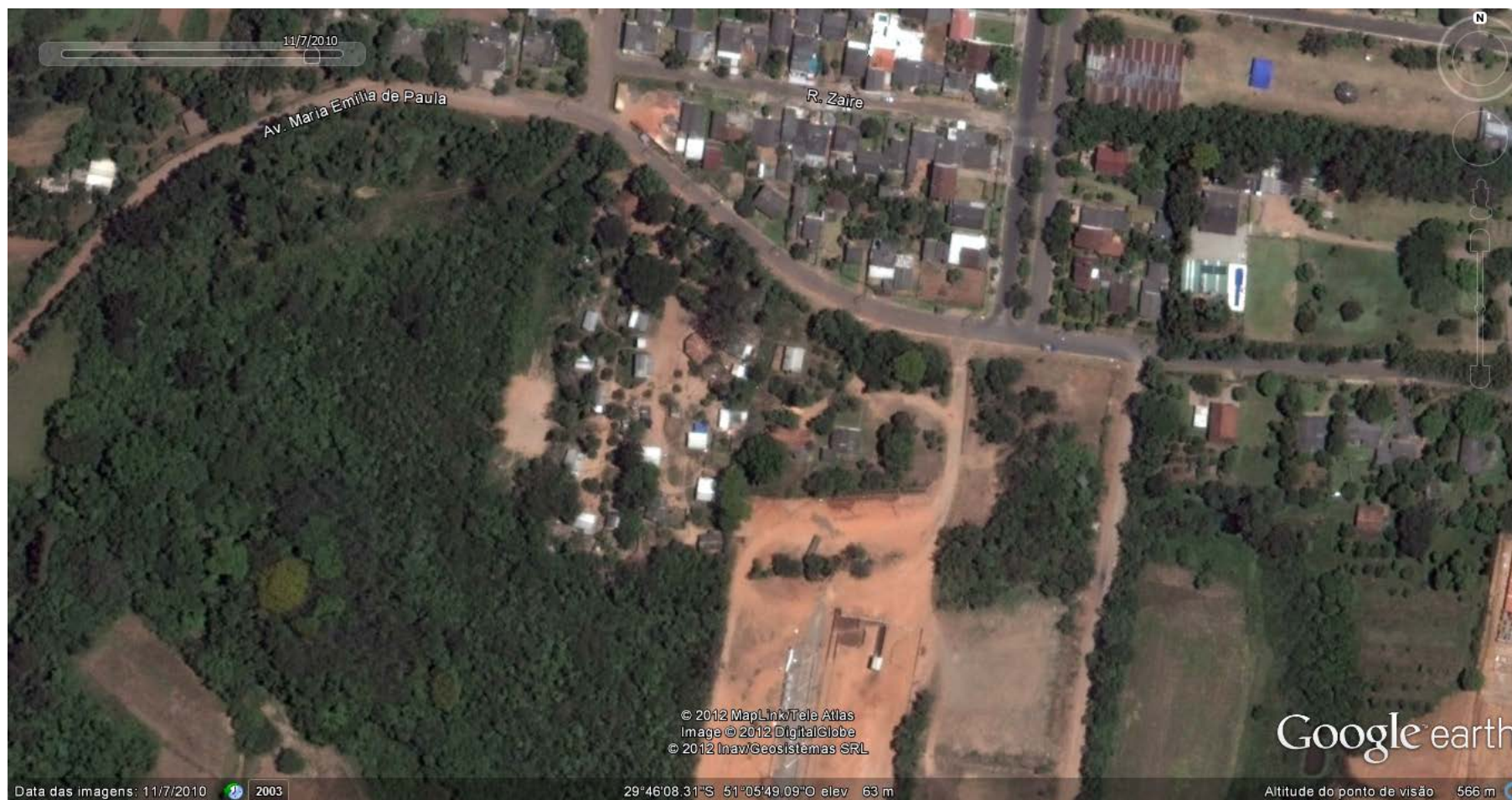


Casas e pátios frontais.

30/08/2011



11/07/2010



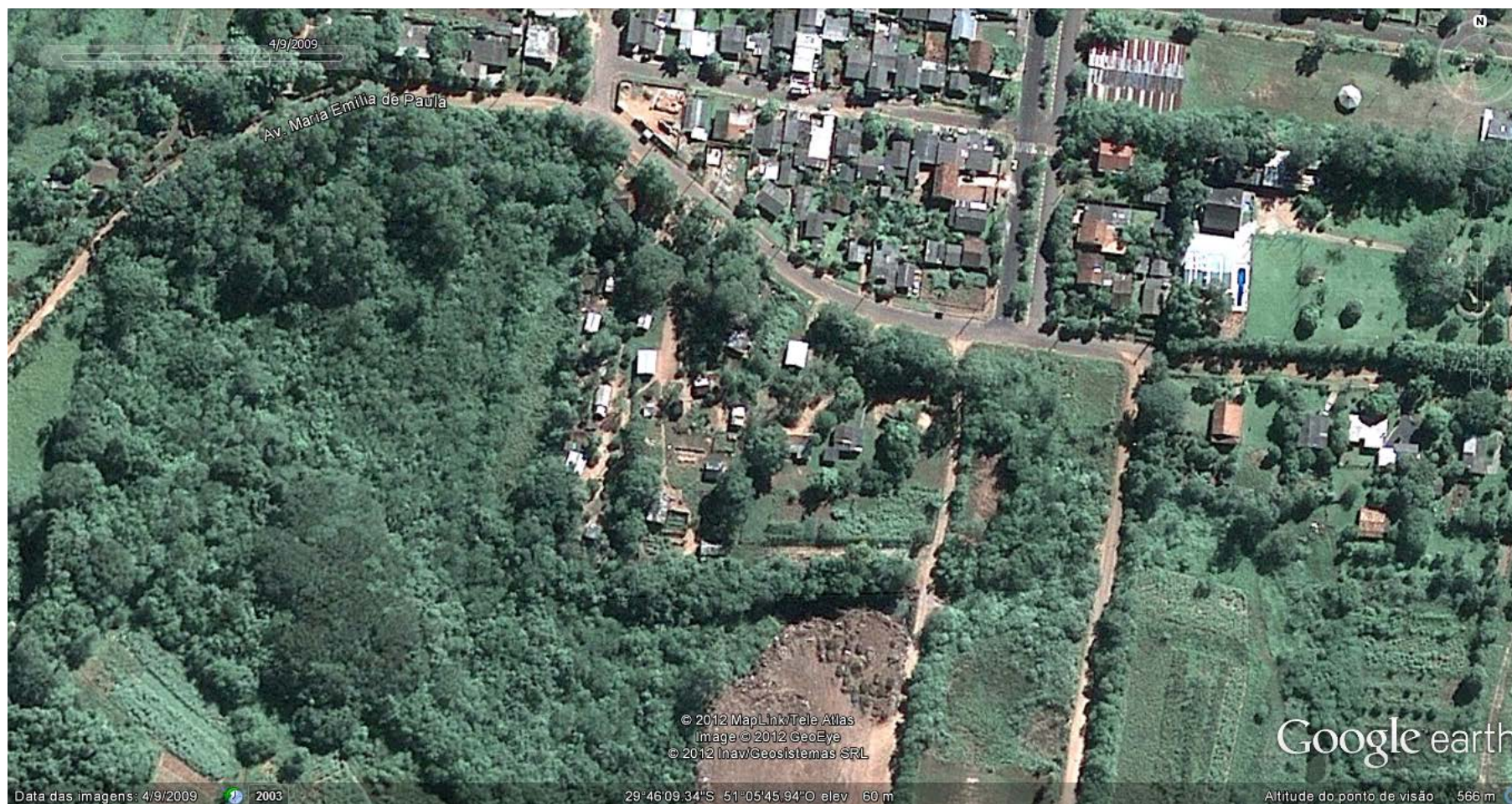
04/01/2010



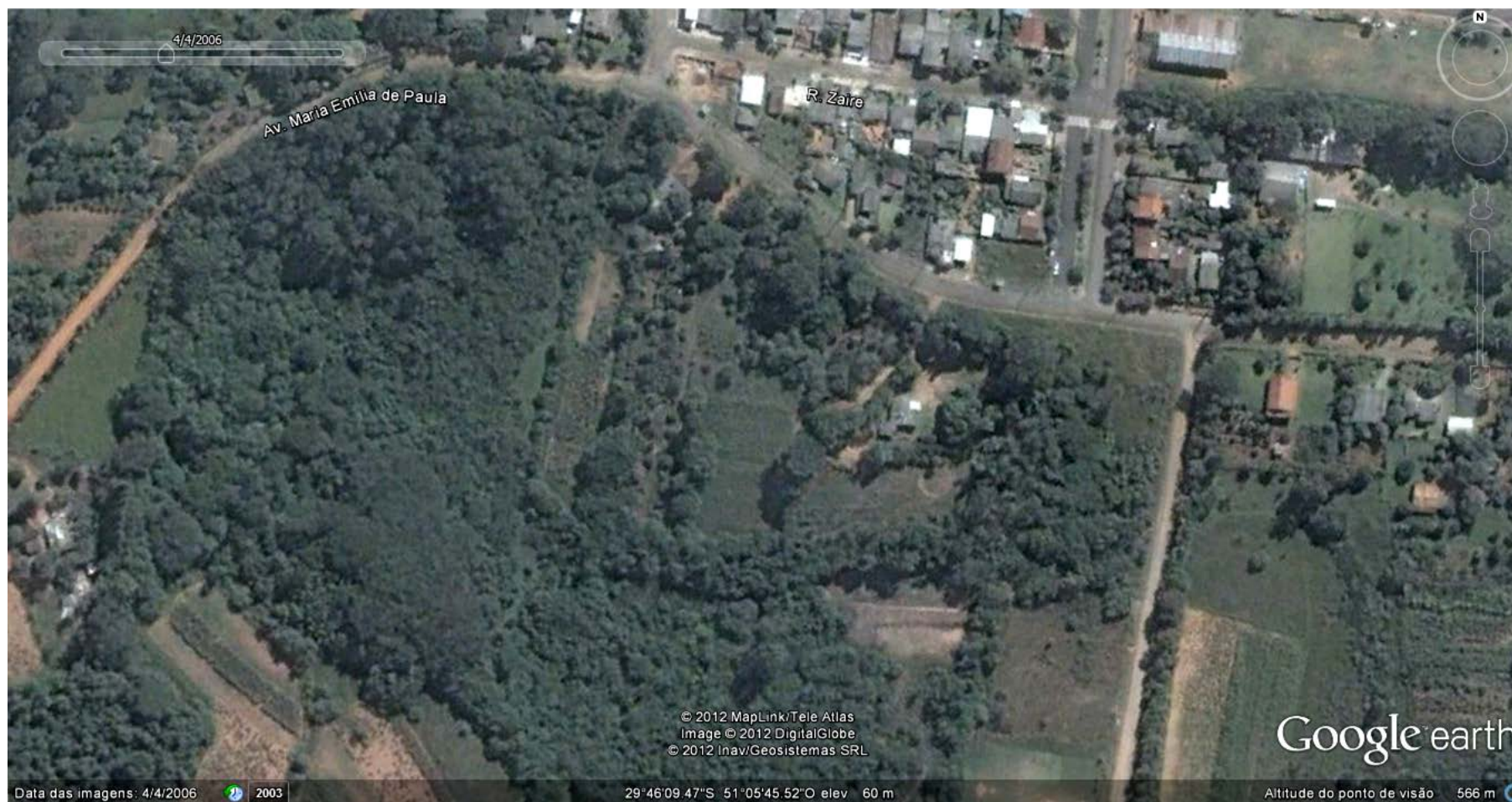
15/09/2009



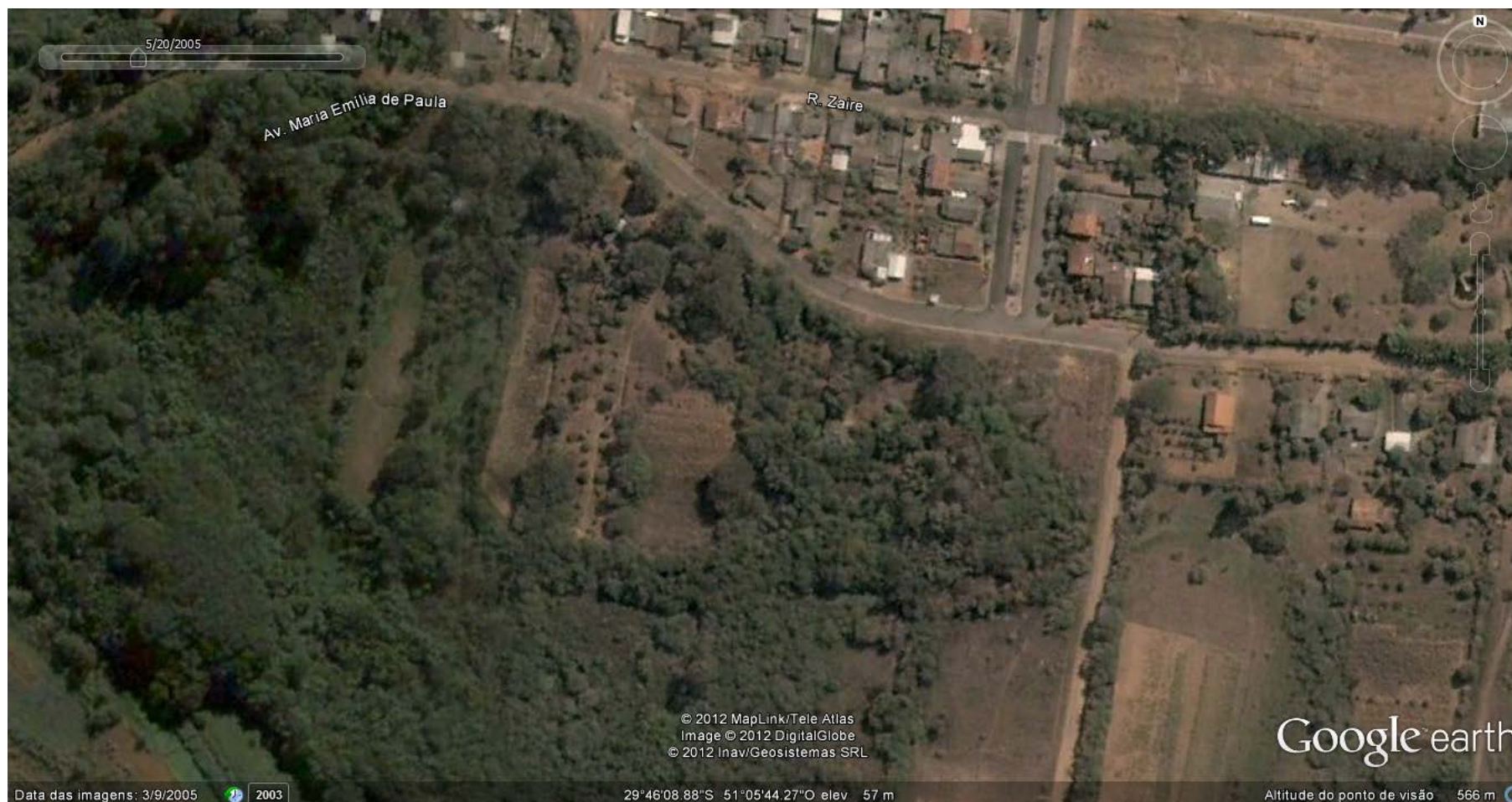
09/04/2009



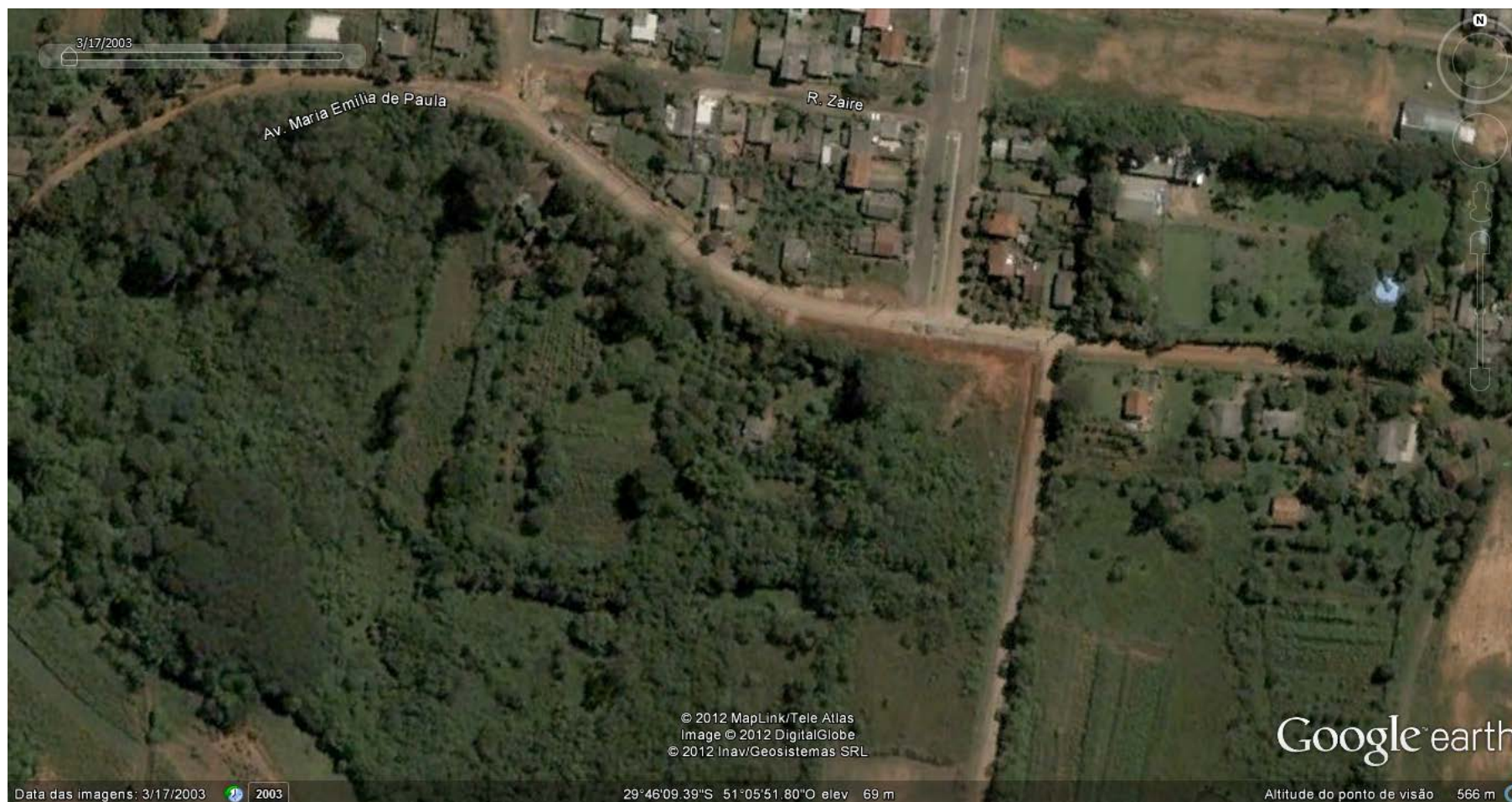
04/04/2006



09/03/2005



17/03/2003



Vista Geral da Área da Aldeia São Leopoldo

	
<p>Vista acesso central da aldeia.</p>	<p>Casas e pátios frontais.</p>
	
<p>Casas e entorno.</p>	<p>Casas de madeira e seu entorno.</p>
	
<p>Vista geral uso da área.</p>	<p>Vista feral acesso principal da Aldeia.</p>

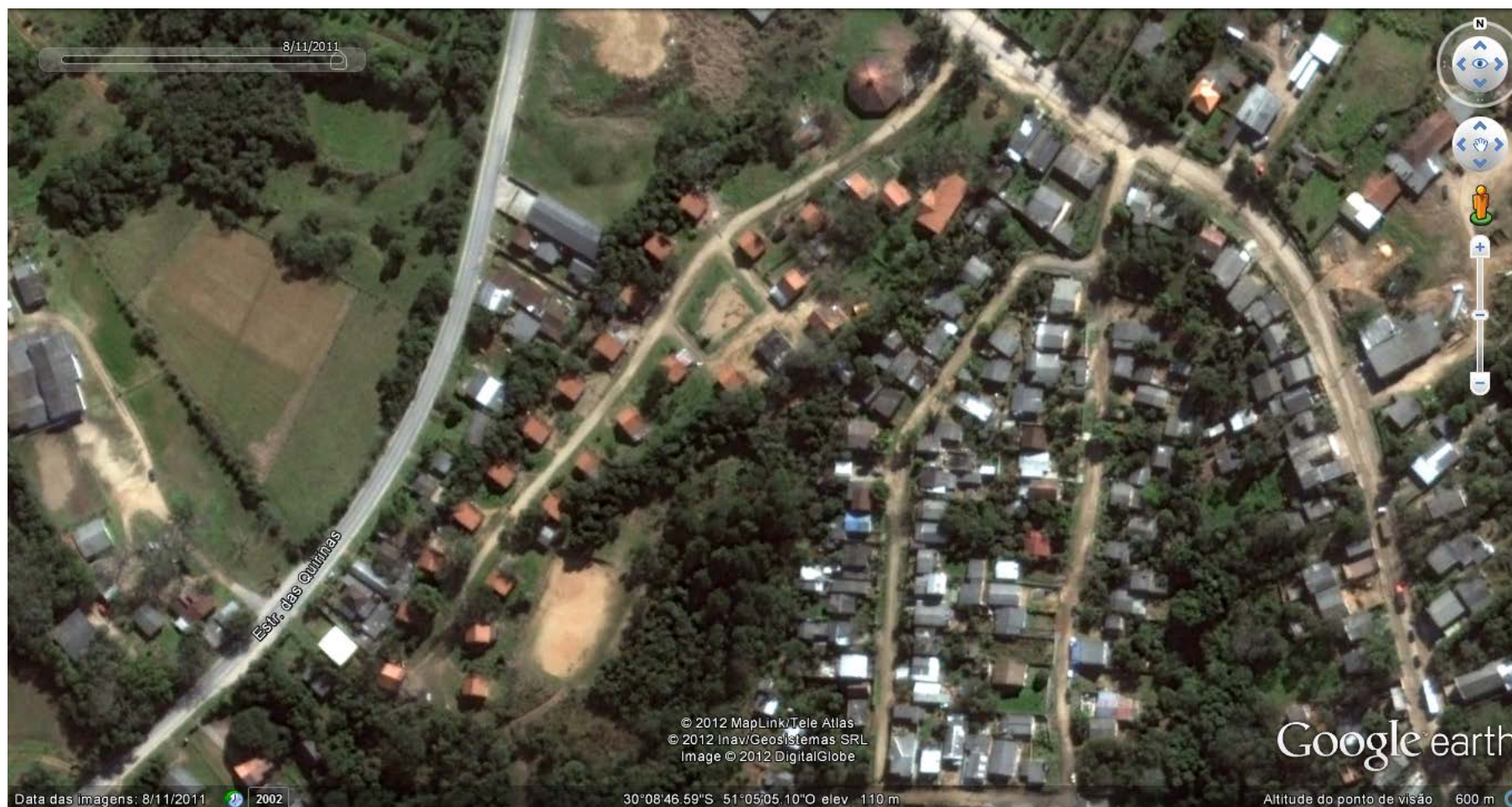
	
<p>Vista geral áreas de uso comum.</p>	<p>Vista geral áreas de uso comum.</p>
	
<p>Caçamba de lixo.</p>	<p>Placa FUNAI.</p>

ALDEIA LOMBA DO PINHEIRO

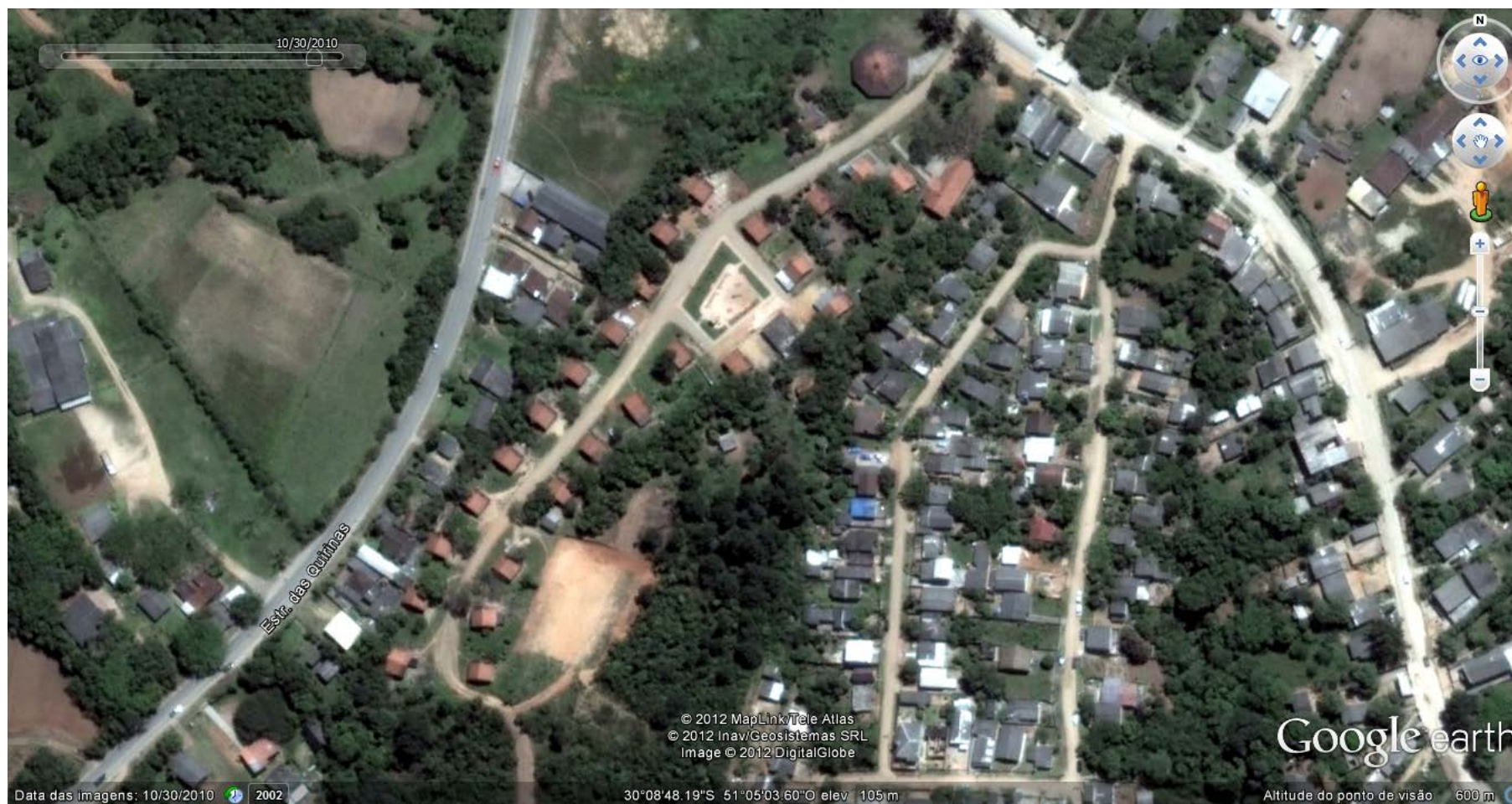
Localização Geral



11/08/2011



30/10/2010



16/08/2010



31/07/2010



17/12/2002



Vista Geral da Área da Aldeia Lomba do Pinheiro



Área de uso comum na aldeia.



Área de uso comum na aldeia.



Área de uso comum na aldeia.



Casa de madeira e quintal.



Acesso principal no interior da aldeia.



Área de lazer na aldeia.



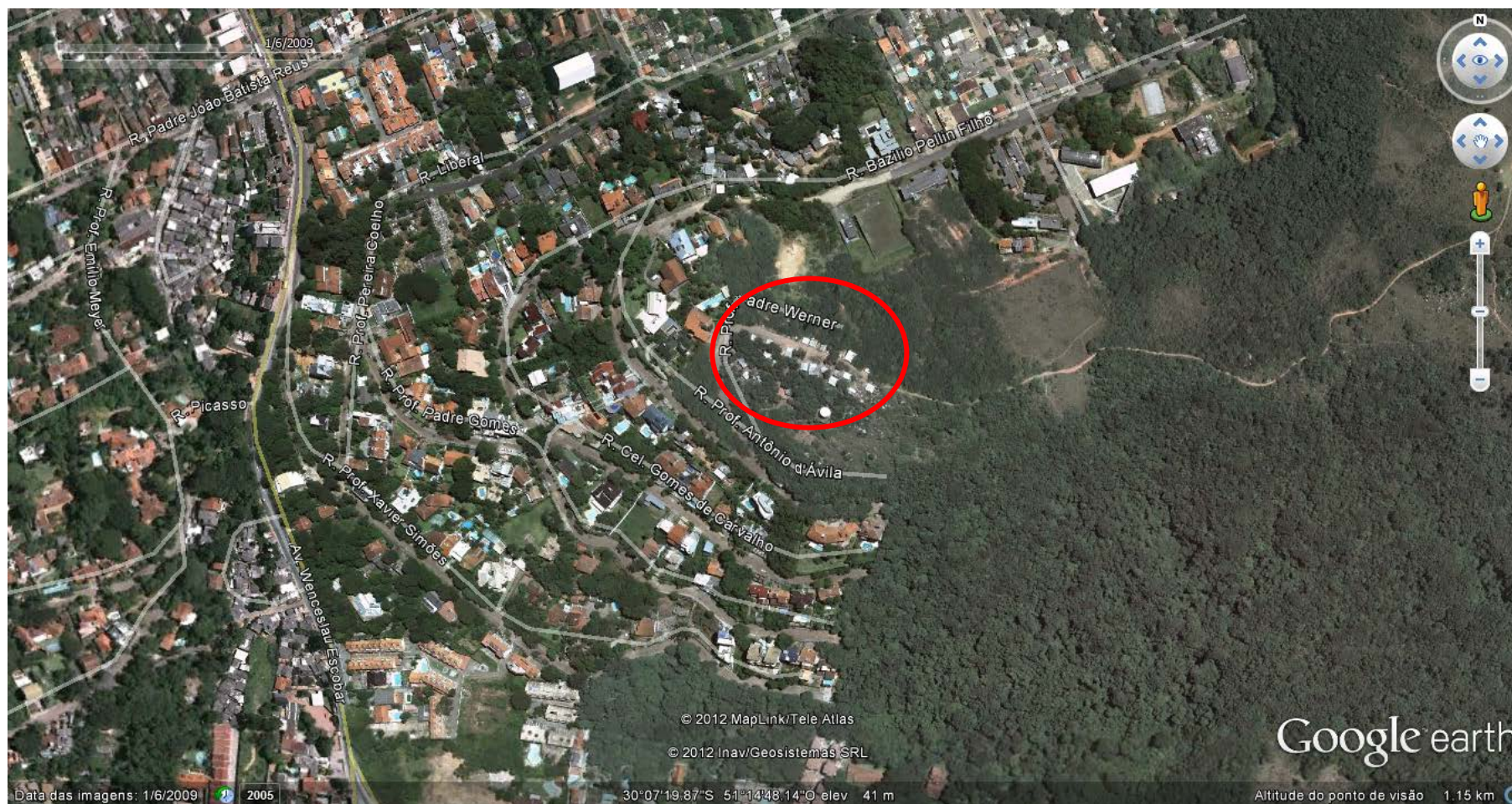
Acesso principal no interior da aldeia.



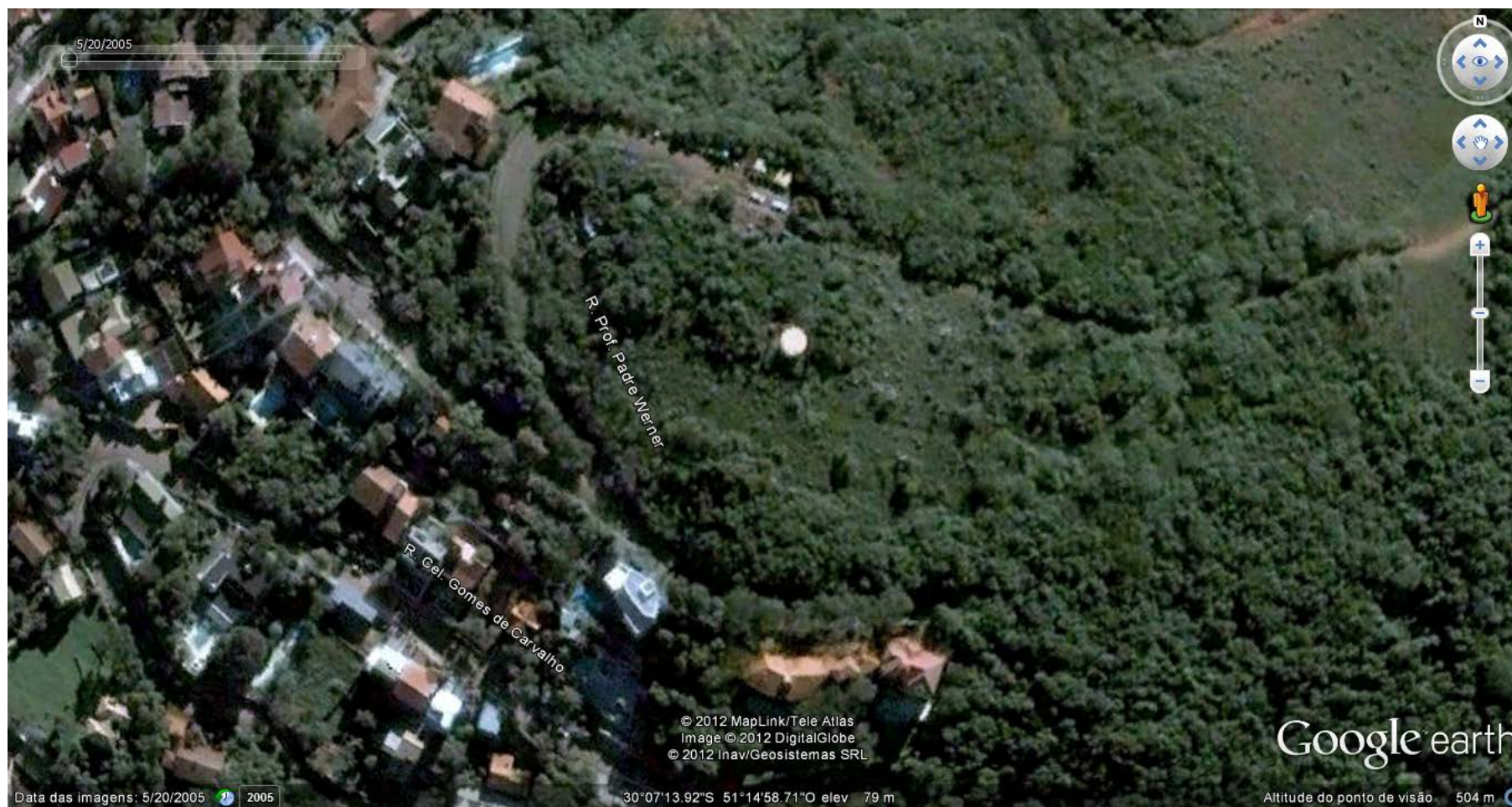
Áreas de ocupação mais recente na aldeia.

ALDEIA MORRO DO OSSO

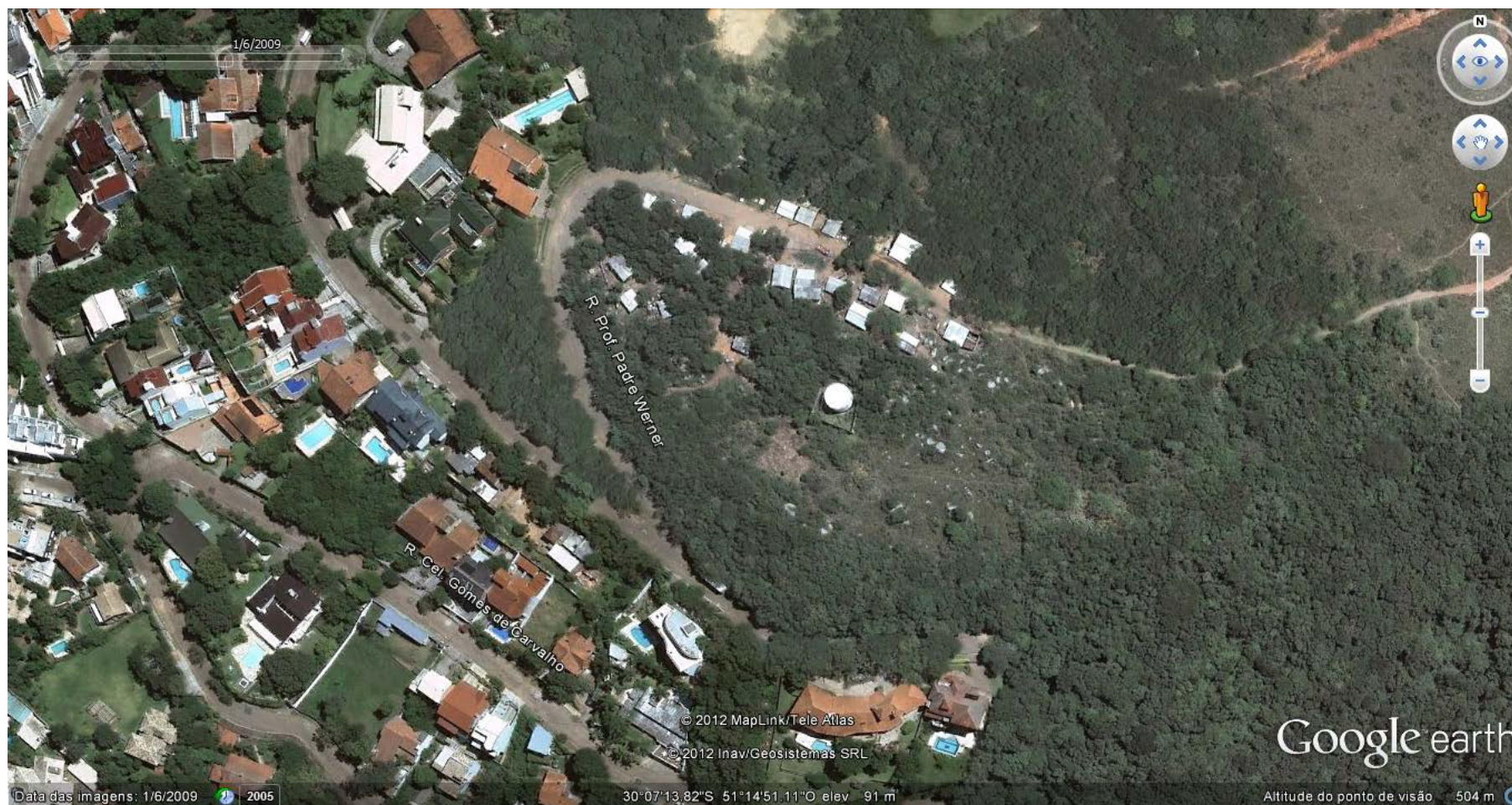
Localização Geral



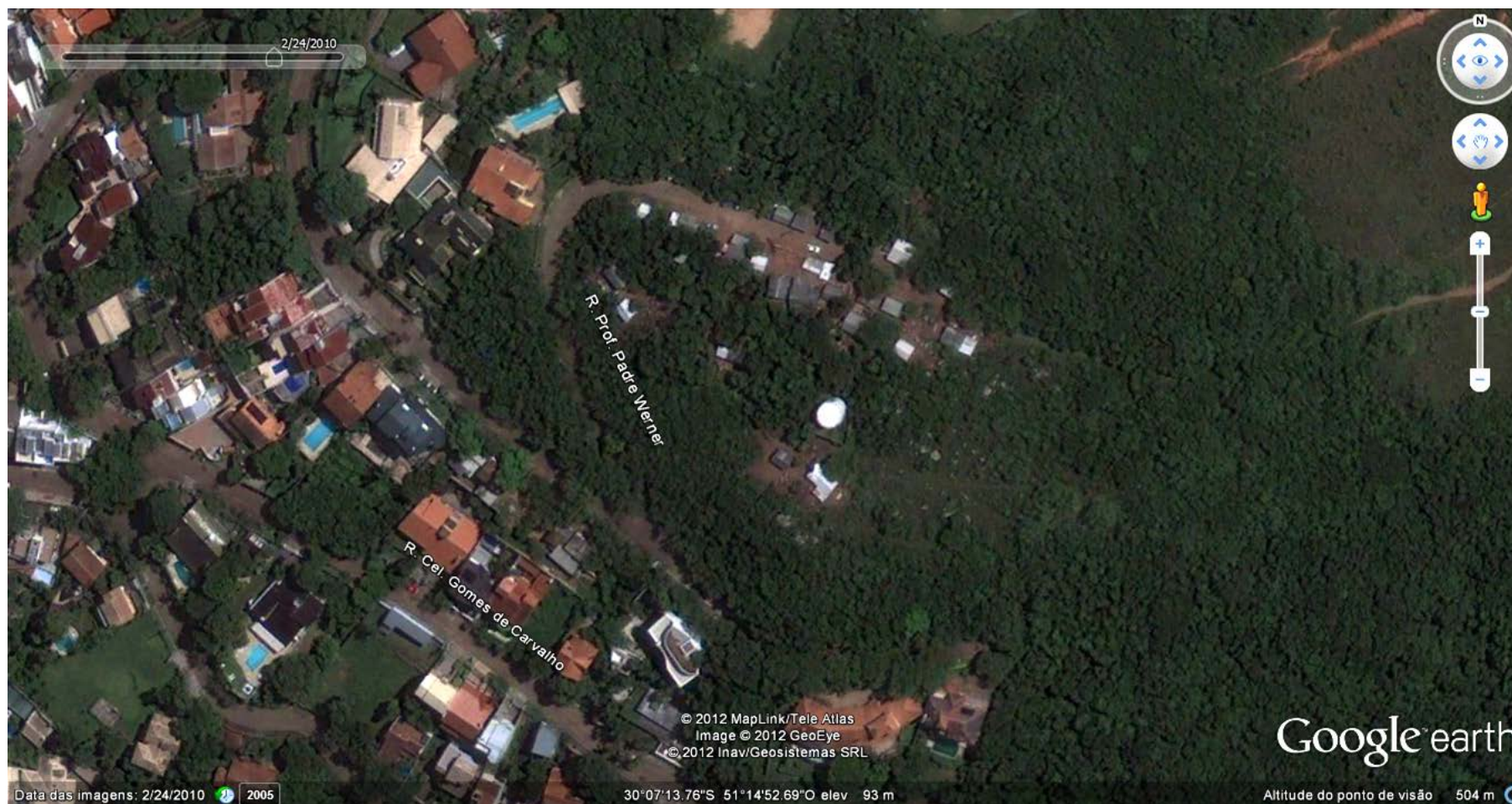
20/05/2005



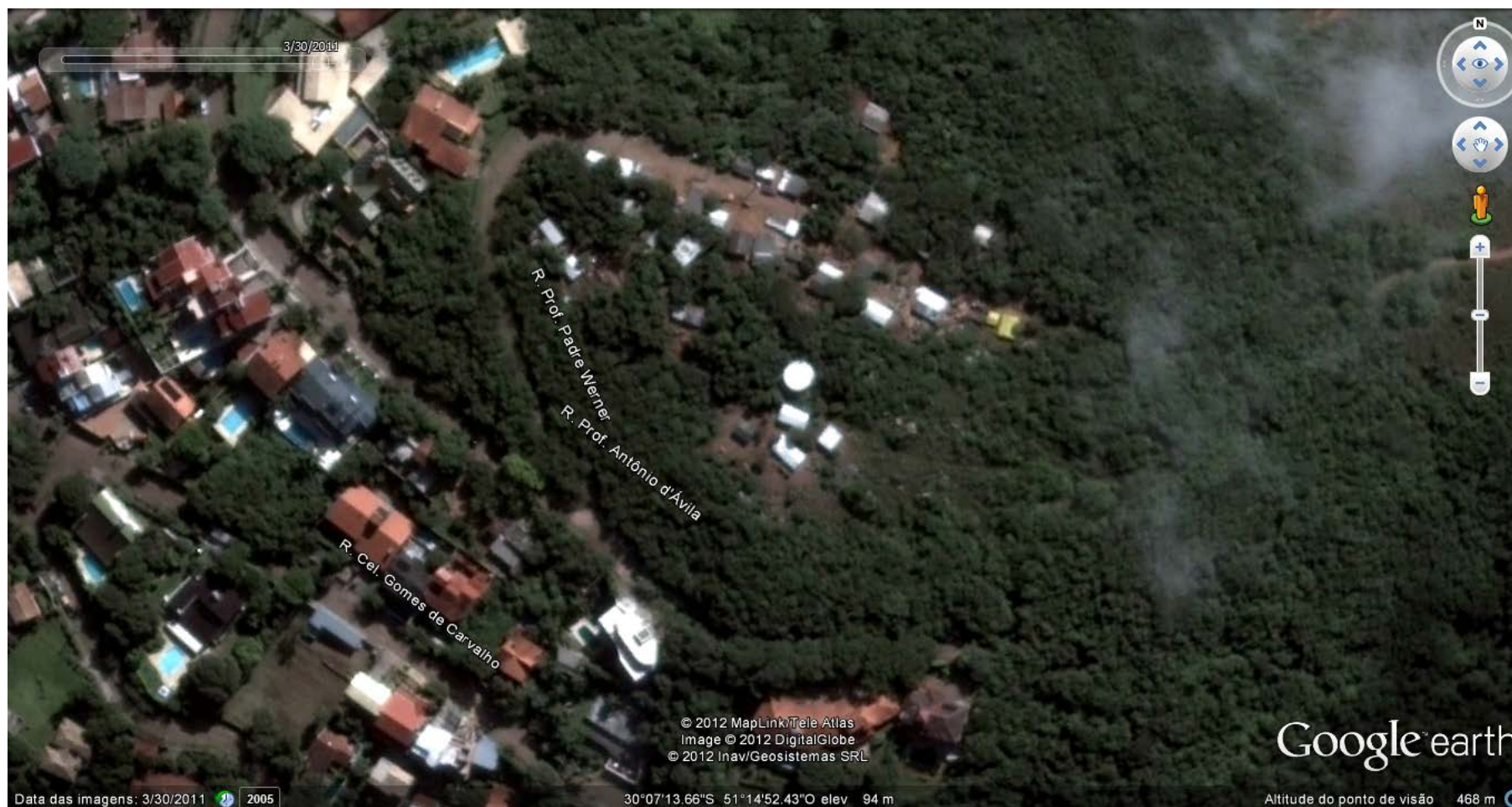
06/01/2009



24/02/2010



30/03/2011



Detalhe da expansão da ocupação entre 2009 (cena abaixo) e 2011



2010



2011



Vista Geral da Área da Aldeia Morro do Osso



Área de uso comum na aldeia.



Área de residência com quintal.



Acesso principal no interior da aldeia.



Banheiro comunitário.



Área residencial e quintal.



Residências e áreas comuns.



Acesso no interior da aldeia.



Acesso principal.



Depósito de materiais ao longo do acesso.



Rua Prof. Padre Werner.



Áreas de ocupação mais recente na aldeia.



Áreas de ocupação mais recente na aldeia.



Residências e quintais.



Residências e áreas de uso comum.



Acesso no interior da aldeia.



Residências e áreas de uso Comum.

ALDEIA MORRO SANTANA

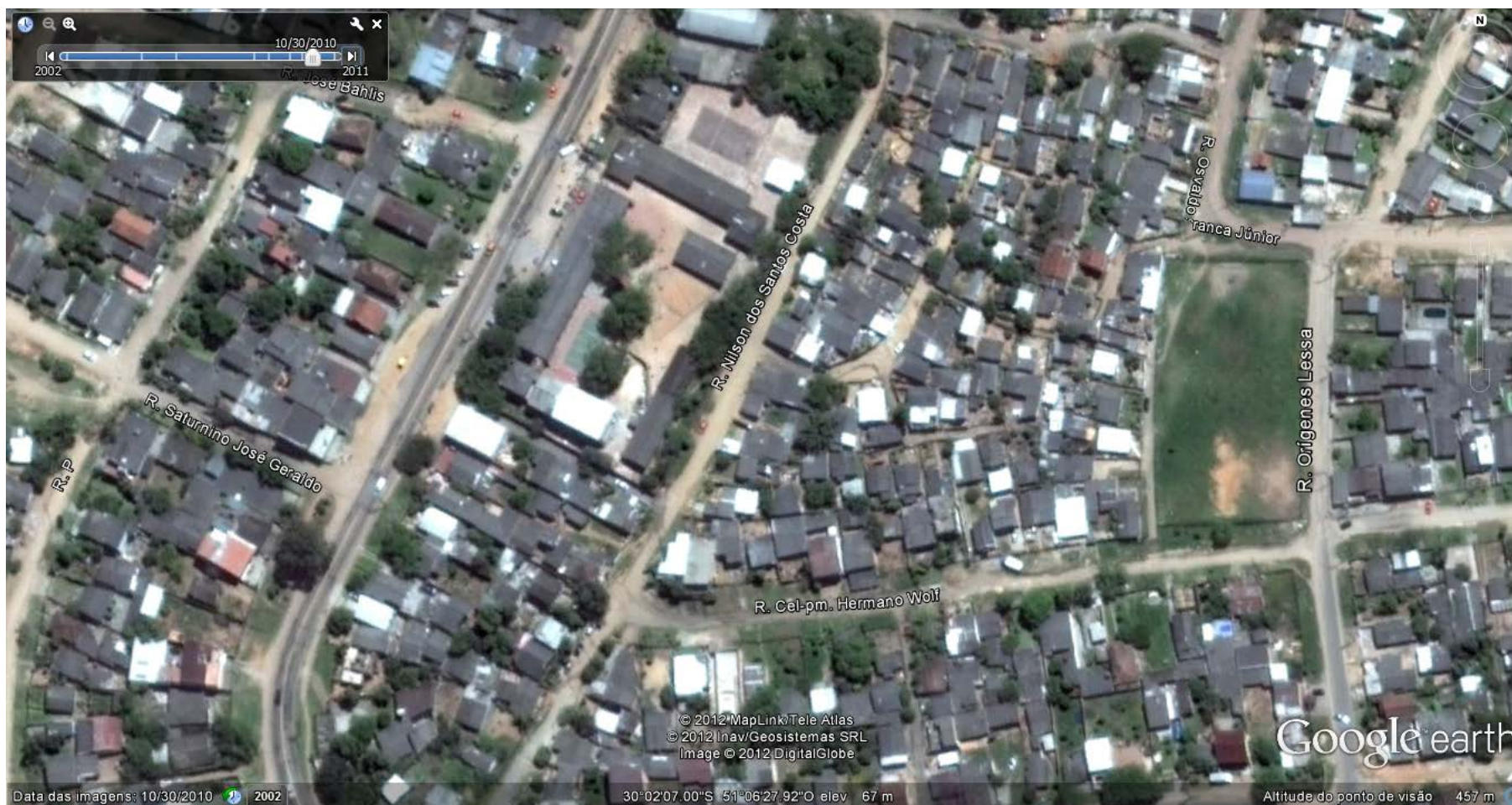
Localização Geral



11/08/2011



30/10/2010



11/08/2011



06/01/2009



Vista Geral da Área da Aldeia Morro Santana



Área de residência com quintal.



Área de residência com quintal.



Área de residência com quintal.



Área de residência com quintal.



Acesso público.



Acesso público.

ANEXO

**REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO LEVANTAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS
REALIZADO EM OUTUBRO DE 2013**



Estrela



Lajeado



São Leopoldo



Farroupilha



Morro do Osso



São Leopoldo

1.5 SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

Resgatar e valorizar o conhecimento tradicional kaingang é um dos objetivos das ações previstas no PBA das obras de duplicação da BR 386. Para tanto, o DNIT e a FAPEU contrataram equipe especializada em antropologia para o levantamento dos aspectos culturais ainda presentes nas 07 comunidades indígenas kaingang atingidas pela duplicação.

O desenvolvimento das ações de incentivo ao conhecimento tradicional possui forte interface em relação às ações de fortalecimento institucional Kaingang em curso, considerando que estas últimas visam à estruturação das comunidades para sua afirmação enquanto Comunidades Indígenas tradicionais, por meio de seu artesanato e demais manifestações culturais que poderão vir a se constituir em fontes de renda e sustentabilidade.

Assim sendo as atividades desenvolvidas no âmbito do subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional tiveram objetivo de promover a participação das comunidades no processo e a garantia de transparência das ações que estão sendo desenvolvidas; promover o empoderamento das comunidades acerca do processo; promover o fortalecimento institucional a partir do fomento à criação de entidades associativas em cada uma das 07 comunidades; a capacitação das comunidades para a construção e gestão de projetos e de seu futuro e a permanente busca e resgate do conhecimento tradicional Kaingang numa perspectiva da elaboração futura de um Guia de Boas Práticas Indígenas e Saberes Tradicionais nas áreas: Ambiental: manejo da natureza; Saúde: Farmácia Natural e Remédios do Mato; Cultural: Gastronomia típica/ Artesanato / Danças/ Cantigas/ Rituais de Cura.

A antropóloga Marlinda Patrício e o consultor Michel Melo Patrício foram acompanhados pela equipe de gestão ambiental da Fapeu, Eneida Brasil, Ronaldo Machado e Odirlei Fidélis, nas sete comunidades no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013.

As oficinas possibilitaram resgatar aspectos culturais como a dança, músicas e letras, significados, história local, saúde da mulher, com ênfase no parto. Além dos adultos as crianças participaram através de suas expressões em desenhos e pinturas.

A equipe acompanhou e registrou ainda o encontro de *cunhãs* que ocorreu na Aldeia do Morro do Osso de 21 a 24 de novembro de 2012 e que resultará num vídeo que será entregue às 07 comunidades.

Após a realização das primeiras oficinas referentes ao resgate do conhecimento tradicional, que estão descritas e apresentadas nos relatórios anteriores, deu-se continuidade aos trabalhos de pesquisa e planejamento junto a FUNAI para viabilizar o andamento do trabalho e as próximas oficinas para esse subprograma.

Assim, dando sequência as oficinas que ocorreram entre novembro de 2012 e janeiro de 2013, foram realizadas novas oficinas nas comunidades, divididas em duas fases: a primeira que ocorreu em novembro de 2012 e a segunda, em janeiro de 2013.

A primeira fase tratou-se da “Oficina de canto e letra e a (s) dança (s) Kaingang e seus significados”. Na segunda fase, foi abordada a questão da saúde da mulher com enfoque para o parto.

Para a realização dessas oficinas, foram utilizados os conhecimentos, trocas e registros produzidos nas oficinas anteriores, promovendo um verdadeiro resgate e construção de conhecimentos das tradições Kaingang. Além disso, como resultado dos trabalhos realizados, serão produzidos um livro e um DVD, sobre vários aspectos do cotidiano das famílias Kaingang, a fim de que o processo de troca de saberes seja ampliado nas comunidades.

A descrição das oficinas, com as metodologias, registros fotográficos e com os resultados alcançados em cada comunidade serão apresentados no relatório a seguir, em anexo.

ANEXO

RELATÓRIO DO TRABALHO DE ANTROPOLOGIA



RELATÓRIO DAS OFICINAS PARA ATENDER O SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL KAINGANG DAS SETE COMUNIDADES DO VALE DO TAQUARI E GRANDE PORTO ALEGRE/RS PARA ATENDER O SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO KAINGANG.

Santa Maria, 25 de janeiro de 2013

OFICINA PARA ATENDER O SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL KAINGANG DAS COMUNIDADES DE ESTRELA- RS (DESENVOLVIMENTO DO PBA DA BR-386-RS)

Data de realização primeira fase: 16 de novembro de 2012

Tema: oficina de canto e letra e a (s) dança(s) Kaingang e seus significados.

Local: Escola das Aldeias Indígenas Estrela

Data de realização da segunda fase: 13 janeiro de 2013

Período: Estrela: 9h às 12h

Saúde da Mulher cuidados com a mulher antes durante e pós-parto

1 INTRODUÇÃO

Estas foram as oficinas realizadas pela OLHARES Consultoria Antropológica LTDA junto ao Subprograma de Incentivo ao Conhecimento Tradicional Kaingang. Entretanto, O Trabalho é a continuidade de oficinas que ocorreram de janeiro a maio do presente ano - Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC.

Esta Oficina iniciou - **primeira fase** - pelo registro dos cantos Kaingang, letras, seus significados e, por fim, dança. As crianças participaram realizando atividades de desenhos e pinturas.

Na segunda fase se tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia Estrela, com a participação do AIS e a presença da atenção a saúde nos hospitais durante o parto.

A Meta é que os Kaingang do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre possam ter maior troca de conhecimento da cultura, por meio da leitura e visualização da produção de um livro e um DVD, contendo temas pertinentes ao cotidiano de suas vidas.

As sete comunidades Kaingang tiveram temas elencados para as oficinas "Incentivo ao conhecimento tradicional" como resultado das atividades que já haviam ocorrido,

as quais foram mencionadas no (RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL, jan, 2012 a mar, 2012), como resultado das atividades ocorridas. Reproduz-se alguns, como: canto, rituais de cura, medicina Kaingang, conhecimento da língua materna, troca de saberes entre parteiras, pajés, AIS e servidores do DSEI e, ainda o artesanato dentre outros. Deste conhecimento foi selecionado o que se considerou mais relevante, no momento, para a produção do material que promova o incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang.

2 OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo canto, letra das músicas, significado, dança, relatos sobre a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção. Com a chegada dos saberes da medicina oficial entre parteiras, AIS e agentes de saúde como estes conhecimentos se entrelaçam. A culinária e a representação gráfica das crianças estão sendo contemplados no livro e DVD.

3 METODOLOGIA

O diálogo informal, sobre os temas mencionados nos objetivos ocorreu na primeira fase dos encontros. Paralelo a este diálogo as crianças fizeram parte de atividades lúdicas, como desenhos, pinturas, cujos temas ficaram a vontade para desenhar o que lhes era mais interessante. Ao final seus trabalhos foram expostos para os pais apreciarem. Ficou acertado que de lá seria escolhido alguns para compor o livro. Quanto ao DVD todos os momentos do primeiro e segundo encontro (Informal e formal) foram gravados e farão parte do vídeo

Na segunda fase foi realizada entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto. Posteriormente, discutiu-se com a comunidade como imaginavam ser o livro e o DVD, visto terem logo compreendido como a troca de saberes entre os Kaingang seria realizado. O material ao ficar pronto será distribuído entre as sete comunidades, para comporem as bibliotecas, as quais fazem parte das comunidades atendidas pela compensação

e mitigação da duplicação da BR-386/RS. Previu-se também as escolas das TIs regularizadas, como por exemplo, Votouro, Guarita, Nonoai,

As instituições públicas, como secretaria de educação estadual, municipal, DNIT, FUNAI, Secretaria de turismo, FAPEU, Biblioteca da UFSC devem também receber exemplares do livro e DVD.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na primeira fase de campo tratou-se da importância do canto Kaingang, visto que estavam próximo da cidade e sob a influência das músicas, letra, que não faziam parte da tradição, assim como as danças. Mencionou-se a presença constante da tecnologia como a televisão, antena parabólica e principalmente os celulares que trazem sons, letras, novas formas de expressão corporal.

A ausência da liderança sra. Maria Antoninha dos Santos Soares da Silva (52) levou-nos a conversar na primeira fase com o sr Altair Soares (45) irmão e vice-cacique. Em Estrela não se fala a língua materna, portanto a conversa fluiu no português. Como era nosso primeiro contato e o momento de conhecerem o objetivo de nossa presença preferiram mais escutar. Contudo, ao final, as crianças depois de terminarem suas pinturas com a orientação da sra. Eneida, que compunha nossa equipe apresentaram uma musica em kaingang que está sendo ensinada pelo professor e em seguida cantaram em português. Até o momento é o sabem da lingua. A música fala da beleza que é cantar ao senhor.

A letra em Kaingang foi escrita pelo sr Dilor Vaz e irá para o livro em kaingang e em português. Serviço já pronto.

Na segunda fase de encontro com os Kaingang de Estrela, no que se refere a historia de fixação no local foi relatada pelo sr Altair Soares vice-cacique, Maria Sandra (32) sua irmã e a matriarca do grupo a sra. Lidia Soares (70). Vale ressaltar que o grupo familiar vem de Santa Cruz da Gruta dos índios e estão no local a cerca de 32 anos, aproximadamente, visto que não lembram exatamente as datas de saída e a fixação no local.



Quanto a divisão em metades - *Kainru-kré* e *Kamé* - pelo que nos informaram não faz parte de sua divisão.

A opinião do que foi realizado deverá ser obtido por meio de gravação de suas opiniões.

A filmagem, gravação e fotografias farão o registro do início ao final da oficina, ou seja, desde a nossa chegada até a partida. Todas as informações obtidas estarão contidas na "boneca" do livro e na 1a. versão do DVD que for levado para FAPEU, onde ocorrerá trabalho de edição.

A duração dos trabalhos tanto da primeira fase quanto da segunda fase foram em torno de 3 horas e meia para cada fase.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Na primeira fase ocorrida no dia 16 de novembro de 2012 obteve-se um canto em kaingang e em português já em nossos arquivos, no caso de Estrela.

Na segunda fase ocorrida em 13.01.2013 obteve-se a história local, de onde vieram, como ocorreu a migração, acontecimentos durante o percurso e a construção da aldeia de Estrela.

A aldeia, atualmente possui 21 famílias e 86 pessoas.

Quanto ao parto foi-nos feito relatado pela matriarca do grupo como ocorria no local de origem e as mulheres mais jovens relataram como vem acontecendo na aldeia Estrela atualmente.



OLHARES CONSULTORIA

Antropológica, Ambiental e Tecnológica

Relatório de campo das atividades relacionadas ao subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang da BR-386/RS



Escola Estadual Indígena E.F.M. Soares. Local das reuniões.



Primeira fase de contato com os Kaingang de Estrela.

REGISTRO FOTOGRÁFICO 1ª. FASE



Crianças desenhando e pintando.



Crianças recebendo orientação de membro da equipe.



Crianças pousando para foto depois dos trabalhos de pintura.



Exposição dos desenhos e pinturas das crianças aos familiares.

Primeira Fase: Equipe responsável pelas Oficinas Eneida Brasil (Turismóloga), Marlinda Patrício (Antropóloga responsável pelo livro) e Michel Patrício (Analista em Sistema, responsável pela captação das imagens e áudio e produção do DVD).

Participantes da Comunidade de Estrela: Maria Antonia, Maria Sandra, Taiane, Sílvia, Maria, Karina, Jair e Rosangela.



6 REGISTRO FOTOGRÁFICO 2ª. FASE



Primeira conversa sobre saúde da mulher durante a gravidez, parto e pós parto e cuidados com a criança como são feitos tradicionalmente e agora com os hospitais.



Da esquerda para direita a sra Lídia, matriarca do grupo que explicou como a sua mãe e avó cuidaram dela para ter os filhos na Gruta do Índio.



Informações importantes passadas pela sra. Lidia sobre os cuidados com o resguardo.



Maria Sandra e parentes. Gerações que já fazem seus partos no hospital da cidade

Segunda Fase: Participantes Vice Cacique Altair Soares (45), Lidia Soares (70) Matriarca do grupo, Maria Sandra (32) filha e irmã do cacique/Viviane Reginaldo da Silva (23) e Silvia Regina dos Santos (36).



OFICINA PARA ATENDER O SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL KAINGANG DAS COMUNIDADES DE LAJEADO- RS (DESENVOLVIMENTO DO PBA DA BR-386-RS)

Data de realização primeira fase: 16 de novembro de 2012

Tema: oficina de canto e letra e a (s) dança(s) Kaingang e seus significados.

Local: Na parte da frente das casas

Período: 14h às 16h30.

Data de realização da segunda fase: 13 de janeiro de 2013

Local: Lajeado (Jardim do Cedro)

Período: 12h às 14h30min.

Tema: Saúde da Mulher cuidados com a mulher antes, durante e pós-parto.

1 INTRODUÇÃO

Estas foram as oficinas realizadas pela OLHARES Consultoria Antropológica LTDA junto ao Subprograma de Incentivo ao Conhecimento Tradicional Kaingang em Lajeado. Entretanto, é a continuidade de oficinas que ocorreram de janeiro a maio do presente ano - Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC.

Esta Oficina iniciou - **primeira fase** - pelo registro dos cantos Kaingang, letras, seus significados e, por fim, dança. As crianças participaram realizando atividades de desenhos e pinturas.

Na segunda fase se tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia Lajeado, com a participação do AIS e a presença da atenção a saúde nos hospitais durante o parto.

A Meta é que os Kaingang do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre possam ter maior troca de conhecimento da cultura, por meio da leitura e visualização da

produção de um livro e um DVD, contendo temas pertinentes ao cotidiano de suas vidas.

As sete comunidades Kaingang tiveram temas elencados para as oficinas "Incentivo ao conhecimento tradicional" como resultado das atividades que já haviam ocorrido, as quais foram mencionadas no (RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL, jan, 2012 a mar, 2012), como resultado das atividades ocorridas. Reproduz-se alguns, como: canto, rituais de cura, medicina Kaingang, conhecimento da língua materna, troca de saberes entre parteiras, pajés, AIS e servidores do DSEI e, ainda o artesanato dentre outros. Deste conhecimento foi selecionado o que se considerou mais relevante, no momento, para a produção de material que promova o incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang.

2 OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo canto, letra das músicas, significado, dança, relatos sobre a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção. Com a chegada dos saberes da medicina oficial entre parteiras, AIS e agentes de saúde como estes conhecimentos se entrelaçam. A culinária e a representação gráfica das crianças estão sendo contemplados no livro e DVD.

3 METODOLOGIA

O diálogo informal, sobre os temas mencionados nos objetivos ocorreu na **primeira fase** dos encontros. Paralelo a este diálogo as crianças fizeram parte de atividades lúdicas, como desenhos, pinturas, cujos temas ficaram a vontade para desenhar o que lhes era mais interessante. Ao final seus trabalhos foram expostos para os pais apreciarem. Ficou acertado que de lá seria escolhido alguns para compor o livro. Quanto ao DVD todos os momentos do primeiro e segundo encontro (Informal e formal) foram gravados e farão parte do vídeo

Na segunda fase foi realizada entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto. Posteriormente, discutiu-se com a comunidade como imaginavam ser o livro e o DVD, visto terem logo compreendido como a troca de saberes entre os Kaingang seria realizado. O material ao ficar pronto será distribuído entre as sete comunidades, para comporem as bibliotecas, as quais fazem parte das para comporem as bibliotecas, as quais fazem parte das comunidades atendidas pela compensação e mitigação da duplicação da BR-386/RS. Previu-se também as escolas das TIs regularizadas, como por exemplo, Votouro, Guarita, Nonoai, Pinhalzinho.

As instituições públicas, como secretaria de educação estadual, municipal, DNIT, FUNAI, Secretaria de turismo, FAPEU, Biblioteca da UFSC devem também receber exemplares do livro e DVD.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na primeira fase de campo tratou-se da importância do canto Kaingang, visto que estavam próximo da cidade e sob a influência das músicas, letra, que não faziam parte da tradição, assim como as danças. Mencionou-se a presença constante da tecnologia como a televisão, antena parabólica e principalmente os celulares que trazem sons, letras, novas formas de expressão corporal.

A Cacique Francisco dos Santos *Rokan* (cerca que protege a oca dos ataques) (52), assim como sua irmã Marina dos Santos Tatrín (abre caminho) (59) e Lurdes Carvalho Grinon (60), as quais conversaram sobre as músicas kaingang e seus significados. Em Lajeado todos falam a língua. Como era nosso primeiro contato e o momento de conhecerem o objetivo de nossa presença a conversa fluiu bem, houve boa troca de informações. Tanto sra. Marina dos Santos como seu irmão Francisco cantaram músicas Kaingang. Por fim o sr. Francisco cantou usando sua sanfona cantando em Kaingang e depois em português.

Ao final, as crianças terminaram suas pinturas com a orientação da sra. Eneida, que compunha nossa equipe.



Ficou acertado que em nosso retorno trataríamos da saúde da mulher e da história local.

Participantes: Cacique Francisco *Rokan*, Marina Tatin, Lurdes Grinon

Na segunda fase de encontro com os Kaingang de Lajeado, no que se refere a história de fixação no local foi relatada pelo sr cacique Francisco Rokan (52) e seu vice o sr. Virgílio Nascimento (36) que no local existem famílias vindas de muitos lugares Nonoai, Guarita, Votouro, Serrinha, desde 2006.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Na primeira fase ocorrida no dia 16 de novembro de 2012 obteve-se um canto em kaingang e em português a ser transcrito a história da música em português contada pela sra. Marina e pelo sr. Francisco. A música em Kaingang deverá ser anotada por um professor na língua materna.

Na segunda fase ocorrida em 13.01.2013 obteve-se a história local, de onde vieram, como ocorreu a migração, acontecimentos durante o percurso e a construção da aldeia Lajeado. A história transcrita deverá ser traduzida para o Kaingang por um professor da língua materna.

Quanto ao parto foi-nos feito relatos pela sra Marina dos Santos (59), Lurdes Carvalho (60) e Jussara Isaias (35) Agente Indígena de Saúde.

Os relatos estão sendo transcritos e depois serão encaminhados para serem traduzidos para o Kaingang.



REGISTRO FOTOGRÁFICO 1ª. FASE



Conversa com sr. Francisco falando sobre os cantos e suas histórias.



Sra. Marina Santos fazendo artesanato e contando as histórias das músicas, onde os pássaros são o tema principal..



Crianças trabalhando com desenhos para o livro.



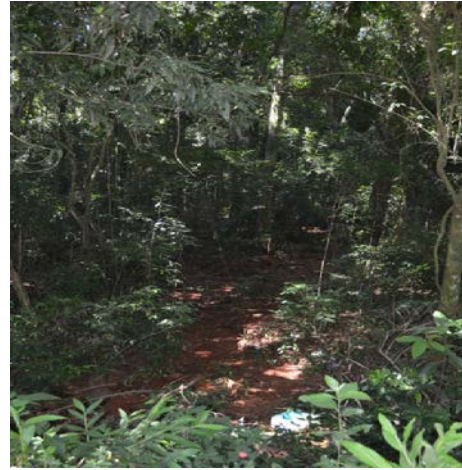
Crianças caprichando nos desenhos.



REGISTRO FOTOGRÁFICO 2ª. FASE



As mulheres falam sobre os cuidados com a gestante, parto e pós-parto. Posteriormente os homens trataram da história.



Vegetação existente em Lajeado, a qual ainda possibilita a retirada de ervas para a preparação de chás, banhos e emplastos para cuidar da parturiente e da criança.

Participantes: Cacique Francisco *Rokan*, vice cacique Virgílio Nascimento Marina Tatin, Lurdes Grinon e Jussara Isaias (AIS).

PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO DE CUNHÃNS PARA ATENDER O SUBPROGRAMA DE INCENTIVO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL KAINGANG DAS- RS (DESENVOLVIMENTO DO PBA DA BR-386-RS)

Data de realização: 22 A 24/11/2012

Tema: Filmagem e gravação do encontro de pajés (*kuyãs*) realizado na aldeia do Morro do Osso

Local: Morro do Osso

Período: 9h às 12 h das 14h às 17h.

1 INTRODUÇÃO

O encontro de *kuyãs* (pajés) na aldeia Morro do Osso se caracterizou pela repetição de um ritual de grande importância para o fortalecimento cultural entre os Kaingang. As sete aldeias em estudo não possuem *kuyãs* e o ritual tem ajudado a firmar a identidade e o território em fase de regularização com a duplicação da BR-386/RS. Contudo o que é mais importante é a vinda dos *kuyãs*, parteiras das TI Votouro, Nonoai, Guarita, dentre outras para ajudar no fortalecimento da identidade do grupo.

2 OBJETIVOS

Registrar em áudio e vídeo o encontro de *kuyãs* na aldeia Morro do Osso e parteiras, para fazer parte do produto final do subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang.

3 METODOLOGIA

Registro realizado com câmera fotográfica e filmadora.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Acompanhou-se a chegada dos convidados, as falas ao microfone realizada pelas lideranças, cacique, *kuyãs* - tanto masculinos quanto femininos - a rotina das pessoas que participaram do encontro entre os dias 22 a 24 de novembro de 2012.



OLHARES CONSULTORIA

Antropológica, Ambiental e Tecnológica

Relatório de campo das atividades relacionadas ao subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang da BR-386/RS

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

As atividades ocorreram com reuniões entre as parteiras, os *kuyãs* (pajés), escolha de novos *kuyãs* crianças para irem aprendendo a serem conhecedores das ervas, preparação de remédios, orações, danças, evocar os espíritos. Foi realizado também o batizado das crianças.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Preparativos na aldeia Morro do Osso para receber os pajés que irão chegar das TIs Nonoai, Guarita



Vista de Morro do Osso da Cidade de porto Alegre.



Chegada dos participantes



Anuncio do início das atividades



Preparação para a dança



Preparação para a dança

Participantes: Morro do Osso, Lajeado, Morro Santana, São Leopoldo, Farroupilha, Kuyans das TI já regularizadas do Rio Grande do Sul, antropólogos, Representantes dos direitos Humanos, CIMI e demais convidados.

Nota: Foi solicitado dos Cacique destas aldeias um DVD exclusivamente do encontro de Kuyãs. O DVD será independente do DVD agendado como produto final com o livro.



Data de realização: 09/12//2012

Tema: Visita aos pontos de venda Kaingang no Parque da redenção

Local: Porto Alegre

Período: 9h às 12h.

INTRODUÇÃO

A visita realizada aos pontos de venda Kaingang ajudou a conhecer a dinâmica socioeconômica dos Kaingang que vivem no Vale do Taquari e Grande Porto Alegre.

OBJETIVOS

Conhecer o destino dos trabalhos artesanais realizados nas aldeias e as relações sociais que constroem durante as vendas.

METODOLOGIA

Conversas informais, anotações, fotografias, observações do tipo de mercadorias que negociam.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Conversa com as famílias que já conhecíamos. Apresentação dos que já conhecíamos para os que ainda não conhecíamos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Conhecemos os pontos de comércio, os problemas que enfrentam, no que tange as mercadorias, visto terem que incluir artesanatos não produzidos por eles , ou seja não possuem a matéria prima retirada da mata de onde vivem ou das proximidades.



OLHARES CONSULTORIA

Antropológica, Ambiental e Tecnológica

Relatório de campo das atividades relacionadas ao subprograma de incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang da BR-386/RS

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Visita aos pontos de venda



Visita aos pontos de venda



Visita aos pontos de venda



Visita aos pontos de venda



Visita aos pontos de venda



Visita aos pontos de venda

COMUNIDADE DO MORRO DO OSSO

Data de realização: 10 de janeiro de 2013

Tema: História Local e Saúde da Mulher - Parto

Local: Morro do Osso

Período: 9h às 12h.

INTRODUÇÃO

O trabalho tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia Morro do Osso com a participação do AIS (se houver) e a presença da atenção a saúde nos hospitais durante o parto.

A Meta é que os Kaingang do Vale do Taquari e Grande Porto Alegre possam ter maior troca de conhecimento da cultura, por meio da leitura e visualização da produção de um livro e um DVD, contendo temas pertinentes ao cotidiano de suas vidas.

As sete comunidades Kaingang tiveram temas elencados para as oficinas de "Incentivo ao conhecimento tradicional" como resultado das atividades que já haviam ocorrido, as quais foram mencionadas no (RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL, jan, 2012 a mar, 2012), como resultado das atividades ocorridas. Reproduz-se alguns, como: canto, rituais de cura, medicina Kaingang, conhecimento da língua materna, troca de saberes entre parteiras, pajés, AIS e servidores do DSEI e, ainda o artesanato dentre outros. Deste conhecimento foi selecionado o que se considerou mais relevante, no momento, para a produção de material que promova o incentivo ao conhecimento tradicional Kaingang.

OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção. Com a chegada dos saberes da medicina oficial entre parteiras, AIS e agentes de saúde como estes

conhecimentos se entrelaçam. A culinária e a representação gráfica das crianças estão sendo contemplados no livro e DVD.

METODOLOGIA

O diálogo informal, sobre os temas mencionados nos objetivos ocorreu primeiramente. Somente então foi realizada entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Saúde da Mulher foi tratada com a sra, Erundina dos Santos Vergueiro Veigrê (57) esposa do cacique Valdomiro. Ela falou de como ocorria o parto da TI em que veio Nonoai, Guarita e como ocorre atualmente. Deixou evidente seu conhecimento como parteira, pois viu sua mãe e avó e aprendeu. Conhece os matos para banho e os chás que a mulher deve tomar. Quanto a criança sabe como deve ser utilizado os remédios para o umbigo e conhece as rezas.

Quanto a história do grupo no local, esta foi relatada pelo cacique Valdomiro Vergueiro.(Xê). Vieram para o local em 2004 No encontro com os Kaingang de Morro do Osso. Hoje são 48 famílias vindas de diferentes lugares um total de 180 pessoas. Tem escola com um professor, 1 AIS e um posto de saúde sendo construído, mas já tem o técnico em enfermagem.

Aguardam os 17 ha prometidos pelo DNIT devido a compensação pela duplicação da BR 386/RS. Morro do Osso passou por processo de estudo antropológico feito pelo sr Alexandre antropólogo.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste encontro obteve-se um canto em kaingang e em português a ser transcrito a história da música em português contada pela sra. Erundina Vergueiro. A música em Kaingang deverá ser anotada por um professor na língua materna.

Obteve-se a história local, de onde vieram, como ocorreu a migração, acontecimentos durante o percurso e a construção da aldeia. A história transcrita deverá ser traduzida para o Kaingang por um professor da língua materna.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Neste caso realizou-se apenas a filmagem sem fotografias o que poderá ser retirado das filmagens apenas quando for para o livro.

COMUNIDADE MORRO SANTANA

Data de realização: 10 de janeiro de 2013

Tema: História Local e Saúde da Mulher - Parto

Local: Morro Santana (a entrevista ocorreu no Morro do Osso)

Período: 14h às 16h.

INTRODUÇÃO

O trabalho tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia Morro Santana. O encontro ocorreu no Morro do Osso com a participação da matriarca dos Fidelis de Morro Santana Tereza Lopes Garum (75), Neli Fideli (40) AIS, Noeli Fidelis (43) e Eva dos Santos (38). Estas mulheres relataram como o parto ocorria antes em Nonoai e a presença da atenção a saúde nos hospitais durante o parto na atualidade.

OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção.

METODOLOGIA

Foi realizada entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto. Posteriormente, discutiu-se com a família da sra Tereza Lopes a história da origem de Morro Santana utilizando entrevistas formais com filmagens.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O encontro com os Kaingang de Morro Santana, no que se refere a história de fixação no local foi relatada pela família vinda de Nonoai, disseram ter chegado em 1996. Este ano de 2013 estarão fazendo 17 anos no local.



RESULTADOS ALCANÇADOS

Obteve-se a história local, de onde vieram, como ocorreu a migração, acontecimentos durante o percurso e a construção da aldeia em meio a grande Porto Alegre na Vila Safira. Obteve-se também as formas de cuidados com a saúde da mulher grávida antes, durante e pós parto. No caso deles no hospital.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Liderança resgata a história da comunidade	Lideranças e comunidades repassam informações para antropóloga

Participantes: Tereza Lopes Garum (75), Neli Fideli (40) AIS, Noeli Fidelis (43) e Eva dos Santos (38) Odirlei Fidelis (30) e Ana Luiza Faveiro Fidelis (04).



COMUNIDADE LOMBA DO PINHEIRO

Data de realização: 11 de janeiro de 2013

Tema: História Local e Saúde da Mulher - Parto

Local: Lomba do Pinheiro

Período: 9h às 11h

INTRODUÇÃO

O trabalho tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia Lomba do Pinheiro. A entrevista formal ocorreu com a sra Cleni Cavalheiro da Silva (50) parteira que trabalha com raízes e com o sr. Jair Rentag da Silva (61) raizeiro reconhecido. O sr. Jaime Rentag Alves (48) falou da história de Lomba do Pinheiro, indicado pelo cacique, Samuel da Silva (30).

OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção. Outro é a história de fixação do grupo de famílias no local

METODOLOGIA

Foi realizada entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto. Utilizou-se entrevistas formais com filmagens.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O encontro com os Kaingang de Lomba do Pinheiro, no que se refere a história de fixação no local foi relatada por Jaime, que pouco tratou da questão, pareceu não ter o conhecimento necessário para fazer o que o cacique lhe determinou. As entrevistas foram realizadas filmadas e fotografadas. Este ano de 2013 estarão fazendo 17 anos no local.



RESULTADOS ALCANÇADOS

As informações quanto à saúde da mulher e tratamento realizado na aldeia Lomba foi muito bem relatado. Quanto a história do local, sua formação ficou a desejar. Os dados quanto ao número de famílias são de 37 com 117 pessoas segundo o sr. Jaime. Disse também ter chegado em 2002 para ocupar o local.

Sabe-se que existe em termos históricos muito mais do que o sr. Jaime deixou de dizer, mas que se estará preenchendo as lacunas para a história no livro.

O sr Felipe da Silva Vice -cacique e pai do cacique Samuel disse que circulavam pelo local desde a década de 1980. Mas somente em 2002 se fixaram. A área é de 5,8 ha. Todas as aldeias sete aldeias aguardam os 17 hectares de terra que estão sendo negociados pelo DNIT para serem adquiridas em favor dos kaingang. Algumas já estão em processo bem adiantado, outras conseguiram apenas uma parte do total da terra. Contudo o processo continua e entendemos com a melhor boa vontade.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Entrada da Lomba do Pinheiro



Felipe da Silva e sua esposa sra. Rosalina Pacífico

Participantes: Na primeira fase: Felipe da Silva (65) e sua esposa sra. Rosalina Pacífico (53). Na segunda Fase: sra Cleni Cavalheiro da Silva (50) parteira que trabalha com raízes e sr. Jair Rentag da Silva (61) raizeiro reconhecido e, por fim o sr. Jaime Rentag Alves.



COMUNIDADE SÃO LEOPOLDO

Data de realização: 11 de janeiro de 2013

Tema: História Local e Saúde da Mulher - Parto

Período: 12h 30m às 16h

INTRODUÇÃO

O trabalho tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia São Leopoldo. A entrevista formal ocorreu com as sras. Rosalina Aires de Paula (43), esposa do cacique Alécio de Oliveira (43) que somente organizou para que as mulheres fossem entrevistadas. Adélia Ferreira (71), Maria Ivanilda (?) não fala, Maria Ivanilda Fortes (55), Madalena Silvério (33), Maria de Fátima Nascimento (36), Cleusa Lopes (26) AIS, e Rolaine Camargo (33).

Todos falam em Kaingang.

OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção. Outro é a história de fixação do grupo de famílias no local.

METODOLOGIA

Foi realizada entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto e a história de fixação no local. Utilizou-se entrevistas formais com filmagens.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Encontro com os Kaingang de São Leopoldo, no que se refere a história de fixação no local foi relatada pela família vinda de Nonoai, São Valentino do Votouro disseram ter chegado na década de 1990.

RESULTADOS ALCANÇADOS

As mulheres fizeram o relato do processo de parto de como ocorria antes de virem para Lomba, particularmente a sra. Adélia Ferreira (71), a qual tinha o conhecimento de como acontecia em Charrua e São Valentino do Votouro, Ventara.

As mais jovens falaram sobre o que sabiam do conhecimento mais antigo e do conhecimento que hoje tem que compartilhar com os postos de saúde e seus profissionais técnicos de enfermagem. No local existe o Ais Cleusa Lopes (26) AIS, a qual teve a oportunidade de falar como ocorre o trabalho dentro da aldeia e como as mulheres vão para os hospitais terem seus filhos.

Falou-se sobre os batizados, como eles ocorrem e elas mostraram que existem as diferentes formas que ocorrem concomitantemente. feita pelo kuyã, pelo pai e mãe em casa com os padrinho e também pode ocorrer na igreja.

Depois as entrevistas ocorreram com os homens que trataram da história do local, de como chegara, as dificuldades e como foram aos poucos construindo o que possuem hoje e como aguardam. O primeiro cacique a se eleger. O sr Darci Rodrigues Fortes (49) de Nonoai e o sr Francisco de Lajeado ajudou pelo local desde a década de 1990.

O primeiro cacique foi Darci Rodrigues Fortes na década de 1990, depois Durvalino de 2002 a 2007 depois "cançou" e passou para outro sr. Antonio dos Santos, que já havia morado na Lomba do Pinheiro e vieram para S. Leopoldo. Entraram e projeto da caixa e conseguiu 21 casas para São Leopoldo, energia, água, com a ajuda do Ministério Público, Funai e Funasa. O cacique atual é Alécio de Oliveira .

Na atualidade o cacique Alécio negocia a ajuda da Funai e MPF, possuem registro da terra a Funai de Passo Fundo é que guarda disseram acreditar.

Aguardam os 17 hectares do DNIT que reservou 120hectares para ser dividido entre as sete aldeias . O acordo foi feito devido a cacique de Est4rela Maria ter mostrado que todos são parentes e se visitam, portanto precisavam todos , sem distinção obter as compensações da du0plicação da BR 386/RS.



REGISTRO FOTOGRÁFICO



Lideranças e comunidades repassam informações para antropóloga



Lideranças e comunidades repassam informações para antropóloga

Participantes: Darci Rodrigues Fortes (49), Josiel Oliveira (24) , Alcides Antonio Pereira (52), Cacique Alécio de Oliveira (43), Antonio dos Santos (45), Marino Garcia Dou Fa (20) e Josme Fortes (38).

COMUNIDADE FARROUPILHA

Data de realização: 12 de janeiro de 2013

Tema: História Local e Saúde da Mulher – Parto

Local: Farroupilha

Período: 9h30 às 12h30

INTRODUÇÃO

O trabalho tratou da história de fixação local e relatos sobre a saúde da mulher com enfoque para o parto - cuidados com a mulher no passado no local de origem e posteriormente como tem ocorrido no local em que vivem, aldeia São Leopoldo. A entrevista formal ocorreu com a sra Berenice Salvador Hepru (33). Todos falam em Kaingang.

OBJETIVOS

Produção de livro e DVD contendo a história local Kaingang, medicina Kaingang, com enfoque para a saúde da mulher - o parto. Ou seja, os cuidados com a grávida, antes, durante e pós-parto. A criança também é motivo de atenção. Outro é a história de fixação do grupo de famílias no local.

METODOLOGIA

Realizou-se entrevistas formais direcionadas aos temas já mencionados, saúde da mulher durante gravidez, parto e pós parto e a história de fixação no local. Utilizou-se entrevistas formais com filmagens.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Berenice Salvador passa as informações sobre a Saúde da Mulher - Parto como principal ponto da conversa, Davi NãnVãn Ribeiro (13) filho de Berenice que ajudou na compreensão e no significado do artesanato produzido, como a coruja, e a onça.

Quanto aos homens fizeram um excelente relato sobre a história de sua chegada ao local. Quanto aos homens fizeram um relato excelente da história de fixação local.



RESULTADOS ALCANÇADO

Dados sobre os cuidados com o parto e a história local em Farroupilha foram obtidos. São oriundos de Nonoai, Cacique Doble e Guarita. Possuem no local 7 mil m², que não chega a 1 hectare. Falam Kaingang. Chegaram em 1998. Aguardam a terra a ser comprada pelo DNIT 17 hectares.

As crianças realizaram atividades de desenhos e pinturas, as quais irão ser selecionadas e levadas para o livro.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

	
<p>Trabalho com crianças</p>	<p>Participação das crianças nas oficinas</p>
	
<p>Lideranças e comunidades repassam informações para antropóloga</p>	



Participantes: Cacique Neri Ribeiro (44), Armindo Sales (35), Vanderlei Ribeiro (40), Prof. Aurelino Góg Ribeiro (46), Eduardo Daniel Ribeiro Sales (42), Cleberton Ribeiro (25)

E, por fim concluímos este relatório agradecendo aos nossos acompanhantes de trabalho Kaingang que tiveram a paciência e souberam atuar junto conosco ajudando nos trabalhos independente da idade, cada um fez seu serviço conforme seu conhecimento.

Eneida Brasil

Turismóloga

Ronaldo Machado

Gerenciamento Ambiental da FAPEU

Cacique Odirlei Fidelis

Assessor nas aldeias em estudo

Marlinda Melo Patrício

Antropóloga

Michel Simon Patrício

Analista de Sistemas responsável pelo registro áudio visual

Santa Maria, 25 de janeiro de 2013.

Nos meses de fevereiro e março de 2013, a equipe de resgate do conhecimento tradicional Kaingag, trabalhou na edição dos vídeos que farão parte do acervo da publicação que inclui um livro e a edição de dois DVDs com as imagens do encontro de Pajés, realizado no mês de novembro na Comunidade do Morro do Osso, e dos encontros de resgate do conhecimento tradicional coordenados pela antropóloga Marlinda Patrício. A publicação de 1000 exemplares do documento de manifestação indígena, após aprovação da FUNAI será impressa e distribuída entre os agentes indígenas Kaingang, escolas e bibliotecas da região de abrangência das 07 Aldeias no mês de fevereiro de 2013.

1.6 SUBPROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE

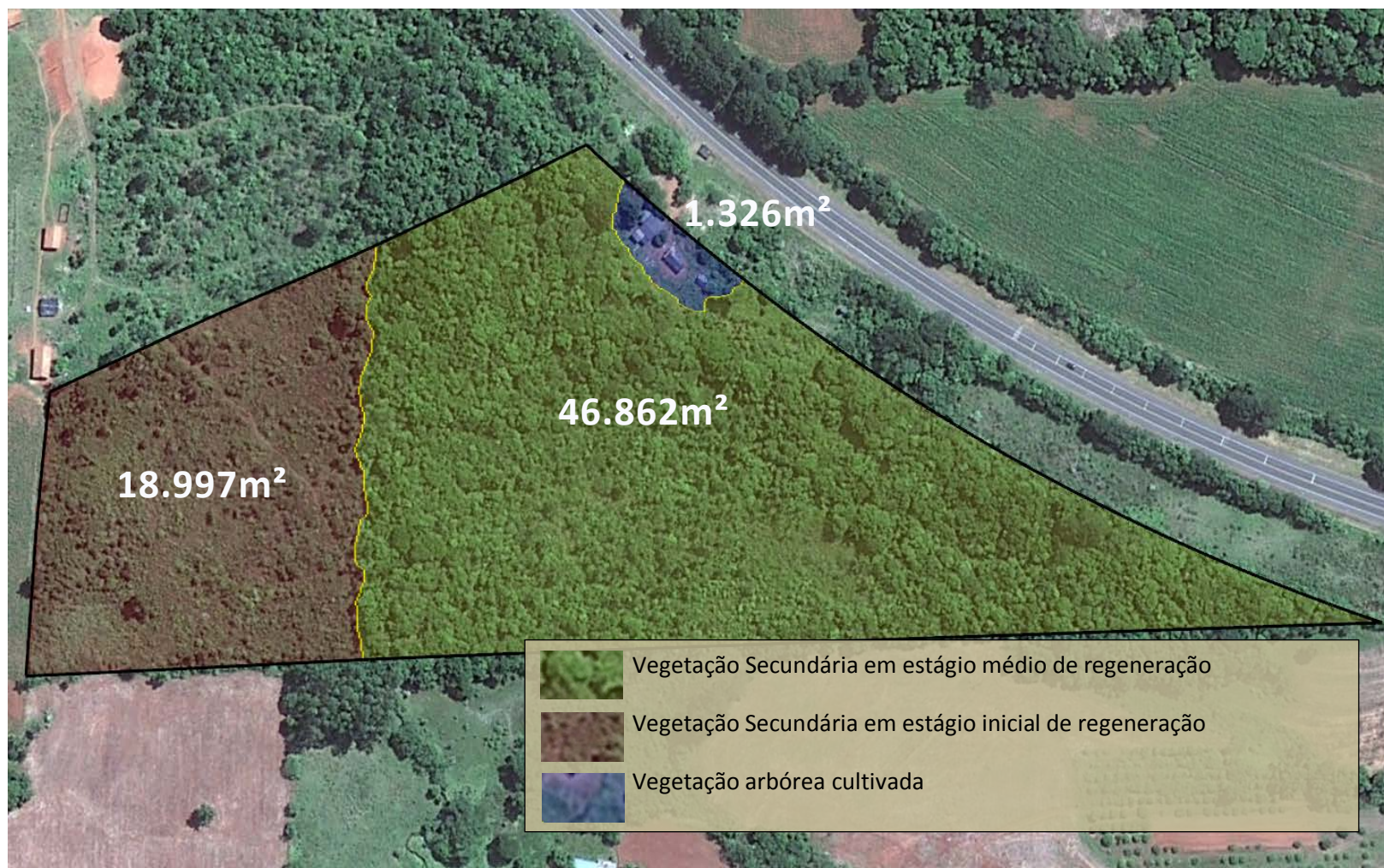
O Subprograma de Sustentabilidade é voltado exclusivamente à Comunidade Indígena de Estrela, por ser esta a única dentre as 07 aldeias envolvidas no Programa a ser diretamente impactada pelas obras.

Este Subprograma possui duas metas, o desenvolvimento de roças familiares na Aldeia Estrela e a recomposição de mata nativa em benefício da Comunidade.

Tendo em vista que a área destinada à realocação da aldeia Estrela, com 6,4ha já foi desapropriada pelo DNIT e que o início das obras está previsto para setembro de 2012, ambas as ações se concentrarão na nova área, de posse permanente da Comunidade. Tais ações, juntamente com a revegetação das áreas de intervenção da obra serão iniciadas logo após o término da mesma. É necessário aguardar o término das intervenções a fim de que os as áreas de roças e recomposição de mata não sejam prejudicadas pela movimentação de máquinas, terraplenagem, etc., necessárias às obras.

Em relação à recomposição da mata nativa vale destacar que a área desapropriada em favor da comunidade possui um total de 46.862m² de Vegetação Secundária em estágio médio de regeneração; 18.997m² de Vegetação Secundária em estágio inicial de regeneração na qual serão construídas as casas, escola e casa de fala e 1.326m² de Vegetação arbórea cultivada ao longo da rodovia onde será construída a casa de artesanato. Tais áreas podem ser vistas na figura apresentada na sequência.

Cobertura Vegetal da Área Desapropriada



Para subsidiar a posterior definição das espécies para realização da recomposição florestal na área desapropriada destinada à nova aldeia Estrela, foi realizado levantamento de espécies existentes em cada tipo de cobertura vegetal hoje existente, anteriormente ao início das intervenções. Apresenta-se a seguir a síntese do levantamento realizado.

Vegetação Secundária em Estágio Inicial de Regeneração

Trata-se de área contínua, com 18.997m², constituindo a porção Oeste da gleba, onde faz limite com lavoura de milho. Em levantamentos realizados em 16 e 17 de abril/2012, constatou-se que a área foi ocupada no passado por plantio de eucaliptos, os quais foram colhidos permanecendo as cepas. Atualmente observa-se o rebroto e desenvolvimento de eucaliptos; regeneração natural de nativas: gramíneas, herbáceas, arbustivas e arbóreas, com destaque para as espécies listadas na Tabela 1, formando uma mancha vegetal com altura média de 3 m; e, além do eucalipto, outras espécies exóticas ruderais e invasoras, como lantana (*Lantana* sp), capim elefante (*Pennisetum* sp) e uva-do-japão (*Hovenia dulcis*). Comparando-se registros fotográficos de 2011 e de 2012, percebe-se que a vegetação da mancha apresentou franco desenvolvimento, uma vez que o solo não foi utilizado.

Também dispersos nesta mancha ocorrem 52 indivíduos arbóreos nativos com DAP maior que 15 cm, os quais foram identificados (taxonomia) e numerados, assim como colhidos os seus dados dendrométricos, como consta na Tabela 1.

Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC

Tabela 1 – Árvores isoladas dispersas na mancha de regeneração natural.

Nº	1
Coordenadas	Lat.-51,897274° Lon.-29,556978°
DAP (cm)	28,32
Altura (H)	7
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



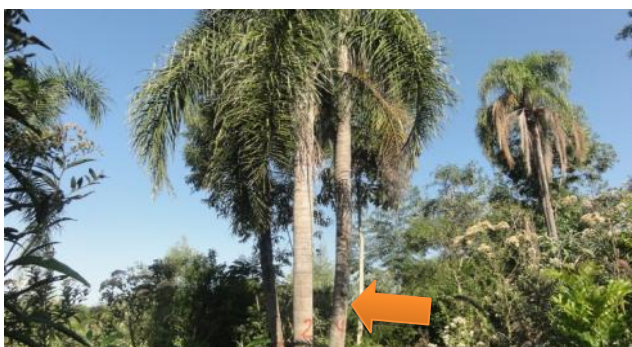
Nº	2
Coordenadas	Lat.-51,897228° Lon.-29,556969°
DAP (cm)	23
Altura (H)	7
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	3
Coordenadas	Lat.-51,897228° Lon.-29,556969°
DAP (cm)	19,4
Altura (H)	10
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	4
Coordenadas	Lat.-51,897228° Lon.-29,556969°
DAP (cm)	25,5
Altura (H)	9
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	5
Coordenadas	Lat.-51,897176° Lon.-29,556967°
DAP (cm)	19,4
Altura (H)	6
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	6
Coordenadas	Lat.-51,897051° Lon.-29,556918°
DAP (cm)	29
Altura (H)	5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	7
Coordenadas	Lat.-51,896706° Lon.-29,556929°
DAP (cm)	16,9
Altura (H)	6
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	8
Coordenadas	Lat.-51,896706° Lon.-29,556929°
DAP (cm)	18,8
Altura (H)	7
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	9
Coordenadas	Lat.-51,896706° Lon.-29,556929°
DAP (cm)	19,1; 21,6
Altura (H)	41221
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	10
Coordenadas	Lat.-51,896328° Lon.-29,557254°
DAP (cm)	10,18; 10
Altura (H)	41066
Espécies	Aroeira <i>Schinus terebintifolius</i>



Nº	11
Coordenadas	Lat.-51,896362° Lon.-29,557279°
DAP (cm)	10,18
Altura (H)	7
Espécies	Aroeira <i>Schinus terebintifolius</i>



Nº	12
Coordenadas	Lat.-51,896464° Lon.-29,557243°
DAP (cm)	7,32; 15; 15; 11,14; 5,41; 6,28; 9
Altura (H)	5
Espécies	Aroeira <i>Schinus terebintifolius</i>



Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	13
Coordenadas	Lat.-51,896323° Lon.-29,557353°
DAP (cm)	11,14; 9,23; 17,5; 20
Altura (H)	6
Espécies	Aroeira <i>Schinus terebintifolius</i>



Nº	14
Coordenadas	Lat.-51,896322° Lon.-29,557937°
DAP (cm)	15
Altura (H)	6
Espécies	NI



Nº	15
Coordenadas	Lat.-51,896391° Lon.-29,557977°
DAP (cm)	20,37
Altura (H)	15
Espécies	Canela



Nº	16
Coordenadas	Lat.-51,896731° Lon.-29,55798°
DAP (cm)	14; 10; 7; 8,6
Altura (H)	7,5
Espécies	NI



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	17
Coordenadas	Lat.-51,896905° Lon.-29,558007°
DAP (cm)	38,9
Altura (H)	17
Espécies	Açoita-cavalo <i>Luehea divaricata</i>



Nº	18
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	26,1
Altura (H)	12
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	19
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	16,23
Altura (H)	5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	20
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	18,14
Altura (H)	5,5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	21
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	17,18
Altura (H)	10
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	22
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	12
Altura (H)	4
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	23
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	21,6
Altura (H)	9
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	24
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	20,05
Altura (H)	13
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	25
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	17,18
Altura (H)	14
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	26
Coordenadas	Lat.-51,89704° Lon.-29,557996°
DAP (cm)	14,3
Altura (H)	15
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	27
Coordenadas	Lat.-51,897008° Lon.-29,557772°
DAP (cm)	226cm
Altura (H)	17
Espécies	Umbuzeiro <i>Phytolacca dioica</i>



Nº	28
Coordenadas	Lat.-51,897008° Lon.-29,557772°
DAP (cm)	25,14
Altura (H)	16
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>

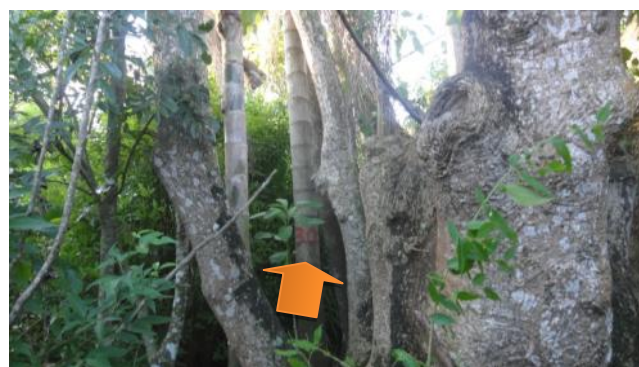


Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	29
Coordenadas	Lat.-51,897008° Lon.-29,557772°
DAP (cm)	21,6
Altura (H)	17
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	30
Coordenadas	Lat.-51,897008° Lon.-29,557773°
DAP (cm)	18,8
Altura (H)	6
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	31
Coordenadas	Lat.-51,897008° Lon.-29,557773°
DAP (cm)	13,9
Altura (H)	4,5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	32
Coordenadas	Lat.-51,897302° Lon.-29,558042°
DAP (cm)	30,23
Altura (H)	15
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	33
Coordenadas	Lat.-51,897469° Lon.-29,558035°
DAP (cm)	27,6
Altura (H)	11
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	34
Coordenadas	Lat.-51,897469° Lon.-29,558035°
DAP (cm)	13,68
Altura (H)	5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	35
Coordenadas	Lat.-51,897469° Lon.-29,558035°
DAP (cm)	14,7
Altura (H)	5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	36
Coordenadas	Lat.-51,897469° Lon.-29,558035°
DAP (cm)	25,46
Altura (H)	13
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	37
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	22
Altura (H)	11
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	38
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	14,7
Altura (H)	8
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	39
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	18,46
Altura (H)	7,5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	40
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	23,9
Altura (H)	14,5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	41
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	24,5
Altura (H)	6
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	42
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	22,9
Altura (H)	16
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	43
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	16,6
Altura (H)	7,5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	44
Coordenadas	Lat.-51,897436° Lon.-29,557648°
DAP (cm)	18,4
Altura (H)	8
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	45
Coordenadas	Lat.-51,897409° Lon.-29,557489°
DAP (cm)	14
Altura (H)	6
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	46
Coordenadas	Lat.-51,897275° Lon.-29,557165°
DAP (cm)	21,3
Altura (H)	10
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	47
Coordenadas	Lat.-51,897275° Lon.-29,557165°
DAP (cm)	15,6
Altura (H)	9
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	48
Coordenadas	Lat.-51,89725° Lon.-29,557132°
DAP (cm)	26,7
Altura (H)	13
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nº	49
Coordenadas	Lat.-51,89725° Lon.-29,557132°
DAP (cm)	22,9
Altura (H)	12,5
Espécies	Jerivá - <i>Syagrus romanzoffiana</i>



Nº	50
Coordenadas	Lat.-51,897347° Lon.-29,557039°
DAP (cm)	17,5
Altura (H)	5
Espécies	Aroeira <i>Schinus terebintifolius</i>



Nº	51
Coordenadas	Lat.-51,897347° Lon.-29,557039°
DAP (cm)	13,36
Altura (H)	7
Espécies	NI



Nº	52
Coordenadas	Lat.-51,897347° Lon.-29,557039°
DAP (cm)	22,28
Altura (H)	9
Espécies	Canela



Nº	53
Coordenadas	Lat.-51,897347° Lon.-29,557039°
DAP (cm)	22,9
Altura (H)	6,5
Espécies	Aroeira <i>Schinus terebintifolius</i>



Diante das características expostas acima e considerando as Resoluções CONAMA 33/1994 e 388/2007, a vegetação foi enquadrada como secundária em estágio inicial de regeneração. A tabela 2 apresenta a listagem das espécies.

Tabela 2 – espécies nativas ocorrentes na mancha de regeneração natural.

Nome Popular	Nome Científico
Vassoura	<i>Baccharis leucocephala</i>
Aroeira vermelha	<i>Schinus terebintifolius</i>
Fumo brabo	<i>Solanum mauritianum</i>
Araticum	<i>Annona sp</i>
Chá-de-bugre	<i>Casearia silvestres</i>
Camboatá	<i>Cupania vernalis</i>
Pau leiteiro	<i>Sapium glandulosum</i>
Mamicadecadela	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>
Capim rabo de burro	<i>Andropogon sp</i>
Capim elefante	<i>Pennisetum purpureum</i>
Taquaruçú	<i>Guadua ap</i>
Picão	<i>Bidens pilosa.</i>
Pega-pega	<i>Desmodium sp</i>
Caraguatá	<i>Eryngium sp</i>
Carqueja	<i>Baccharis articulata</i>



Cepa de eucalipto sendo encoberta pela regeneração de espécies nativas. 16/04/12.



Rebrote de eucalipto em meio à mancha vegetal em estágio inicial de regeneração. 16/04/12.



Vassouras, mamica-de-cadela e eucalipto. 16/04/12.



Fumo brabo, aroeira e jerivá disperso na mancha de regeneração. 16/04/12.



Presença significativa de vassouras. 16/04/12.



Capim elefante, rebrote de eucalipto e aroeira vermelha. 17/04/12

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC



Carqueja e gramíneas. 17/04/12.



Camboatá jovem. 17/04/12.



Taquaruçú e árvore dispersa na mancha vegetal com DAP = ou > que 15 cm, 17/04/12 .



Ocorrência de exóticas – lantana. 17/04/12.



Regeneração de pau leiteiro. 17/04/12



Chá de bugre. 17/04/12.

	
<p>Rebrote de eucaliptos. 17/04/12.</p>	<p>Jerivás sendo medidos e numerados, próximos ao limite da área com lavoura de milho. 17/04/12.</p>

Vegetação Secundária em Estágio Médio de Regeneração

O Levantamento Quali-Quantitativo da Cobertura Vegetal (MRS 2010) classificou a vegetação na faixa de domínio, no trecho em frente à gleba estudada (Resoluções CONAMA 33/1994 e 388/2007) como “Floreta Secundária em Estágio Médio de Regeneração”. Dentro da gleba a área ocupada por esta formação inicia logo após a atual escola e prolonga-se em direção oeste, até encontrar a vegetação em estágio inicial.

Este fragmento florestal apresenta fisionomia de porte arbóreo, sendo que as árvores com DAP entre 15 e 58,6 cm apresentam alturas totais variando de 2 a 19 m, com média de 8,6 m, e predomínio das espécies listadas na. Foi constatada a presença de sub-bosque (regeneração e indivíduos jovens), com destaque para as espécies registradas na

Tabela; epífitas, bromélias terrícolas (ananás – Ananas sp), pteridófitas (samambaia-de-tapera – Pteridium sp) e trepadeiras lenhosas; e solo coberto por serapilheira. Também foram visualizadas exóticas como uva-do-japão, goiabeira e limoeiro, resultado da antropização da área; e mudas de nativas plantadas pelos escolares. Boa parte do fragmento é Área de Preservação permanente, uma vez que é drenado pelos dois arroios descritos em “Recursos Hídricos”.

Tabela 3 - Espécies predominantes sub bosque.

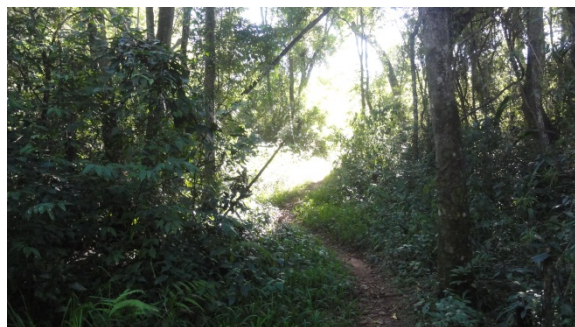
Nome Popular	Nome Científico
Chal-chal	<i>Allophylus edulis</i>
Aroeira vermelha	<i>Schinus terebintifólius</i>
Fumo brabo	<i>Solanum mauritianum</i>
Araticum	<i>Annona sp</i>
Chá-de-bugre	<i>Casearia silvestres</i>
Camboatá	<i>Cupania vernalis</i>
Açoita cavalo	<i>Luehea divaricata</i>
Uva-do-japão (exótica)	<i>Hovenia dulcis</i>
Goiabeira (exótica)	<i>Psidium guajava</i>
Guabiroba	<i>Campomanesia guaviroba</i>
Grandiuva	<i>Trema micrantha</i>
Capororoca	<i>Myrsine coriacea</i>
Jerivá	<i>Syagrus romanzoffianum</i>
Canela branca	<i>Ocotea puberula</i>
Limoeiro (exótica)	<i>Citrus limonia</i>



Ocorrência de trepadeiras (cipós) lenhosas.
29/03/12.



Afloramento rochoso (basalto) e serapilheira cobrindo o solo no interior do fragmento florestal.
24/04/12.



Caminho no interior do fragmento florestal, em direção à área de vegetação em estágio inicial de regeneração (Oeste). 29/03/12.



Caminho no interior do fragmento, em direção a escola dedicada as crianças da comunidade indígena (Leste). 29/03/12.



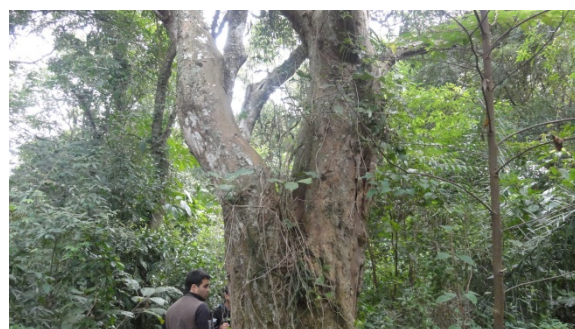
Detalhe do sob-bosque e presença de cipós. 24/04/12.



Detalhe do arroio próximo à escola. 19/04/12.



Detalhe de árvores com alturas totais maiores, na borda do fragmento, próximo à escola. 19/04/12



Detalhe de árvore com maior DAP e equipe técnica realizando vistoria. 24/04/12.

	
<p>Plantio (muda de araçá) realizado no interior do fragmento pela comunidade escolar. 19/04/12.</p>	<p>Detalhe da etiqueta de identificação da muda. 19/04/12.</p>

Vegetação arbórea cultivada

No entorno da escola, no pátio e na faixa de domínio, constata-se vegetação arbórea cultivada, frutífera e ornamentais, de exóticas e nativas: ameixeira (*Prunus* sp), limoeiro (*Citrus limonia*), laranjeira (*Citrus sinensis*), bergamoteira (*Citrus nobilis*), uva-do-japão (*Hovenia dulcis*), banana (*Musa paradisiaca* L.), tipuana (*Tipuana tipu*), jacarandá mimoso (*Jacaranda mimosifolia*), guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), Cinamomos (*Melia azedarach*) e pinus (*Pinus* sp.).

	
<p>Vista do pátio da escola e da faixa de domínio (o limite é o alinhamento da fachada frontal da escola) com árvores frutíferas. 14/05/12.</p>	<p>Cítricas na faixa de domínio, ao fundo guapuruvú. 14/05/12</p>



Pinus e cítricas no pátio da escola. 14/05/12



Bananeiras no pátio da escola. 14/05/12



Tipuana, cnamomo e uva-do-japão na faixa de domínio. 14/05/12



Ameixeira na faixa de domínio. 14/05/12